



RELATÓRIO E CONTAS '12



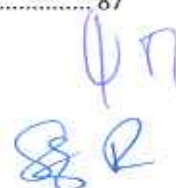
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA
FRANCISCO GENTIL, E.P.E.

ÍNDICE

1 - Mensagem do Conselho de Administração.....	4
2 - Enquadramento Institucional.....	6
2.1. Visão, missão e objetivos	6
2.2 Caracterização geral	7
2.3. Estrutura organizacional	8
2.4. Investigação.....	10
2.5. Ensino.....	12
2.6. Sustentabilidade.....	13
2.6.1. Investimentos.....	16
2.6.2. Racionalização de Recursos.....	18
3 - Contrato Programa.....	20
4 - Produção Realizada	28
4.1. Consulta Externa	29
4.1.1. Acesso à Consulta Externa	31
4.2. Atividade em Internamento.....	32
4.2.1. Atividade Cirúrgica	34
4.2.1.1. Acesso à Cirurgia	37
4.3. Hospital de Dia	38
4.4. Radioterapia	39
4.5. Atividade de Transplantação.....	40
5 - Recursos Humanos	41
5.1. Efetivos.....	41
5.2. Evolução de Efetivos	43
5.3. Custos com Pessoal	44
5.5. Comparação de Encargos com Trabalho Extraordinário 2010/2012	46

Φ 17
S R

6 - Situação Económico-Financeira.....	48
6.1 Investimentos.....	48
6.2 Performance Económica	49
6.3 Execução Orçamental.....	54
6.4 Performance Financeira	55
6.5 Principais Indicadores	57
7 - Governo da Sociedade.....	60
7.1 Missão, objetivos e políticas	60
7.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	63
7.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas.....	63
7.4. Informação sobre outras transações.....	64
7.5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais.....	65
7.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	68
7.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.....	74
7.8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo	75
7.9. Código de Ética	75
7.10. Informação sobre o Sistema de Controlo.....	76
7.11. Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesse	79
7.12. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação actualizada prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março	80
8 - Informações Complementares	82
8.1 Gestão do Risco Financeiro	82
8.2 Deveres especiais de informação.....	82
8.3 Cumprimento das Orientações legais	83
8.3.1 Cumprimento das recomendações do acionista.....	84
8.3.2 Atraso nos pagamentos ("Arrears")	85
8.3.3 Orientações sobre negociações salariais.....	86
8.3.4 Prémios de Gestão	87
8.3.5 Princípio da Unidade de Tesouraria	87



9 - Considerações finais e proposta de aplicação de resultados.....	89
9.1 Considerações Finais	89
9.2 Proposta de Aplicação de Resultados	89
a ₁ - Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	90
a ₂ - Certificação Legal de Contas.....	124
a ₃ - Relatório do Fiscal Único.....	129

On
Sg 2

1 - MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2012, o ambiente externo foi de forte ameaça ao bom funcionamento das instituições de saúde face à dimensão dos cortes no seu financiamento, em virtude da crise económica e financeira.

No Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E. (IPOLFG) foi possível ultrapassar esse risco. Os níveis de atividade foram os habituais, prosseguiram os processos de renovação de instalações e equipamentos e melhoraram os indicadores de eficiência, através de uma forte redução de custos, inédita até ao presente.

Apesar das contingências externas que o IPOLFG teve também que assimilar no seu quotidiano, quer em termos de contratação de recursos humanos, quer no que respeita a restrições orçamentais, de que é exemplo fundamental a lei dos compromissos, foi possível manter uma atividade assistencial ao nível do ano anterior.

O Instituto continuou os seus principais projetos tendentes à melhoria contínua da sua oferta e à manutenção do seu estatuto de entidade de referência no domínio da oncologia. Exemplos desse caminho foram a instalação de novos aceleradores lineares e de equipamento para mamografia tridimensional, a remodelação de serviços de internamento do 5º Piso do Pavilhão Central, do Serviço Farmacêutico, da Unidade de Transplante de Medula, do Serviço de Cirurgia Geral e do Serviço de Oncologia Médica.

Na Radioterapia, o investimento permitiu que de um acelerador linear no início do ano, o IPOLFG passasse a quatro, desde novembro. O verdadeiro impacto desta evolução será sentido a partir de 2013, ano em que se espera tratar no Instituto mais 1.000 doentes e, simultaneamente, diminuir os encargos com o recurso a entidades externas para esta prestação de cuidados em cerca de 4 milhões de euros (M€).

No que respeita a Recursos Humanos, o hospital contava, no final de 2012, com 1.885 trabalhadores, menos 35 que em 2011, sendo que os grupos de pessoal de enfermagem e de assistentes operacionais representavam cerca de 50% do total de colaboradores.

O ano de 2012 fica marcado pela evidente melhoria da situação financeira e económica do IPOLFG. As Contas de 2012 fecham com um EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*) de -3 M€, face aos -13M€ registados em 2011. A recuperação dos resultados operacionais resulta da redução global dos Custos em 9%, com redução dos Consumos em 8%, dos Fornecimentos e Serviços Externos em 18% e dos Custos com Pessoal em 4%. Os Proventos sofrem uma redução de 1%.

17
S.R.

O resultado económico foi afetado, já no decorrer do ano de 2013, pela consideração do subsídio de férias a pagar aos trabalhadores neste ano como custo do exercício de 2012, em montante acrescido na ordem dos 2,5 M€.

No Balanço do IPOLFG destaca-se o aumento em 5M€ do Ativo Imobilizado, fruto dos investimentos efetuados durante o ano, e a expressiva redução do Passivo, em cerca de 30%. O Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em 31 de dezembro de 2012, é de 5,7 meses (7,2 meses no período homólogo).

Considerando que o atual cenário de condicionamento económico/financeiro se manterá em 2013, só o aumento de eficiência poderá permitir que o Instituto possa continuar a manter o nível de atividade. Haverá assim que diminuir desperdícios ainda existentes e racionalizar processos para evitar que as limitações se façam sentir em áreas essenciais.

Conforme é demonstrado no exercício de *benchmarking* hospitalar que a ACSS divulgou no final de abril do corrente ano de 2013, o IPOLFG apresenta elevados índices de eficiência quando comparado com outros hospitais públicos. De entre os vários indicadores, salientam-se os de produtividade de médicos e enfermeiros, que evidenciam a impossibilidade de programar acréscimos de atividade sem o necessário recrutamento de profissionais.

A margem disponível para continuar a reduzir custos e, em simultâneo, manter os níveis de atividade é, já em 2013, escassa.

Apesar das restrições evidentes, em 2013 será preparada a requalificação das instalações do IPOLFG, aproveitando a disponibilidade das instalações da antiga Escola de Enfermagem, com o objetivo de obter melhorias significativas nos espaços dedicados ao internamento e ao hospital de dia.

O Conselho de Administração reconhece o esforço e o profissionalismo de todos os trabalhadores do IPOLFG, que tornaram possível o bom desempenho global em 2012 e acredita que estes níveis de colaboração se vão manter no corrente ano, para que a instituição, no ano em que celebra os seus 90 anos, evolua no sentido de sedimentar a sua posição de instituição de saúde atual, tecnicamente evoluída e incontornável no panorama do Serviço Nacional de Saúde (SNS), mantendo como guia o primado do doente.

O Conselho de Administração



2 - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O IPOLFG, criado em 1923, é uma instituição hospitalar de referência para a prestação de cuidados de saúde multidisciplinares e diferenciados, para o ensino e para a investigação na área da Oncologia.

É um hospital público do SNS, pertencente ao sector empresarial do Estado, pela natureza de entidade pública empresarial, consagrada no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro. Rege-se pelas normas do sector empresarial do Estado, com as especificidades próprias para o SNS e pelo regulamento interno em vigor.

Na dependência da Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), com quem contratualiza o principal instrumento de financiamento, de política e de gestão hospitalar, permite o acesso a doentes de todo o país, incluindo as Regiões Autónomas, com especial relevância e materialidade, o fluxo de utentes com proveniência da ARS Alentejo e da ARS Algarve. O IPOLFG recebe e presta cuidados aos doentes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

2.1. VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS

O IPOLFG é uma instituição oncológica multidisciplinar que tem como visão consolidar a sua posição como modelo de referência para o SNS na área da prestação de cuidados em oncologia, no ensino pré e pós-graduado e na investigação. O IPOLFG desenvolve uma política de sustentabilidade e eficiência, destacando-se a nível nacional e internacional pela criação de valor no domínio da saúde.

A missão do IPOLFG foca-se na prestação de cuidados de saúde de excelência, em todos os domínios da sua intervenção, na promoção e contributo para o ensino pré e pós graduado e no incentivo à investigação, pautando-se por princípios científicos, de humanização, de motivação e pertença para os cidadãos e para os profissionais.

O IPOLFG tem como objetivos estratégicos:

- Prestar cuidados de saúde especializados na área de oncologia, com elevados padrões de excelência, em tempo adequado, com eficiência e em ambiente humanizado;
- Participar na prevenção e rastreio da doença oncológica;

07
Sg

- Constituir-se como centro de excelência do Plano Oncológico Nacional e da Rede de Referenciação de Oncologia;
- Colaborar, como entidade de referência, na elaboração de normas de orientação da prestação de cuidados oncológicos;
- Promover a investigação científica em cuidados de saúde na área da oncologia;
- Participar no ensino pré e pós-graduado e na formação na área da oncologia;
- Prosseguir os processos de acreditação e certificação da qualidade, com reflexos visíveis na prática diária;
- Promover o desenvolvimento pessoal e a qualificação técnica e profissional dos colaboradores, através da responsabilização do desempenho, contributo nos resultados e reconhecimento do mérito;
- Garantir a sustentabilidade do hospital em todas as vertentes, nomeadamente económico-financeira;
- Contribuir para a definição de políticas de saúde;
- Obter sinergias e articular-se com outras instituições de referência, públicas e privadas, na área da oncologia.

2.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL

O IPOLFG, fruto do crescimento da sua atividade e da indefinição política sobre a transferência das instalações, é atualmente uma unidade hospitalar envelhecida, fisicamente desadaptada, apresentando, nalguns casos, condições de funcionamento pouco dignas à prática de cuidados de saúde.

Encontra-se implantado numa área de cerca de 7 hectares, desenvolvendo a sua atividade por 29 edificações, com áreas brutas entre os 17m² e 24.350m².

Com uma lotação média praticada de 261 camas, uma taxa de ocupação de 81,04% e uma demora média de 6,2 dias, o IPOLFG tratou, em 2012, 12.498 doentes em internamento e aumentou a produção cirúrgica em 3,51% (10.657 intervenções cirúrgicas). Em regime de ambulatório realizou 225.959 consultas médicas, 18,46% das quais foram primeiras consultas, representando um aumento de atividade de cerca de 2%; 2.094 cirurgias de ambulatório; 87.576 tratamentos em hospital de dia (mais 11,62%) e 69.344 tratamentos de radioterapia.

07
Sg8

Para realizar a sua atividade, o IPOLFG dispõe de um bloco operatório central com 5 salas de operações para grandes e médias cirurgias em doentes internados e 1 sala para pequenas cirurgias. Dispõe ainda de 2 salas de operações na unidade de cirurgia do ambulatório e uma sala de pequena cirurgia na consulta de dermatologia, para procedimentos cirúrgicos a doentes em regime de ambulatório e aplicação de implantes para radioterapia externa, 1 sala de angiografia para colocação, remoção e revisão de cateteres venosos centrais; 1 sala de tratamento de radioterapia externa em crianças (sob anestesia geral); sala de *High Dose Radiation* (HDR) e 1 sala no hospital de dia da pediatria onde são realizados medulogramas e biópsias osteomedulares, sob anestesia geral.

Destacam-se também os equipamentos da Medicina Nuclear (3 câmaras Gama, 1 PET), da Radioterapia (4 aceleradores lineares, 1 Unidade de cobalto 60) e da Imagiologia (RMN, TAC para adultos e crianças e 1 aparelho de mamografia tridimensional), a funcionar com apoio de um novo sistema PACS (*picture archiving and communication system*).

Atualmente, o IPOLFG tem 53.126 doentes em tratamento, aos quais acrescem 5.522 utentes que se encontram inscritos no IPOLFG em programas de avaliação do risco familiar, dadores de medula óssea, dadores de sangue, rastreio do cancro do colo do útero, apoio familiar (psicologia) e colaboradores da instituição. Os doentes do IPOLFG são maioritariamente pertencentes ao SNS, do sexo feminino (57%) e com uma idade média de 58 anos. Em 2012, registaram-se mais 12.168 inscrições, cujas principais portas de entrada foram a “referenciação direta” (76,28%), seguida do “ALERT PI – CTH” (7,57%) e do “gabinete de referenciação” – GARF (1%), mantendo-se relativamente constante as características demográficas.

A 31 de dezembro de 2012, o IPOLFG contava com 1.885 colaboradores.

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IPOLFG, como entidade pública empresarial, constitui-se estatutariamente através dos seus órgãos sociais, que são o Conselho de Administração, o Fiscal Único e o Conselho Consultivo. Em termos estruturais, organiza-se matricialmente em torno da sua principal atividade, a clínica e, paralelamente, da atividade de ensino e de investigação, com o suporte transversal das áreas de apoio logístico.

Das estruturas de apoio e assessoria direta ao Conselho de Administração destaca-se, em 2012, a alteração introduzida com a nomeação do auditor interno, recrutado internamente, e o fim da consultoria externa que, desde 2002, desempenhava esta função.

07
882

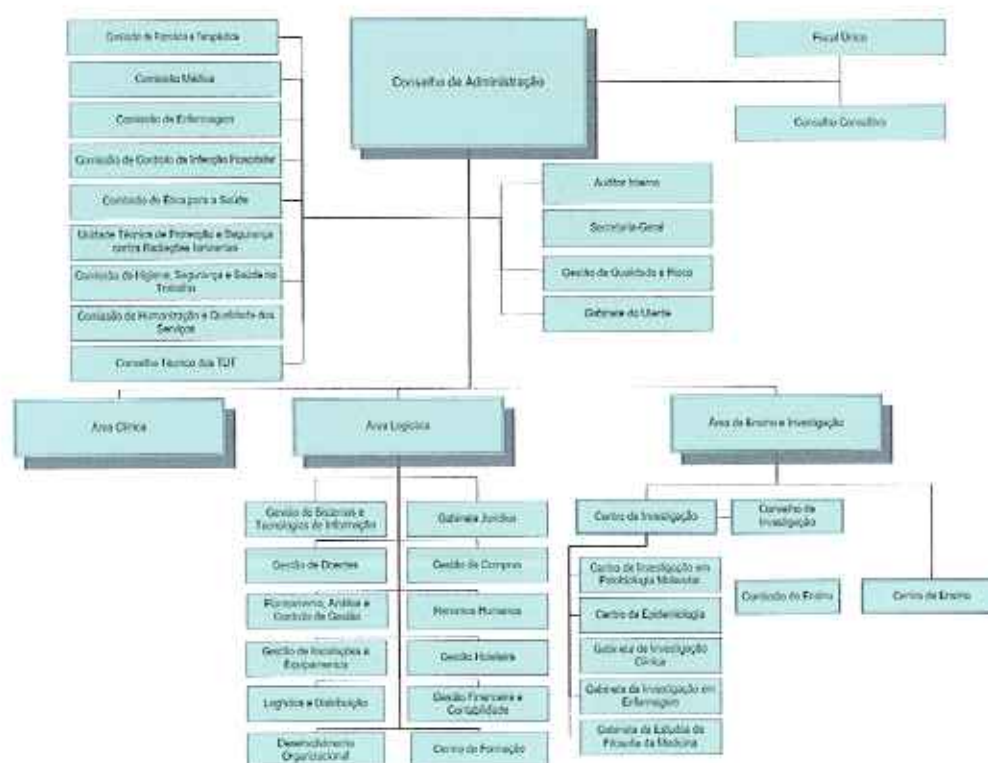
Idealmente, a estrutura matricial prevista no organograma e no regulamento do IPOJ.FG assenta na gestão multidisciplinar da doença, por patologias, conjugada com a atividade clássica dos serviços. Contudo, a operacionalização desta forma de organização do trabalho está ainda parcialmente concretizada, mantendo-se uma concentração do trabalho nos serviços, com uma forte ação multidisciplinar.

A área de ensino e investigação está organizada por atividades e por programas específicos.

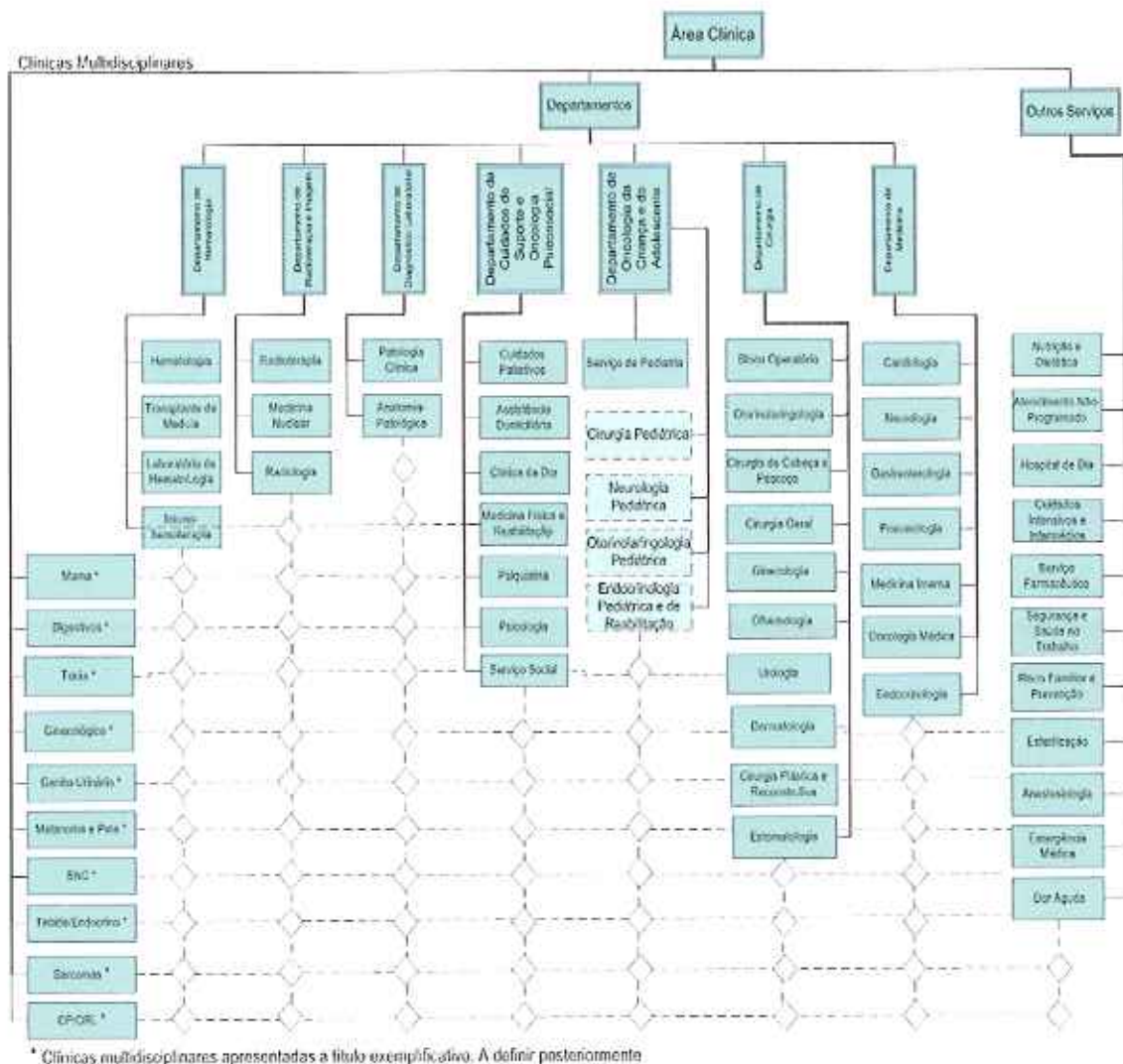
Finalmente, a área de apoio logístico organiza-se verticalmente à instituição e procura, sempre que possível, estruturar-se em torno de processos. De forma a maximizar a efetividade e a eficiência, o recurso a prestações de serviços externas, na área de apoio logístico, manteve-se em 2012, com especial enfoque na área hoteleira e dos contratos de manutenção.

A Figura 1 esquematiza a atual estrutura do IPOJ.FG.

Figura 1 – Organograma do IPOJ.FG



Handwritten signature and date: 17



Fonte: PACG

2.4. INVESTIGAÇÃO

O reconhecimento que a qualidade dos cuidados em oncologia é função de um diagnóstico precoce e de uma correta abordagem terapêutica, os quais são indissociáveis da prevenção cuidada e do estudo aturado da doença oncológica, tem como consequência que a investigação seja um dos objetivos estratégicos do IPOLFG.

Com vista a assegurar o desenvolvimento das atividades de investigação fundamental e aplicada em oncologia, de promover a cooperação com outras unidades vocacionadas para investigação em oncologia e de colaborar na formação de profissionais de saúde e de investigação, o IPOLFG dispõe de um Centro de Investigação que integra unidades de investigação clínica e unidades de

07
2

investigação básica com recursos próprios e atribuições específicas, dispondo igualmente de um banco de tumores no qual são armazenadas amostras para utilização em projetos de investigação. Para além da atividade que é exercida pelas unidades que integram o Centro de Investigação, há ainda atividade científica da iniciativa dos serviços, que é desenvolvida sem o apoio daquelas estruturas.

No ano de 2012, no âmbito das ações desenvolvidas com o intuito de estimular o interesse pela atividade científica, de promover o diálogo entre investigadores, clínicos e outros profissionais de saúde e de dar a conhecer uma parte da atividade de investigação que é realizada no IPOLFG e que muitas vezes não tem a devida visibilidade, a Unidade de Investigação em Patobiologia Molecular realizou 8 *lab meetings* e o Centro de Investigação promoveu um ciclo de conferências que se designou por Encontros de Investigação, que versaram os seguintes temas: Angiogénese – do laboratório à clínica e da clínica ao laboratório; Barrett's Esophagus – from clinical problems to laboratory research; Bancos de Tumores e Humor na Medicina.

Ainda no âmbito da divulgação desta atividade deu-se início a uma compilação de projetos de investigação, ensaios clínicos, artigos publicados e prémios recebidos no ano de 2011, que resultou na publicação do primeiro número de um Anuário da Atividade Científica realizada no IPOLFG.

No que diz respeito à articulação com outras entidades vocacionadas para a investigação foram celebrados protocolos de cooperação com o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), a Universidade da Beira Interior (UBI), o Centro Académico de Medicina de Lisboa (CAML) e o Instituto de Biofísica e Engenharia Biomédica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (IBEB).

O IPOLFG esteve envolvido na realização de 56 Ensaios Clínicos, 27 com recrutamento aberto e 29 em *follow-up*, dos quais 5 se iniciaram em 2012 e 7 terminaram nesse mesmo ano e no desenvolvimento de 86 Projetos de Investigação, dos quais 24 foram aprovados em 2012. Foram ainda publicados 53 artigos em revistas científicas.

O montante de financiamentos externos recebidos em 2012, para desenvolvimento de projetos, foi de 362 455,05€.

Dos projetos de investigação desenvolvidos, 23 foram realizados pela Unidade de Investigação Básica, tendo 6 sido distinguidos com prémios.

O projeto de gestão da qualidade, que já tinha sido iniciado na Unidade de Investigação Clínica, foi alargado a todas as unidades que integram o Centro de Investigação, tendo aquela unidade obtido em 2012 a certificação pela Norma NP EN ISO 9001.

17
S R

2.5. ENSINO

A função de ensino, cometida por lei ao IPOJLFG, confere-lhe uma das suas características mais individualizantes, outorgando-lhe grande responsabilidade na forma como se exerce a assistência oncológica no resto do sistema de saúde.

O hospital manteve, durante o ano de 2012, um largo envolvimento no ensino médico pré-graduado, que inclui a participação de docentes dos serviços de Anatomia Patológica, Hematologia, Endocrinologia, Oncologia Médica, Cirurgia Geral, Cirurgia da Cabeça e Pescoço, Otorrinolaringologia e Radioterapia no ensino das respetivas áreas médicas nas Faculdades de Medicina (FMI) e de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (FCM), na Faculdade Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior e no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Por outro lado, alguns membros do corpo clínico participaram no ensino médico pré-graduado em algumas disciplinas pré-clínicas em várias Instituições, incluindo a Imunologia Clínica na FCM e a Histologia, no âmbito da Cátedra de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Estas atividades docentes incluíram o ensino teórico, prático (nas áreas clínicas, maioritariamente através de estágios desenvolvidos pelos alunos nos serviços das especialidades do IPOJLFG continuamente ao longo do ano letivo) e teórico-prático.

No âmbito da formação médica pós-graduada, o IPOJLFG ministrou os internatos de especialidade de Oncologia Médica, Hematologia, Radioterapia, Radiologia, Medicina Nuclear, Cirurgia Geral, Urologia, Ginecologia, Endocrinologia, Patologia Clínica, Otorrinolaringologia e Neurologia e participou na área de Cirurgia do Estágio Profissionalizante do 6º ano da FMI.

O Instituto participou ainda na formação de alunos de medicina nacionais e estrangeiros através do acolhimento para estágios durante o período de férias em diversos serviços e deu continuidade ao projeto anteriormente iniciado de divulgação de informação sobre o cancro designado por "IPO – Escolas".

Além da intervenção no ensino das profissões autorreguladas e contribuindo para valorizar esta atividade, foi elaborado e aprovado o Regulamento de Estágios Profissionais. Este importante instrumento constitui-se como um espaço gerador de oportunidades de desenvolvimento de competências em situação real de intervenção, decisivas para uma melhor inserção na vida ativa dos estagiários.

O IPOJLFG procurou ainda incorporar na sua atividade de ensino as questões relacionadas com a responsabilidade social. É disso exemplo a celebração de protocolo estabelecido com a Casa Pia de Lisboa, que permitiu enquadrar os seus formandos em estágios profissionais.

17
R

2.6. SUSTENTABILIDADE

O Plano de Atividades de 2012 enquadrou-se no Plano Estratégico do IPOLFG para 2010-2012 e deu continuidade às atividades, alinhadas nos seguintes eixos estratégicos:

- Qualidade, Coordenação e Continuidade dos Cuidados
- Humanização das Condições de Acolhimento dos Doentes
- Redução do Risco Clínico
- Segurança dos Doentes e dos Profissionais
- Investigação e Ensino
- Remodelação da Plataforma Tecnológica
- Desempenho da Área de Apoio Logístico.

Em termos de sustentabilidade económica, o IPOLFG prosseguiu em 2012 a sua missão, respondendo a exigentes solicitações nas diferentes áreas de intervenção. A análise de contexto da envolvente externa e do ambiente interno mantém atuais as conclusões anteriores de que o IPOLFG se debate com graves problemas resultantes da degradação e desadequação das instalações, com o envelhecimento da plataforma tecnológica pesada, com a constante necessidade de adaptação à mudança e risco de alteração do modelo de gestão, num contexto de uma grave crise económico-financeira e social.

Neste sentido, o IPOLFG tomou, ao longo de 2012, um conjunto de decisões estratégicas, particularmente ao nível da política de investimentos e de utilização racional de recursos, com vista a garantir a prossecução da sua missão, num quadro de articulação e cooperação institucional, mas defendendo a auto determinação na gestão e na prestação multidisciplinar de cuidados.

Ao longo do exercício de 2012 aprofundou-se o conhecimento do contexto operacional do IPOLFG e definiram-se como grandes linhas de orientação de gestão a contenção da despesa e a dignificação das condições de prestação de cuidados. Esta orientação visou assegurar a continuidade do excelente desempenho dos profissionais e dos resultados de qualidade e a garantia de acesso e resposta em tempo clinicamente útil.

No domínio da **sustentabilidade social**, o IPOLFG definiu, em 2012, uma conduta baseada em valores éticos que envolvem, designadamente, a adoção de princípios de prudência e o envolvimento dos profissionais na tomada de decisão, a responsabilização pelo progresso do IPOLFG, com transparência e fundamentação, a compreensão e aceitação da interdependência do Instituto com o meio envolvente, numa lógica de criação de valor para o SNS e para a população que atende. Em linha com esta conduta, acresce a prioridade dada à gestão e desenvolvimento dos colaboradores, enquanto fator diferenciador do reconhecimento institucional.

17
Sg R

Neste sentido, as orientações estratégicas desenvolvidas pela Direção dos Serviços de Enfermagem acompanharam as orientações definidas pelo Conselho de Administração do IPOILFG. Destaca-se o forte investimento na capacitação dos enfermeiros para integrar novas dimensões ao seu exercício profissional que, no respeito pelo quadro legal da enfermagem portuguesa e sobretudo do seu enquadramento ético-deontológico, permitiram melhorar os resultados em saúde no reconhecimento de que a complementaridade e a multidisciplinaridade são princípios inquestionáveis de êxito em saúde.

É neste âmbito que se integra o desenvolvimento de áreas de diferenciação e especialização das intervenções em enfermagem, de que se destacam as áreas da dor, das feridas, da estomatoterapia, do acompanhamento domiciliário dos doentes, entre outras. O esforço de reorganização da atividade de enfermagem no IPOILFG, iniciado em 2012 e que se pretende manter e aprofundar, passa pelo incremento das horas de cuidados no acompanhamento dos doentes em ambulatório e da consolidação da vertente de consultoria nas áreas de excelência.

Na mesma linha de desenvolvimento e por razões de qualidade e segurança da informação clínica, médica e de enfermagem, é manifesta a necessidade de dar continuidade aos trabalhos atinentes à implementação do processo clínico eletrónico, para o qual o grupo profissional se encontra a ultimar o padrão de documentação em oncologia em linguagem CIPF, enquanto instrumento facilitador e uniformizador dos processos de informação e de comunicação intra e inter-equipas.

Igualmente importante de destacar é o fortalecimento das relações de trabalho e de cooperação com as Direções dos Serviços de Enfermagem dos IPO de Coimbra e do Porto, no sentido de se desenvolverem atividades conjuntas, nomeadamente ao nível do aperfeiçoamento dos padrões de cuidados, da uniformização de procedimentos, da formação e da investigação.

Todo este esforço, desenvolvido num cenário de forte contenção de despesa e redução do número de horas de cuidados de enfermagem disponíveis, é sem dúvida o maior desafio mas também o maior constrangimento ao seu sucesso.

Por sua vez, a direção clínica empenhou-se, durante o ano de 2012, na definição e consolidação de modificações organizacionais em três áreas principais: otimização do uso de medicamentos, sistematização dos processos de cuidados e gestão de tempos de espera.

A priorização destas áreas decorreu, por um lado, de evidentes problemas conjunturais generalizadamente sentidos, sendo, no entanto, encaradas no IPOILFG como importantes vertentes da definição estratégica do funcionamento do Instituto.

No âmbito da otimização do uso de medicamentos, manteve-se a intensidade da integração do trabalho da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) com os serviços clínicos, corporizada na apreciação individual (por doente nominal) de grande parte das propostas de utilização de

47
Sg 2

medicamentos novos, caros ou com elevado potencial de incorreta ou fútil utilização. Do mesmo modo, procedeu-se à análise dos resultados de eficácia e de segurança da utilização de medicamentos em séries de doentes, análise essa levada a cabo pelos serviços do hospital e seguidamente alvo de análise com a CFT. Os consumos de medicamentos, incluindo a respetiva repercussão na despesa, foram examinados mensalmente pela CFT. Estes exercícios permitiram manter completa satisfação das necessidades de terapêuticas medicamentosas dos doentes tomados a cargo pelo hospital ao mesmo tempo que se limitou o crescimento da despesa nesta rubrica.

Ainda na área da utilização de medicamentos, as CFTs dos três IPOs mantiveram, durante o ano de 2012, reuniões regulares, com vista a obter decisões informadas para um mais amplo conhecimento e fortalecidas pela prática das três instituições de referência na oncologia portuguesa. Com intuito idêntico, a direção clínica do IPOLFG integrou, durante o ano de 2012, os trabalhos do conjunto de hospitais do norte do País designado por "G17".

A consciencialização de que a melhoria da eficiência de que, na decorrência da crescente sistematização do conhecimento científico, todos os gestos com importância clínica carecem da sistematização dos processos de cuidados, tem levado as direções clínicas dos IPOs a procurar a disseminação pela organização do esforço de explicitação dos seus processos clínicos interdisciplinares e a aplicar (ou criar mesmo) instrumentos de planeamento e de controlo do trabalho clínico que sirvam essa sistematização.

Assim, durante o ano de 2012, foram inventariadas as trajetórias clínicas interdisciplinares na complexa área da patologia tumoral mamária e desenvolvida aplicação informática de gestão de processos clínicos. Esta aplicação encontra-se já em uso, tendo-se iniciado em 2012 a sua extensão à patologia tumoral do cólon e reto.

Dada a ainda insatisfatória prontidão no início de tratamentos, nomeadamente cirúrgicos e nos que envolvem a administração de medicamentos em regime de Hospital de Dia, procuraram-se diversas formas de incrementar a capacidade produtiva dos blocos operatórios (incluindo o de Cirurgia de Ambulatório) e do Hospital de Dia de Oncologia Médica e de Hematologia. Infelizmente, utilizadas estas estruturas, já desde há muitos anos, em níveis muito elevados, consciencializa-se, após exame de várias alternativas organizativas que, na conjuntura atual, as limitações e a rigidez na contratação de recursos humanos e, bem assim, na instituição de sistemas remuneratórios que premiassem a produtividade e a qualidade se arvoram em obstáculos decisivos.

Assim, o objetivo de diminuição de tempos de espera inútil no atendimento das necessidades dos doentes oncológicos após acesso ao IPOLFG, ficará dependente dos ganhos que puderem ser conseguidos mercê da referida melhoria na sistematização de processos.

17
Sg 2

Em termos da **sustentabilidade ambiental** importa destacar a melhoria alcançada com a gestão de resíduos, nomeadamente no que se refere a gestão de resíduos perigosos, a implementação rigorosa da recolha selectiva de efluentes hospitalares pela concessionária AMBIMED. Neste ponto destaca-se a erradicação da utilização de aldeídos como método de contaminação/desinfecção de equipamentos médicos, em conformidade com as recomendações preconizadas pelas entidades competentes, passando a ser utilizado o ácido acético. Também a criação, em 2012, de um ecoponto, onde se localizam os depósitos de resíduos sólidos urbanos, resíduos líquidos perigosos e ainda contentores de resíduos recicláveis, veio melhorar esta componente da gestão hoteleira.

O IPOLFG aderiu à campanha "Papel por Alimentos" promovida pelo Banco Alimentar Contra a Fome, tendo contribuído, em 2012, com 3.816 kg de papel. O 4.º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias a favor do IPOLFG angariou mais de 4 milhões de pilhas e baterias usadas que desta forma sofreram um correto tratamento ambiental.

2.6.1. INVESTIMENTOS

O ano de 2012 fica marcado pelas decisões estratégicas de investimento na melhoria de infraestruturas de apoio à prestação de cuidados e à renovação e atualização tecnológica dos equipamentos.

Destacam-se, de seguida, os principais investimentos concluídos durante o exercício de 2012:

Foi possível concluir as obras de remodelação da farmácia hospitalar, passando o IPOLFG a dispor de um serviço com instalações adequadas à provisão de todo o tipo de terapêuticas, necessárias ao tratamento do doente oncológico em condições de segurança, com qualidade e eficiência.

Após um processo conturbado, marcado pela insolvência da empresa adjudicatária das obras de remodelação das instalações de internamento do 5º piso do pavilhão central, onde se encontra em funcionamento o internamento das especialidades de Cirurgia de Cabeça e Pescoço e de Otorrinolaringologia, foi possível proteger juridicamente os interesses do IPOLFG e concluir as obras de requalificação, cuja entrada em funcionamento, no segundo semestre de 2012, contribuiu, indissociavelmente, para garantir a melhoria das condições assistenciais e a efetividade do tratamento clínico aos doentes oncológicos com patologia do foro das vias aéreas superiores.

No serviço de radioterapia, destaca-se com particular importância, as obras de adaptação associadas à instalação de três aceleradores lineares. A entrada em funcionamento destes equipamentos, um no primeiro semestre e dois já no final do ano, são elementos marcantes da sustentabilidade do

07
S2 &

IPOLFG, quer em termos económico-financeiros, quer de filosofia de tratamento e abordagem ao doente oncológico.

Foram ainda realizadas e concluídas as obras de remodelação e ampliação do Hospital de Dia, da Consulta Não Programada e da Unidade de Transplante de Medula (UTM).

A adaptação às normas de segurança contra incêndios e controlo de acessos tem vindo a ser realizada em simultâneo com as obras de requalificação. Ainda no campo da segurança de instalações e equipamentos foi possível proceder à remodelação e ampliação do quadro geral de baixa tensão do posto de transformação do pavilhão da radioterapia e do pavilhão da farmácia.

As necessidades de manutenção das áreas de apoio foram encetadas ao longo do exercício, destacando-se a substituição das coberturas dos pavilhões do Centro de Investigação em Patologia Molecular, do pavilhão da Gestão de Instalações e Equipamentos, as obras de adaptação da Secretaria-Geral e do Gabinete de Audiovisuais e de novas áreas de estacionamento.

Embora o atual enquadramento seja muito restritivo em matéria de investimentos, o IPOLFG obteve o apoio da tutela para desenvolver, com cariz prioritário, a política de requalificação e dignificação das instalações, dispondo, para tal, de verbas de capital estatutário.

Neste sentido, e por decisão do Conselho de Administração, em linha com a estratégia de sustentabilidade definida, iniciaram-se, em 2012, os procedimentos administrativos e concursais atinentes à realização das obras de remodelação do piso 2 do pavilhão de medicina, onde se encontra o internamento de Oncologia Médica; do piso 3 do pavilhão de medicina, onde se encontra o internamento de Oncologia Médica II, Gastroenterologia, Endocrinologia e Neurologia; do piso 4 do pavilhão Central, onde se encontra o internamento de Ginecologia, Urologia, Cirurgia Plástica e Reconstrutiva e de Pneumologia. Foram ainda iniciados os procedimentos de beneficiação da ala ponte do internamento da especialidade de pediatria.

A possibilidade de utilização das instalações da antiga escola de enfermagem, com uma área de aproximadamente de 3.500 m², localizada no perímetro do instituto, abriu uma nova oportunidade de requalificação e reorganização funcional do IPOLFG. Neste sentido, em 2012 iniciaram-se os estudos, com apoio técnico especializado, para reformular o programa funcional do Hospital, com vista a melhorar a eficiência de processos e garantir a boa gestão dos dinheiros públicos.

Ainda sob a égide da sustentabilidade, em 2012 foram desenvolvidos estudos e contactos que permitiram transferir a licença, na posse do SUCII-DALKIA, para instalação de um sistema de cogeração do Hospital Magalhães de Lemos, no Porto, para instalação no IPOLFG de um sistema de trigeração. Este sistema apresenta relevantes vantagens financeiras, sociais e ambientais para o IPOLFG. Com um investimento partilhado com o SUCH-DALKIA, permite dar cumprimento à legislação em vigor, em matéria de emissões de carbono e de eficiência energética; reduzir as

07
SJR

emissões de dióxido de carbono e diminuir custos operacionais, nomeadamente os custos associados ao consumo de energia, bem como substituir os equipamentos da central térmica e das redes de águas que apresentam, no curto prazo, necessidades de investimentos materialmente muito relevantes.

2.6.2. RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS

O IPOLFG alcançou, em 2012, melhorias materialmente muito relevantes na redução de custos operacionais, num cenário de aumento da produção global, o que se traduziu naturalmente na melhoria dos níveis de eficiência e de produtividade.

As características da casuística e do modelo de cuidados, nomeadamente a exclusividade de patologia oncológica e pré oncológica e a inexistência de serviço de urgência, tem permitido ao IPOLFG ser reconhecido como uma instituição onde a racionalização na utilização dos recursos face aos resultados atinge hoje níveis muito satisfatórios. Pelo exposto, importa reforçar que as intervenções de melhoria, a que ainda haja lugar, terão reflexos marginais na redução de custos.

A gestão hospitalar, centrada em medidas de eficiência e qualidade de processos e resultados, não se esgota nas decisões estratégicas tomadas no topo da hierarquia. As estruturas de direção intermédia têm um papel de extraordinária relevância, pelo que o empenho e acompanhamento das decisões e resultados obtidos a este nível foram parte do sucesso alcançado neste, ainda longo, percurso de consolidação da sustentabilidade do IPOLFG.

Neste contexto e como anteriormente abordado, a atenção centrou-se fortemente na prática clínica. A minimização de futilidades na introdução de novos fármacos e no escrutínio das indicações terapêuticas, através de protocolos clínicos de diagnóstico e tratamento, de consultas multidisciplinares de decisão terapêutica, de ações proactivas da comissão de farmácia e terapêutica, e, no mesmo sentido, embora de forma menos expressiva, na racionalização da requisição e realização de meios complementares de diagnóstico e de terapêutica foram algumas das medidas reforçadas e desenvolvidas durante o ano de 2012.

Não obstante, importa referir que a evolução da despesa com medicamentos foi favoravelmente afetada pela descida de preço em alguns medicamentos relevantes (devido ao aparecimento de homólogos genéricos) e que a redução do consumo em classes de medicamentos não oncológicos contribuiu para o controlo da despesa e permitiu compensar o aumento do consumo registado em medicamentos oncológicos, que se deveu, fundamentalmente, ao aumento da procura de cuidados registada no IPOLFG.

07
Sg 2

No que respeita à racionalização de recursos, acresce ainda destacar os efeitos decorrentes das negociações com a indústria farmacêutica e respetivo retorno financeiro e os processos conjuntos de avaliação do mercado, realizados em conjunto com os IPO de Coimbra e Porto. Recentemente, o IPO/LFG aderiu ao acordo compromisso para a política comum para o uso racional de medicamentos e material de consumo clínico (G17), em conjunto com alguns hospitais da Região Norte do país, de onde se espera obter sinergias significativas no consumo e nas compras de medicamentos e dispositivos médico, no curto prazo.

Adicionalmente, foram implementadas diversas iniciativas no sentido de alterar a gestão dos pedidos de consumíveis dos serviços, nomeadamente através do controlo e redução de *stocks* de existências e do acompanhamento e controlo dos níveis de consumos.

No processo de acomodação dos custos em 2012, salienta-se ainda, de forma significativa, a redução da rubrica de subcontratos, principalmente o efeito nos custos com a prestação de tratamentos de radioterapia realizados no exterior. Este efeito resulta da entrada em funcionamento dos aceleradores lineares e da negociação de novos preços que vigoraram em 2012.

Destaca-se também, o reflexo positivo nos custos da renegociação de contratos com diversos fornecedores de fornecimentos e serviços externos, nomeadamente nas áreas de comunicação, seguros, conservação e reparação, alimentação, lavandaria e outros trabalhos especializados.

De forma não desprezível, há ainda a referir o efeito da redução dos custos com pessoal, que reflete o esforço de racionalização na organização do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no IPO/LFG, designadamente através de uma estreita política de racionalização e redução de efetivos e da limitação do recurso a trabalho extraordinário e a prevenções.

017
Sg 2

3 - CONTRATO PROGRAMA

O planeamento da atividade assistencial para 2012 inseriu-se nas linhas de orientação estratégicas para o triénio 2010/2012, no âmbito do ciclo de contratualização externa e interna do processo de gestão.

O contrato-programa e o plano de desempenho para 2012 foram fortemente condicionados pela restrição orçamental da dotação afeta ao SNS. Neste sentido, a redução da verba total de financiamento do contrato-programa do IPOLFG, em 2012, foi de cerca de 3 % face a 2011, totalizando 101.746.498,21€, dos quais 97.676.638,28€ referentes à produção contratada, medicamentos cedidos em ambulatório e verba para formação de internos. Esta redução foi, contudo, ligeiramente menos penalizante que a verificada para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Em 2012, os preços das linhas de produção sofreram uma redução de 8% e foi atualizado o índice de *case mix* da produção de internamento e de ambulatório (classificada em GDH) para o índice de complexidade da prestação de cuidados realizada em 2010 (em 2011, referia-se à produção realizada em 2007).

O contrato-programa é praticamente a única fonte de financiamento do IPOLFG, representando cerca de 97% do total da faturação e aproximadamente 94% dos proveitos totais.

Quadro 1 - ICM e Preços

	2012		
	ICM	Preço Base	Preço
Internamento Médico	1,3928	2.116,37 €	2.947,68 €
Internamento Cirúrgico	2,0561	2.116,37 €	4.351,47 €
Ambulatório Médico	0,1371	2.116,37 €	290,15 €
Ambulatório Cirúrgico	0,7807	2.116,37 €	1.652,25 €

Fonte: PAGC

Neste contexto, a fundamentação da proposta de produção do IPOLFG ficou, contratualmente e para efeitos de financiamento, subquantificada e subvalorizada face à estimativa das reais necessidades da procura e da contratualização interna.

As linhas de orientação subjacentes à elaboração da proposta assentaram essencialmente na promoção da atividade programada, em detrimento da assistência não programada, com reforço da

407
Sg R

articulação com os cuidados de saúde primários e da promoção das consultas externas. No acesso a primeiras consultas hospitalares e à cirurgia, procurando assegurar os tempos máximos de resposta garantidos, funcionando com o programa da Consulta a Tempo e Horas (CTII) e com o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC). Estas medidas, concertadas com a adequada gestão da consulta hospitalar, em termos de efetivação de altas e encaminhamento para os cuidados de saúde primários e a transferência de cuidados do internamento para o ambulatório, reduzindo o número de camas de internamento, e por fim a maximização da capacidade instalada na produção de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, como linha de orientação global.

A importância da melhoria da qualidade e eficiência dos hospitais, expressa nos indicadores dos incentivos institucionais, foi reforçada neste exercício, passando a valorizar-se em mais 2,3 p.p. do financiamento global que o valor praticado no ano anterior, representando no contrato-programa do IPOLFG 4M€.

O processo de contratualização foi acompanhado da apresentação, em setembro de 2012, de um plano de ajustamento que prevê a obtenção de um EBITDA positivo já em 2013, antecipando o prazo estipulado pela tutela num exercício económico. É importante enaltecer que, a acomodação e recuperação de resultados económico-financeiros em 2012, particularmente o ajustamento de custos operacionais projetados no plano e verificada no encerramento de contas, é conseguida num quadro de aumento dos cuidados prestados em todas as linhas de produção e é ainda acompanhada de um conjunto de intervenções de requalificação e dignificação das instalações do hospital.

O IPOLFG não teve encargos financeiros pela prestação de cuidados cirúrgicos realizados noutras instituições, pois, embora nem sempre tenha conseguido garantir os tempos de resposta, o envolvimento e a confiança nos cuidados prestados fizeram com que os doentes optassem por realizar as cirurgias no Instituto.

Do processo de negociação com a ARSLVT resultou a revisão de alguns valores inicialmente propostos pelo IPOLFG no plano de desempenho, de forma a contribuir para a resposta às necessidades regionais da população e de convergência, em termos de eficiência na utilização de recursos. Salienta-se que foram cumpridas as solicitações, exceto o aumento das consultas de Endocrinologia e da Cirurgia de Ambulatório, o que se deve fundamentalmente a dificuldades de recursos humanos no primeiro caso e ao tipo de casuística atendida no IPOLFG, no segundo. Estes argumentos haviam sido apresentados em sede de contratação. Os ajustamentos ao plano de desempenho, para acomodar o valor de financiamento, foram efetuados com respeito pelas taxas de prestação de cuidados a utentes do SNS e transversalmente a todas as linhas de produção.

47
Sg R

O IPOLFG cumpriu, como definido contratualmente, com o envio atempado da informação de acompanhamento da produção e de desempenho económico-financeiro, fundamentando os desvios registados, face aos instrumentos previsionais que acompanharam o contrato-programa.

No quadro seguinte apresentam-se os valores contratualizados e realizados em 2012, por linha de produção, com os respetivos desvios absolutos e correspondentes taxas de execução.

Quadro 2 – Execução do Contrato-Programa 2012

CONTRATO PROGRAMA 2012	Contrato (SNS)	Realização (SNS)	Dif Real/ Contrato	Realização/ Contrato
Consultas Externas:				
N.º Primeiras Consultas Médicas	38.340	40.214	1.874	104,9%
N.º Consultas Médicas Subsequentes	162.758	181.936	19.178	111,8%
Total do Consultas Médicas	201.098	222.150	21.052	110,5%
Internamento:				
Doentes saídos	11.850	12.190	340	102,9%
GDH Médicos:	7.062	7.146	84	101,2%
GDH Cirúrgicos	4.788	5.036	248	105,2%
Total de GDH Internamento	11.850	12.182	332	102,8%
Sessões em Hospital de Dia:				
Hematologia	16.031	20.854	4.823	130,1%
Imuno-Hemoterapia	2.757	3.476	719	126,1%
Total do Hospital de Dia	18.788	24.330	5.542	129,5%
Serviços Domiciliários:				
Visitas Domiciliárias	998	3.281	2.283	328,8%
Lar (IPO):				
Dias de Estadia	13.101	18.808	5.707	143,6%
GDH Médicos Ambulatório:				
Quimioterapia	25.792	28.875	3.083	112,0%
Radioterapia	60.025	67.572	7.547	112,6%
Outros	42	888	846	2114,3%
Total de GDH Médicos Ambulatório	85.859	97.335	11.476	113,4%
GDH Cirúrgicos Ambulatório	2.488	1.711	-777	68,8%

Fonte: PACC

Da análise ao quadro anterior e comparando a atividade realizada face à contratada, podemos verificar que só a Cirurgia de Ambulatório teve uma taxa de execução inferior ao contratado, tendo registado menos 777 GDH cirúrgicos de ambulatório. Importa, no entanto, evidenciar o aumento das pequenas cirurgias praticamente na mesma proporção.

07
888

Ao nível dos objetivos de qualidade e eficiência, o quadro seguinte evidencia a taxa de realização alcançada pelo IPOLFG, bem como o valor financeiro estimado:

Quadro 3 – Taxa de Execução dos Objetivos Institucionais 2012

		Ponderador	Valor Incentivo	Objectivo 2012	Realizado
OBJECTIVOS NACIONAIS PARA 2012					
ACESSO					
50%	Peso das 1as consultas no total das consultas médicas	3%	122.095,80 €	19,20%	18,60%
	Permitiragem deentes simulizados para RNCC	3%	122.095,80 €	22,30%	14,94%
	%da consultas CIII no total 1as consultas	3%	122.095,80 €	9,00%	6,60%
	% de doentes cirurgicos tratados em tempo adequado	3%	122.095,80 €	83,00%	80,93%
	% de utentes refer para CII atendidos em tempo adequado	3%	122.095,80 €	95,70%	94,60%
		15%	610.478,99 €		
DESEMPENHO ASSISTENCIAL					
20%	Demora média (dias)	7%	290.704,28 €	6,7	6,22
	% de doentes saídos e intern acima do limiar maximo	4%	174.422,57 €	1,30%	1,06%
	% de cirurgias de ambulatorio no total das programadas	4%	174.422,57 €	33,90%	30,60%
	% de embalagens meds genéricas no total embalagens meds	4%	174.422,57 €	35,00%	35,02%
		20%	813.971,99 €		
DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO					
15%	Peso custos com pessoal ajustados nos prov operacionais	3%	122.095,80 €	43,70%	44,5%
	% dos custos INLI(seleccionados) no total custos Pessoal	3%	122.095,80 €	17,00%	15,40%
	% prov operacionais extra CP no total prov operacionais	3%	122.095,80 €	5,50%	9,20%
	EBITDA	3%	122.095,80 €	- 680.487,00 €	- 3.115.940,13 €
	Acrescimo de dívida vencida	3%	122.095,80 €	1,0	1,00
		15%	610.478,99 €		
OBJECTIVOS REGIONAIS					
50%	Redução da lotação praticada	15%	610.478,99 €	-5	-5,0
	Tempo medio resposta para consultas CIII	10%	406.985,99 €	29	30,5
	Tempo medio de espera em LIC	15%	610.478,99 €	60	65,0
	Costos com MCIDT exterior (var% 2012/2011)	10%	406.985,99 €	-35,60%	-38,60%
		50%	2.034.929,97 €		
Total Incentivo Institucional			4.069.859,93 €	Total Incentivo (estimado)	3.683.560,72 €

Fonte: PAGC

07
888

Importa, desde já referir que, em termos financeiros, o único objetivo cuja estimativa de atribuição de valor não atinge os 100% é o EBITDA por questões conjunturais explicadas à frente.

OBJETIVOS NACIONAIS

ACESSO

- **Peso das primeiras consultas no total das consultas médicas**

A percentagem alcançada foi 18,6%. De notar que a concretização deste indicador está dependente da atividade de consulta não programada, cuja estimativa é particularmente difícil de efetuar.

- **Permilagem de utentes sinalizados para a RNCC**

A permilagem alcançada foi 14,94%. Foram efetuadas diligências pela equipa de gestão de altas, em conjunto com os responsáveis dos serviços, particularmente de Cirurgia Geral, Oncologia Médica e Neurologia, no sentido de melhorar o desempenho nesta área. Acresce que o tipo de resposta da rede de Cuidados Continuados não tem contribuído para o alinhamento deste objetivo.

- **% de consultas realizadas e registadas no CTH relativamente ao total primeiras consultas**

A percentagem alcançada foi de 6,6%. A concretização deste indicador não depende inteiramente do IPOLFG, mas essencialmente dos pedidos efetuados pelas entidades referenciadoras. Foi reforçado junto das entidades referenciadoras, nomeadamente dos centros de saúde, a necessidade de efetuar os pedidos pelo CTH e de cumprimento das normas administrativas de referenciação. Não obstante, o IPOLFG optou por continuar a não recusar os pedidos “não-conformes” e manteve o atendimento e a resposta aos doentes.

- **% de doentes cirúrgicos tratados em tempo adequado**

A percentagem alcançada foi de 80,93%. As dificuldades de gestão do bloco operatório têm sido objeto de permanente análise. O agendamento cirúrgico atendeu prioritariamente a critérios clínicos, o que contribuiu para que não houvesse cirurgias realizadas noutras instituições, sempre que são ultrapassados os tempos de resposta máximo garantidos.

07
882

- **% de utentes referenciados para Consulta Externa atendidos em tempo adequado**

A percentagem alcançada foi de 94,6%, encontrando-se, uma vez mais, a avaliação clínica como prioridade.

DESEMPENHO ASSISTENCIAL

- **Demora média (dias)**

O objetivo foi superado. O tempo médio alcançado foi de 6,2 dias, quando estava previsto um tempo médio de 6,7 dias.

- **% de doentes saídos do internamento acima do limiar máximo**

O objetivo foi alcançado com uma percentagem de 1,06 %, sendo a meta de 1,3%.

- **% de cirurgias de ambulatório no total das programadas**

A realização deste objetivo ficou nos 30%, o que se deve essencialmente ao tipo de casuística e de população atendida no hospital. Esta situação era expectável e foi apresentada e fundamentada aquando do processo de contratualização externa.

- **% de embalagens medicamentos genéricos no total embalagens medicamentos**

O objetivo de 35% foi alcançado.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

- **Peso dos custos com pessoal ajustado nos proveitos operacionais**

O objetivo realizado cifrou-se em 44,5%. Importa salientar que se verificou um acréscimo de custos não previstos, devido à contabilização dos subsídios de férias, por força do Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional.

07
SS R

- **% dos custos com HE, Suplementos e FSE III no total dos custos Pessoal**

O resultado obtido foi de 15,4% quando estava contratualizado 17%. O desvio deve-se ao acréscimo dos custos com pessoal já referido.

- **% de proveitos operacionais extra CP no total dos proveitos operacionais**

O objetivo foi superado, em 3,8 p.p. . Este desvio fundamenta-se na obtenção de proveitos extra contrato-programa superiores aos valores orçamentados, designadamente taxas moderadoras, programas verticais e outras faturas.

- **EBITDA**

A contabilização não orçamentada dos subsídios de férias, no montante de 2,5 M€, constitui uma alteração conjuntural que altera os pressupostos subjacentes à definição da meta, que, por este motivo, não foi alcançada.

- **Acréscimo de dívida vencida**

O objetivo foi cumprido, a dívida vencida reduziu 62%, de 20 M€ em dezembro 2011, para 7,7 M€ em dezembro 2012.

OBJETIVOS REGIONAIS

- **Redução da lotação praticada**

O objetivo foi alcançado a 100%.

- **Tempo médio de resposta para consultas realizadas no CTH**

O tempo médio de resposta foi de 30,5 dias, quando a meta apontava para 29 dias. Salienta-se a discordância do IPOLFG, relativamente à contabilização do tempo médio de resposta para consulta considerar todo o tempo decorrido desde o envio pelo médico de família até à realização da consulta no IPOLFG, incluindo o tempo que decorre quando existe uma devolução ou pedido de esclarecimento ao Centro de Saúde. Este facto, alheio ao IPOLFG, não permitiu cumprir a meta.

07
S&L

- **Tempo médio de espera em LIC**

O tempo médio alcançado foi de 65 dias, quando estava previsto um tempo médio de 60 dias (taxa de concretização de 92,3%). A análise da situação revela que o acesso alargado à consulta, acompanhado da área de abrangência da população atendida, se constituam como fatores de estrangulamento no agendamento cirúrgico. Mais uma vez, importa referir que os critérios clínicos são sempre criteriosamente analisados e que o IPOLFG não tem registo de propostas cirúrgicas resolvidas noutras entidades.

- **Custos com MCDT solicitados ao exterior**

O objetivo foi totalmente cumprido, os MCDT solicitados ao exterior reduziram 38,6%, quando estava prevista uma redução de 35,6%.

07
Sg8

4 - PRODUÇÃO REALIZADA

No quadro seguinte apresenta-se a atividade assistencial global do IPOLFG em 2012, comparando com o período homólogo.

Quadro 4 – Produção realizada em 2012/2011

PRODUÇÃO TOTAL	2012	2011	Variação %	Variação Absoluta
Consultas Médicas				
Principais Consultas	41.125	42.041	-2,18	-916
Consultas Subsequentes	184.834	179.435	3,01	5.399
Total de Consultas Médicas	225.959	221.476	2,02	4.483
Internamento				
Doentes saídos	12.498	12.560	-0,49	-62
Doentes Tratados - Internamento	12.653	12.725	-0,57	-72
Lotação Praticada	261	271	-3,69	-10
Actividade Cirúrgica				
Cirurgia Convencional	5.284	5.158	2,44	126
Cirurgia Ambulatório	2.094	2.100	-0,29	-6
Total de Cirurgias	7.378	7.258	1,65	120
Total de Pequena Cirurgia	3.279	3.038	7,93	241
Total de Actividade Cirúrgica	10.657	10.296	3,51	361
Hospital de Dia				
Sessões de H. de Dia de Imuno Hemoterapia	3.574	3.275	9,13	299
Sessões de Hospital de Dia de Hematologia	21.341	21.177	0,77	164
Sessões de Hospital de Dia de Quimioterapia	29.079	28.150	3,30	929
Sessões de Hospital de Dia Outros	33.582	25.858	29,87	7.724
Total de Sessões de Hospital de Dia	87.576	78.460	11,62	9.116
Radioterapia				
Radioterapia Tratamentos	69.314	72.684	-4,60	-3.340
Doentes em Radioterapia	3.265	3.378	-3,35	-113
Transplantes				
Transplantes autólogos	47	56	-16,07	-9
Transplantes alogénicos	12	9	33,33	3
Transplantes não relacionados	26	19	36,84	7
Total de Transplantes	85	84	1,19	1
Visitas Domiciliárias				
Visitas Domiciliárias	3.280	3.470	-5,48	-190
Lar				
Utentes no Lar	3.496	3.421	2,19	75

Fonte: PACG

07
S&P

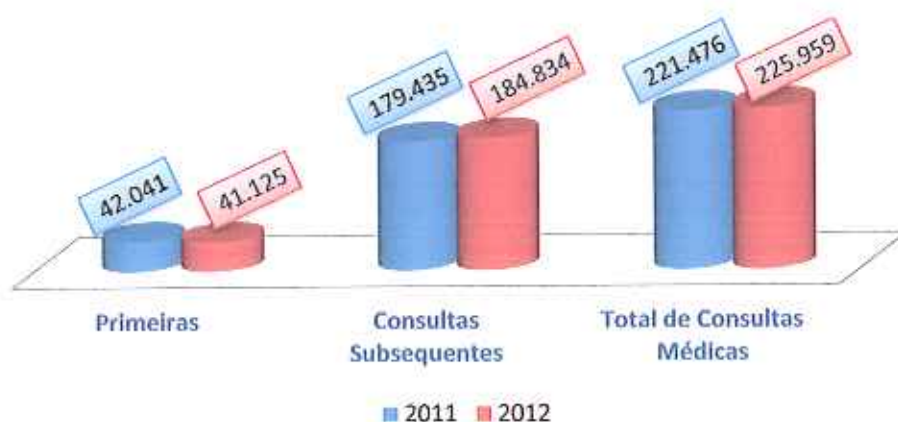
4.1. CONSULTA EXTERNA

Em 2012, efetuaram-se mais 4.483 consultas do que no período homólogo, correspondendo a uma variação de 2,02%. As primeiras consultas registaram um decréscimo de 2,18% (916 consultas), tendo as consultas subsequentes apresentado um crescimento de 3,2% (5.399 consultas).

As primeiras consultas representaram 18,46% do total das consultas médicas, sendo de 4,4 o ratio de subsequentes. Estes valores são influenciados pela atividade do atendimento não programado, sem a qual aquelas percentagens passariam a 19,3% e 4,2%, respetivamente.

Os atendimentos em consulta não programada ascenderam a 9.469 consultas, o que representa 4,2% do total das consultas médicas, cerca de 26 consultas diárias.

Figura 2 - Consultas Realizadas

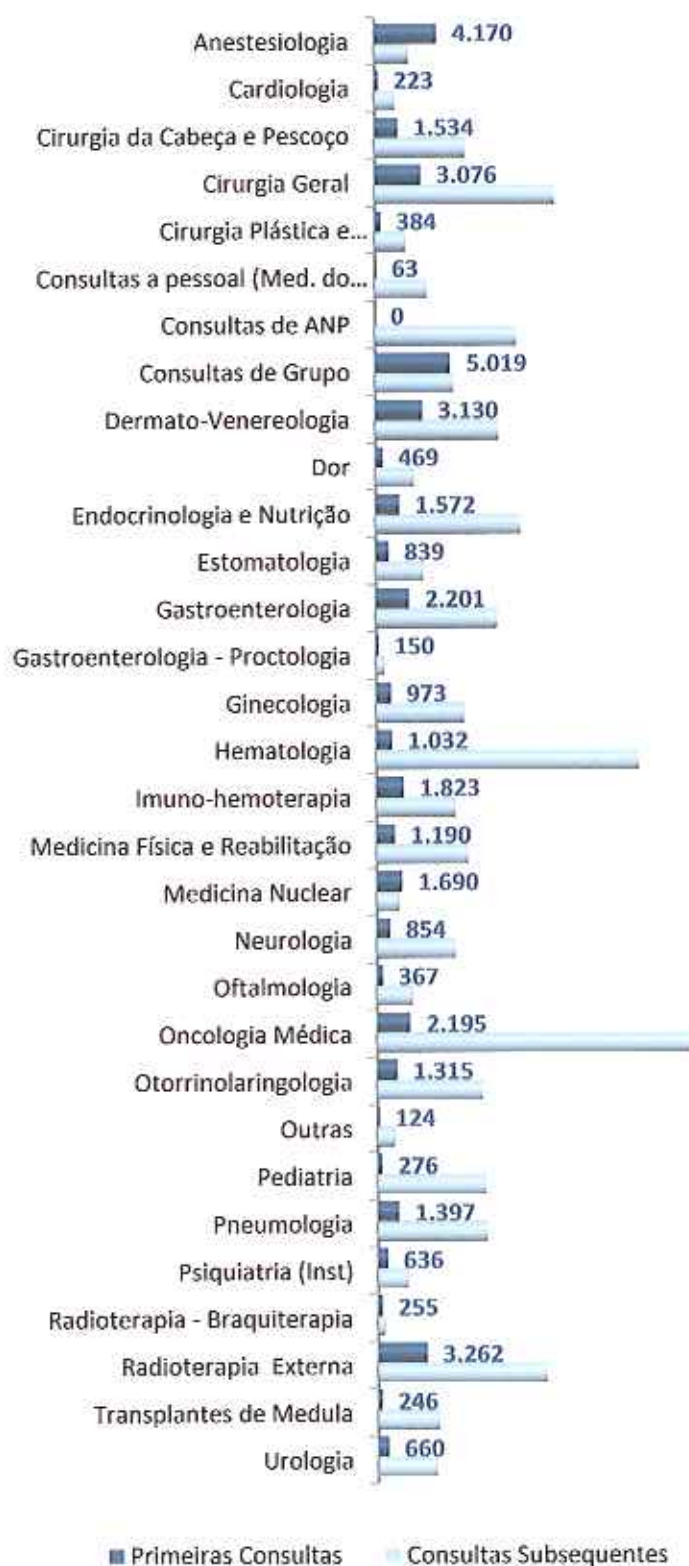


O quadro seguinte espelha a atividade de consulta (primeiras consultas e consultas subsequentes por especialidade).

Durante o ano de 2012 mantiveram-se alguns constrangimentos ao nível dos recursos médicos com reflexos na atividade de consulta, particularmente nas especialidades de Gastroenterologia e Endocrinologia.

107
S&L

Figura 3 -- Consultas por Especialidade em 2012



Fonte: PAGC

07
82

4.1.1. ACESSO À CONSULTA EXTERNA

O acesso ao IPOLFG é histórica e tradicionalmente muito flexível, atendendo todos os doentes que se apresentem diretamente no hospital com informação clínica fundamentada. Esta decisão/política visa centrar a atividade clínica no doente e na resposta às necessidades efetivas da procura.

Nos últimos anos foram introduzidas normas e regras administrativas, nomeadamente ao nível da consulta a tempo e horas (CTH), que têm alterado a dinâmica de funcionamento hospitalar e a forma de articulação com as entidades referenciadoras, nomeadamente com os centros de saúde. O quadro seguinte comprova o atrás referido, evidenciando que a referência direta se mantém como principal porta de entrada no IPOLFG, sendo igualmente a via mais eficiente na resposta.

A mediana do tempo de espera para consulta não ultrapassa em nenhum dos tipos de referência os 16 dias (no caso do Alert P1 – CTH), sendo que este indicador está sobredimensionado por conter os dias de devolução dos pedidos e de espera por esclarecimentos clínicos solicitados.

Quadro 5 – Referência para Consulta Externa

Via de Referência	Total de pedidos entrados em Lista de Espera de Consulta (% do total)	Mediana do tempo de espera para avaliação do pedido e marcação da consulta (dias)	Nº de consultas realizadas	Mediana do tempo de espera para consulta (dias)
ALERT P1	5.608 (39)	3	3.268	16
GAREF	1.655 (11)	3	1.214	15
DIRECTA	7.227 (50)	0	6.907	0
Total Geral	14.490	0	11.389	7

ALERT P1

Referência efetuada pelo ALERT P1

GAREF

Referência efetuada por profissionais de outros hospitais, centros de saúde ou outros através de e-mail, fax ou carta ou entregue pessoalmente pelo doente no Gabinete de Referência

DIRECTA

Referência entregue pessoalmente pelo doente nos Serviços do IPOLFG

Total de pedidos entrados em Lista de Espera de Consulta (%)

Nº total de doentes referenciados ao IPOLFG no 2012 (percentagem do tipo de referência sobre o nº total de consultas)

07
S&L

Mediana de tempo de espera para avaliação do pedido e marcação da consulta (dias)

Nº de consultas realizadas

Mediana de tempo de espera para consulta (dias)

Mediana de dias entre a entrada em Lista de Espera para Consulta e a marcação da consulta

Nº de consultas realizadas no ano 2012

Mediana de dias entre a entrada em Lista de Espera para Consulta e realização da consulta

Fonte: Gestão de Doentes

4.2. ATIVIDADE EM INTERNAMENTO

Ao nível do internamento, com uma lotação média de menos 10 camas que em 2011 (261 camas) e apesar dos constrangimentos decorrentes de obras de remodelação realizadas durante o ano de 2012, o número de doentes saídos registou apenas o ligeiro decréscimo de 62 doentes. Os indicadores da demora média de internamento (6,2 dias) e da taxa de ocupação (81,04%) registaram valores inferiores aos registados no ano de 2011, como se pode observar nas figuras seguintes:

Figura 4 - Doentes Saídos

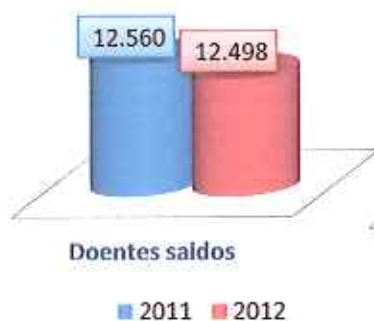


Figura 5 - Demora Média

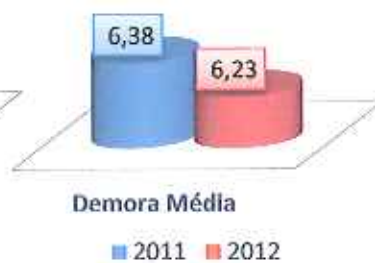


Figura 6 - Taxa de Ocupação



No quadro seguinte apresentam-se os diagnósticos principais da admissão a internamento em 2012 e em 2011. Mantêm-se como diagnósticos principais da codificação dos processos clínicos a “admissão para quimioterapia” e as neoplasias malignas da tiroide e da mama. Contudo, regista-se em 2012 uma alteração na ordenação das 10 principais patologias, com particular relevo para:

174.8 Neoplasia maligna da mama feminina, localização ncop, que passou de 201 para 334 casos;

182.0 Neoplasia maligna do corpo do útero, exceto istmo, que passou de 175 para 290;

154.1 Neoplasia maligna do reto que passou de 101 para os 122;

591 – Hidronefrose, passou dos 74 casos para os 107.

07
SJR

Quadro 6 – Diagnósticos principais mais frequentes

Diagnósticos Principais (Os 10 Mais Frequentes (Acumulado)	2012	Diagnósticos Principais (Os 10 Mais Frequentes (Acumulado)	2011
V58.11 - admissão par quimioterapia antineoplásica	2.842	V58.11 - admissão par quimioterapia antineoplásica	2.917
193 - neoplasia maligna da glândula tireoide	665	193 - neoplasia maligna da glândula tireoide	599
174.8 - neoplasia maligna da mama feminina, localização ncop	334	174.4 - neoplasia maligna do quadrante superior externo da mama femi	539
174.4 - neoplasia maligna do quadrante superior externo da mama femi	319	162.3 - neoplasia maligna de lobo, brônquio ou pulmão superior	209
182.0 - neoplasia maligna do corpo do útero, excepto istmo	290	174.8 - neoplasia maligna da mama feminina, localização ncop	201
162.3 - neoplasia maligna de lobo, brônquio ou pulmão superior	177	182.0 - neoplasia maligna do corpo do útero, excepto istmo	175
161.8 - neoplasia maligna de local especificado ncop da laringe	126	161.8 - neoplasia maligna de local especificado ncop da laringe	163
154.1 - neoplasia maligna do recto	122	188.8 - tumor maligno da bexiga urinária ncop	140
591 - hidronefrose	107	196.3 - neoplasia maligna sec. ou n/espec. G.linfat. Axila ou	115
188.8 - tumor maligno da bexiga urinária ncop	105	154.1 - neoplasia maligna do recto	101

Fonte: PACG – NETSIC CE

A codificação dos processos clínicos de internamento aponta para um aumento da complexidade dos casos tratados em regime de internamento no ano de 2012.

Ainda ao nível da codificação em GDH e em conformidade com a informação constante no quadro abaixo e com a casuística do ano anterior , o maior volume de episódios de internamento está classificado no GDH 410 (admissão para quimioterapia), seguido do GDII 258 (mastectomia total por doença maligna) e do GDII 301 (doenças endócrinas).

Dos GDHs mais frequentes em 2012 destacam-se o GDII 363 (Dilatação e curetagem, conização/implantação de rádio, por doença maligna) e o GDH 353 (Evisceração pélvica, histerectomia/vulvectomy radicais), que não constavam na tabela dos 10 mais em 2011.

O quadro seguinte apresenta os 10 GDH de internamento mais frequentes em 2012, que representaram 37% dos episódios de internamento.

Quadro 7 – GDH de Internamento mais frequentes

10 mais frequentes GDH Internamento	2012	2011
410-Quimioterapia	2.512	2.909
258-Mastectomia total por doença maligna, sem CC	470	508
301-Doenças endócrinas, sem CC	313	386
363-Dilatação e curetagem, conização/implantação de rádio, por doença maligna	226	não nos 10 mais
266-Enxerto cutâneo e/ou desbridamento excepto por úlcera da pele/fleimão, sem CC	221	254

07
88

64-Tumores malignos do ouvido, boca, nariz e garganta	192	235
261-Procedimentos na mama, por doença não maligna, excepto biópsia/excisão local	187	252
353-Evisceração pélvica, histerectomia/vulvectomy radicais	175	não nos 10 mais
290-Procedimentos na tireóide	174	241
786-Procedimentos major na cabeça e pescoço por neoplasia maligna	158	218

Fonte: PAC

4.2.1. ATIVIDADE CIRÚRGICA

No que diz respeito à atividade cirúrgica, destaca-se a realização de mais 361 intervenções cirúrgicas, repartidas por mais 126 convencionais, menos 6 de ambulatório e mais 241 pequenas cirurgias.

Figura 7 - Atividade Cirúrgica



Em 2012, otimizou-se a estratégia de tratamento cirúrgico, com o alargamento de técnicas de reconstrução imediata, com recurso à utilização de retalhos musculo-cutâneos – no caso de cancro da mama – e com recurso a retalho livre e miocutâneo – no caso de cancro de Otorrinolaringologia e Cabeça e Pescoço.

A utilização de retalhos musculo-cutâneos apresenta vantagens significativas para a recuperação física e psicológica do doente, não só porque deixa de ser necessária a realização de uma segunda cirurgia, como permite reduzir as complicações (infecção do expansor), aumentar o conforto e diminuir a dor da doente, para além de uma maior satisfação da doente em termos estéticos. Para a instituição, como vantagens apresenta uma diminuição dos custos com aquisição de expansores e dos custos inerentes à realização de uma segunda intervenção, como constrangimentos, o aumento dos tempos cirúrgicos.

Q 7
R 8

No caso do recurso a retalho livre e miocutâneo, a falta de tecido ósseo, consequente à ressecção cirúrgica, deve ser reparada sempre que possível, pois tem um elevado impacto físico, estético e psicológico no doente. A utilização desta técnica determina, tal como a anterior, melhores resultados funcionais e estéticos. Como constrangimento é de referir o impacto no tempo de cirurgia, podendo atingir as 10h, o que pode interferir com a disponibilidade de salas e com o número total de cirurgias realizado.

Como medida de eficiência, durante o período de obras do Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Otorrinolaringologia, houve deslocação de recursos humanos e materiais do Bloco Operatório Central para as instalações da Unidade de Cirurgia de Ambulatório, bem como dos internamentos para os locais onde foram reafectas lotações. Deu-se continuidade ao acompanhamento regular da atividade cirúrgica realizada e tomaram-se as medidas necessárias para reduzir as “não-conformidades” e dar cumprimento ao programa “Cirurgia Segura Salva Vidas”.

A atividade cirúrgica por especialidade apresenta-se no quadro seguinte.

Quadro 8 – Atividade Cirúrgica em 2012

ACTIVIDADE CIRURGICA EM 2012	Convencional	Ambulatória	Electiva	Urgente	Total	% no total
Cirurgia Geral	2.074	410	2.484	219	2.703	36,6
Cirurgia da Cabeça e Pescoço	694	599	1.293	39	1.332	18,1
Ginecologia	458	296	754		754	10,2
Otorrinolaringologia	590	112	702	25	727	9,9
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	288	231	519		519	7,0
Urologia	489	4	493	1	494	6,7
Braquiterapia	321	49	370	17	387	5,2
Dermatologia		210	210		210	2,8
Estomatologia	1	119	120		120	1,6
Oftalmologia	9	55	64		64	0,9
Cirurgia Pediátrica	49	9	58	5	63	0,9
Neurocirurgia	5		5		5	0,1
TOTAL	4.978	2.094	7.072	306	7.378	

Fonte: PACG

A atividade cirúrgica dos serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia de Cabeça e Pescoço e de Ginecologia representam globalmente 64,9% da atividade cirúrgica total do IPOILFG, em 2012. Este resultado está muito relacionado com o tipo de patologia tratado no Instituto e, consequentemente, com a disponibilização do Bloco Operatório às referidas especialidades.

As cirurgias urgentes representaram 4,1% do total das cirurgias realizadas e a atividade em ambulatório, face à totalidade das cirurgias eletivas, representou 29,61%.

O quadro seguinte apresenta a produção cirúrgica por especialidade nos anos de 2011 e 2012.

Quadro 9 – Atividade Cirúrgica por especialidade

ACTIVIDADE CIRURGICA	CONVENCIONAL		
	2012	2011	DIF
Cirurgia geral	2293	2445	-152
Cirurgia da Cabeça e Pescoço	733	762	-29
Cirurgia Plástica Reconstructiva	288	305	17
Ginecologia	458	465	-7
Oftalmologia	9	15	-6
Urologia	490	496	-6
Neurocirurgia	5	6	-1
Estomatologia	1	1	0
Gastrenterologia	0	0	0
Unidade de Transplantes de Medula	17	16	1
Otorrinolaringologia	615	605	10
Pediatria	54	42	12
Braquiterapia	321	0	321
TOTAL IPOH/G	5284	5158	126

Fonte: PACG

A análise do comportamento das cirurgias convencionais, quando comparado com o ano anterior, revela um acréscimo de 126 cirurgias, o que reflete o esforço de gestão do bloco operatório e de otimização dos tempos cirúrgicos. Entre outras medidas destaca-se a redistribuição dos tempos atribuídos às diferentes especialidades, em conformidade com a lista de espera para cirurgia e respetivos tempos de resposta.

Em relação à Atividade em Ambulatório, os valores registam uma ligeira diminuição da atividade, menos 6 cirurgias que em 2011.

07
288

O quadro seguinte apresenta o contributo, por especialidade, na atividade cirúrgica de ambulatório do hospital.

Quadro 10 – Atividade Cirúrgica em Ambulatório

ACTIVIDADE CIRURGICA	AMBULATÓRIA		
	2012	2011	DIF.
Cirurgia de cabeça e pescoço	599	696	-97
Ginecologia	296	347	-51
Dermatologia	210	243	-33
Oftalmologia	55	68	-13
Urologia	4	4	0
Unidade de transplantes de medula	5	4	1
Cirurgia plástica reconstrutiva	231	223	8
Pediatria	9	1	8
Otorrinolaringologia	112	92	20
Estomatologia	119	79	40
Braquiterapia	44		44
Cirurgia geral	410	343	67
Total IPOLFG	2094	2100	-6

Fonte: PACG

Não obstante algumas especialidades terem diminuído o número de cirurgias em ambulatório, como a Cirurgia de Cabeça e Pescoço, destaca-se o aumento noutras, como a Estomatologia, a Cirurgia Geral, a Otorrinolaringologia e a Cirurgia Plástica e Reconstrutiva, o que reflete o esforço de ambulatorização da atividade cirúrgica.

4.2.1.1. ACESSO À CIRURGIA

O quadro seguinte apresenta os indicadores de avaliação do acesso a cirurgia. O número de doentes entrados em Lista de Espera para Cirurgia aumentou face a 2011, bem como o número de doentes

07
SJR

operados. Verifica-se o aumento da mediana do tempo de espera dos doentes operados e do tempo de espera em Lista de Inscritos para cirurgia.

Quadro 11 – Lista de Inscritos para Cirurgia

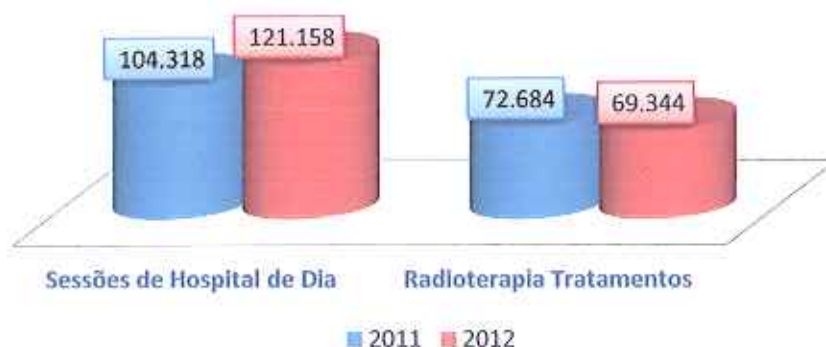
Ano	Total de doentes entrados em Lista de Inscritos para Cirurgia a)	Total de doentes operados b)	Mediana do tempo de espera em Lista de Inscritos para Cirurgia (dias) c)	Mediana do tempo de espera dos doentes operados (dias) d)	% de Doentes operados dentro do tempo máximo resposta garantido e)
2011	7.658	6.930	38	30	81%
2012	8.012	7.081	41	31	80%

0	Descrição
a) Total de doentes entrados em Lista de Inscritos para Cirurgia	Nº de doentes com indicação operatória inscritos em Lista de Espera para Cirurgia no ano 2012
b) Total de doentes operados	Nº de doentes operados no ano 2012
c) Mediana de tempo de espera em Lista de Inscritos para Cirurgia (dias)	Mediana de dias da Lista de Espera para Cirurgia em 31/12/2012 (tempo entre a data de entrada em Lista de Inscritos para Cirurgia e dia 31/12/2012)
d) Mediana de tempo de espera dos doentes operados (dias)	Mediana de dias entre a entrada em Lista de Inscritos para Cirurgia e a operação
e) % de Doentes operados dentro do tempo máximo resposta garantido	Percentagem de doentes operados dentro dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos previstos na Lei

4.3. HOSPITAL DE DIA

No âmbito do Hospital de Dia, realizaram-se mais 9.116 sessões correspondendo a um aumento de cerca de 11%.

Figura 8 - Hospital de Dia e Radioterapia



07
88

No Hospital de Dia foi muito relevante a conclusão das obras de ampliação das instalações, que permitiram aumentar a capacidade de resposta e gestão dos tratamentos, melhorando, consequentemente a eficiência do internamento, pela redução dos internamentos para realização de tratamentos de quimioterapia até 24h, especialmente nas especialidades de Oncologia Médica e de Pneumologia.

Das 87.576 sessões de tratamento em hospital de dia, 33,2% dizem respeito a Quimioterapia (mais 929 sessões); 24,4% correspondem a tratamentos de Hematologia, (mais 164 sessões) e 4,1% estão afetas a Imunohemoterapia, com mais 299 sessões.

4.4. RADIOTERAPIA

O ano de 2012 assinala uma mudança positiva muito importante no Serviço de Radioterapia, no que respeita à renovação do equipamento pesado. O IPOLFG começou com um único acelerador linear em funcionamento, em março foi possível iniciar tratamentos no segundo acelerador linear (Silhouette) e, no final do ano, em mais dois equipamentos, adquiridos em substituição dos Saturnos 41 e 42.

A capacidade instalada de radioterapia no IPOLFG é uma questão de extrema importância para a sustentabilidade económica e financeira do hospital e é fundamental para a qualidade da abordagem multidisciplinar ao doente oncológico. Não obstante a redução do número total de tratamentos, a entrada em funcionamento das duas novas unidades de tratamento, no final do ano, permitiu, ainda assim, reduzir, comparativamente a 2011, o número de doentes enviados para entidades externas e aumentar o número de tratamentos realizados no instituto, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 12 – Tratamentos de Radioterapia

	2011	2012	Variação %	Variação Absoluta
Tratamentos realizados no IPO	14.576	20.185	38,48	5.609
Tratamentos realizados no Exterior	58.108	49.159	-15,40	-8.949
Total de Tratamentos	72.684	69.344	-4,60	-3.340
Doentes em Tratamento	3.378	3.265	-3,35	-113

Fonte: PAGC

17
88
8

4.5. ACTIVIDADE DE TRANSPLANTAÇÃO

O número de transplantes efectuados manteve-se relativamente constante. Apesar das obras de beneficiação realizadas nas instalações do internamento, o esforço conseguido pela equipa de profissionais de Transplante de Medula permitiu que tal não afectasse os níveis de produção e, consequentemente, a resposta a este tipo de necessidade.

Figura 9 – Transplantes



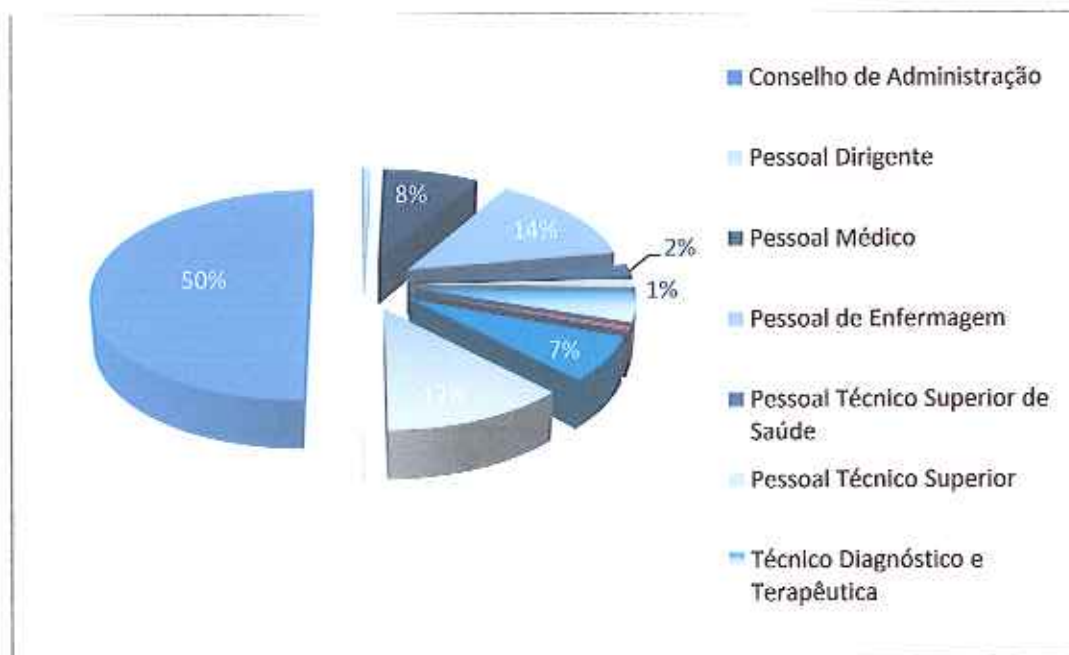
Handwritten signature and date 17/02/2013.

5 - RECURSOS HUMANOS

5.1. EFETIVOS

Em 31 de dezembro de 2012, o IPOLFG contava com um total de 1.855 colaboradores, assumindo os grupos de pessoal de enfermagem e de assistentes operacionais cerca de 50% do total de colaboradores.

Figura 10 – Distribuição e Peso de Efetivos por Grupo Profissional



Fonte: GRH

Durante o ano de 2012, assistiu-se a uma diminuição do número de efetivos em 35 colaboradores, resultado de uma política de racionalização de recursos. A análise acumulada, de janeiro a dezembro, do movimento de pessoal permite constatar que o número de saídas (117), superou o número de admissões (82), dando origem à referida diminuição de profissionais.

A variação percentual global é de -1,85%, comparando com o período homólogo. Destaca-se o decréscimo de 33 assistentes operacionais (-6,75%), 4 técnicos de diagnóstico e terapêutica (-2,31%), 3 assistentes técnicos (-1,15%), 2 técnicos superiores (-3,92%), 2 técnicos superiores de saúde (-2,86%), 1 investigador (-12,50%), 1 dirigente (-5,88%) e 1 vogal do conselho de

47
82

administração (-20,00%). Já no pessoal médico, verificou-se uma redução de 5 profissionais com contrato de trabalho em funções públicas (do “quadro”), que foi acompanhada por um acréscimo de 14 médicos em formação de internato, resultando no aumento de 9 profissionais (+3,09%). No pessoal de enfermagem o saldo cifrou-se em mais 3 profissionais (+0,59%).

Quadro 13 – Efetivos por Vínculo

	Dez-11	Dez-12	Saldo	
			Nº	Variação
Contrato em funções Públicas	813	778	-35	-4,31%
C.I.T. Sem Termo	816	867	51	6,25%
C.I.T. Termo Certo	161	103	-58	-36,02%
C.I.T. Termo Incerto	14	8	-6	-42,86%
C.T.R.P. Termo Resolutivo	60	74	14	23,33%
Prestadores de Serviços	12	10	-2	-16,67%
Outros Tipos de Vínculo	14	15	1	7,14%
Total	1890	1855	-35	-1,85%

Fonte: GRH

A análise por vínculo, comparando com o período homólogo de 2011, revela que a variação do efetivos é suportada pela diminuição do número de trabalhadores com “contrato individual de trabalho a termo certo” (-58), “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado” (-35), “contrato individual de trabalho a termo incerto” (-6) e “prestadores de serviço” (-2).

Em sentido contrário, encontram-se os trabalhadores com “contrato individual de trabalho sem termo”, que aumentaram 6,25% (+51), fruto essencialmente de reconversões de contratos a termo.

Do mesmo modo, assistiu-se a um aumento dos “contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo”, cujo crescimento foi de 23,33% (+14), coincidente com o aumento da capacidade formativa e reforço do corpo clínico, nomeadamente nas especialidades de Oncologia (8), Endocrinologia (3), Anatomia Patológica (2), Hematologia (2) e Radiologia (2).

De referir ainda que, relativamente às admissões, quando analisadas por tipo de vínculo, 31,71% do seu total foram de enfermeiros através de “contrato individual de trabalho a termo certo” e 28,05% foram de médicos internos, através de “contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo”.

Salienta-se que as admissões foram efetuadas na medida do estritamente necessário para fazer face às necessidades existentes, por forma a garantir os níveis de qualidade e segurança na prestação de

17
882

cuidados aos utentes do IPOLFG reforçando-se, deste modo, os grupos profissionais de médicos, enfermeiros e assistentes operacionais. As admissões para os restantes grupos foram pontuais.

5.2. EVOLUÇÃO DE EFETIVOS

Apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução do número de efetivos por categoria profissional:

Quadro 14 – Evolução de Efetivos por Categoria Profissional

	Dezembro 2011	Dezembro 2012	Saldo	
			Dezembro 2012 / Dezembro 2011	
			N.º	Variação
Conselho de Administração	5	4	-1	-20,00
Pessoal Dirigente	17	16	-1	-5,88
Pessoal Médico	291	300	9	3,09
Pessoal de Enfermagem	510	513	3	0,59
Pessoal Técnico Superior de Saúde	70	68	-2	-2,86
Pessoal Técnico Superior	51	49	-2	-3,92
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	173	169	-4	-2,31
Pessoal de Investigação	8	7	-1	-12,50
Pessoal Docente	3	3	0	0
Pessoal de Informática	10	10	0	0
Assistente Técnico	262	259	-3	-1,15
Assistente Operacional	489	456	-33	-6,75
Pessoal Religioso	1	1	0	0
Total	1.890	1.855	-35	-1,85

Fonte: GRH

07
28

5.3. CUSTOS COM PESSOAL

A análise dos custos com pessoal, de janeiro a dezembro de 2012, revela a diminuição de 4,39% do valor total, ou seja -2.235.297€, comparativamente a 2011.

Quadro 15 – Custos com Pessoal Acumulados 2012/2011

	2011	2012	Diferença	Varição
Remuneração órgãos diretivos	334.532 €	294.299 €	-40.233 €	-12,03
Remuneração base	30.053.201 €	28.913.044 €	-1.140.157 €	-3,79
Horas extraordinárias	2.535.739 €	2.255.145 €	-280.594 €	-11,07
Prevenções	838.412 €	816.813 €	-21.599 €	-2,58
Turnos	1.675.717 €	1.634.165 €	-41.552 €	-2,48
Abono faltas	507 €	964 €	457 €	90,22
Subsídio refeição	1.756.113 €	1.711.328 €	-44.785 €	-2,55
Ajudas de custo	8.868 €	14.106 €	5.238 €	59,06
Outros suplementos a)	2.406.785 €	2.570.973 €	164.188 €	6,82
Prestações sociais diretas	116.501 €	64.520 €	-51.981 €	-44,62
Subsídios férias/natal	3.076.393 €	2.747.325 €	-329.068 €	-10,70
Pensões	272.016 €	116.418 €	-155.597 €	-57,20
Encargos patronais	7.443.641 €	7.209.227 €	-234.414 €	-3,15
Seguros de Ac. Trab. e D. Profissionais	113.687 €	90.351 €	-23.336 €	-20,53
Parentalidade	85.983 €	78.688 €	-7.295 €	-8,48
Indemnizações por despedimentos	24.932 €	6.885 €	-18.047 €	-72,38
Outros custos com o pessoal	154.600 €	138.077 €	-16.523 €	-10,69
Total	50.897.625 €	48.662.329 €	-2.235.297 €	-4,39

Fonte: GFC

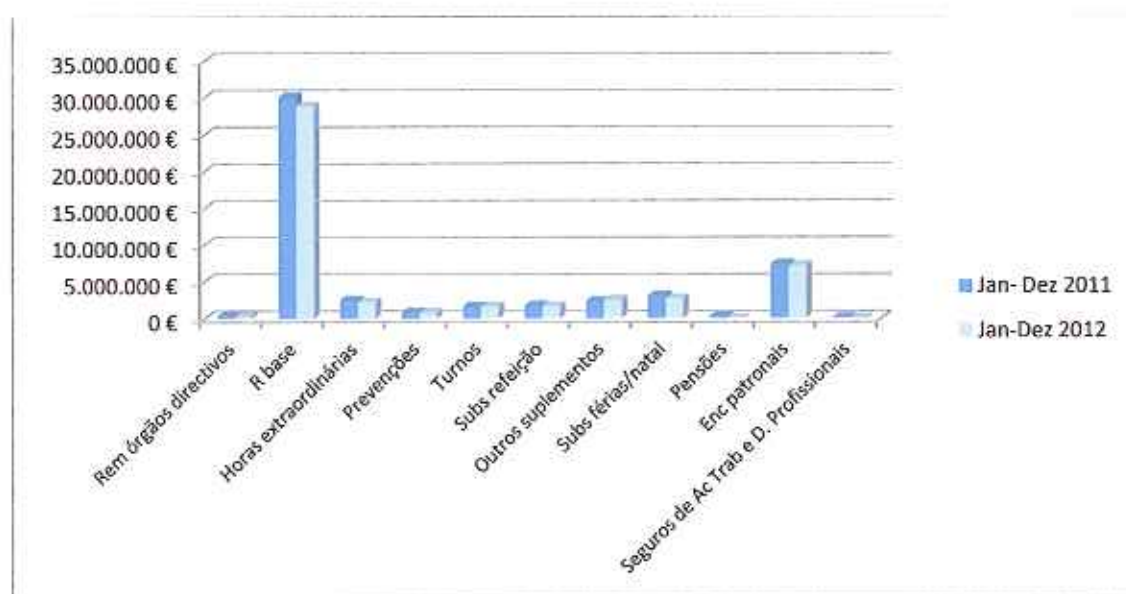
a) verbas relativas ao Programa SIGIC.

07
28

Esta diminuição foi possível devido ao decréscimo da rubrica “remuneração-base” em 1.140.157€ (-3,79%). A variação assentou na diminuição das remunerações do pessoal com “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado” em 852.338€ (-5,89%), “contrato individual de trabalho” em 379.092€ (-2,76%) e com “outros vínculos”, onde se incluem as comissões de serviço e acordos de cedência especial, em 14.072€ (-4,39%). Já a remuneração dos trabalhadores com “contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo” aumentou em 105.344€ (6,80%).

A figura seguinte espelha o comportamento das principais rubricas de custo.

Figura 11 – Evolução das Principais Rubricas dos Custos com Pessoal



Fonte: GRH

O quadro seguinte apresenta as horas extraordinárias e o respetivo valor financeiro processado nos anos de 2012 e 2011.

O valor das “Horas Extraordinárias” baixou 11,07% (-280.594€), acompanhando a tendência de diminuição do número de horas realizadas de 10,24% (-9.130,5 horas). De janeiro a dezembro de 2012, todos os grupos profissionais apresentaram diminuição do número de horas extraordinárias processadas, com especial destaque para os assistentes operacionais (-2.771 horas), pessoal médico (-2.252 horas), pessoal de enfermagem (-1.908 horas) e pessoal técnico superior (-915 horas).

0 17
88
2

Quadro 16 – Horas Extraordinárias processadas

	Valor (€)				Quantidade (Horas)			
	2011	2012	Saldo	Var	2011	2012	Saldo	Var
P. Médico c/ Contrato	1.795.121€	1.625.858 €	-169.263 €	-9,43%	45.723	43.380	-2.343	5,12
P. Médico – Pré Carreira	231.824€	209.523 €	22.301 €	-9,62%	10.734,8	10.826	91,2	0,85
P. Médico Total	2.026.945€	1.835.381 €	-191.564 €	-9,45%	56.457,8	54.206	2.251,8	-3,99
Pessoal de Enfermagem	56.247€	40.584 €	-15.663 €	-27,85%	4.610	2.701,9	-1.908,1	-41,39
Téc. Diagn. Terapêutica	222.888€	190.427 €	-32.461 €	-14,56%	10.697,5	10.300,9	-396,6	-3,71
P. Técnico Superior	136.471€	110.413 €	-26.058 €	-19,09%	6.883	5.967,9	-915,1	-13,30
Pessoal de Informática	6.762€	3.696 €	-3.066 €	-45,34%	610	247,8	-362,2	-59,38
Assistente Técnico	10.456€	7.089 €	-3.367 €	-32,20%	1.270,5	745	-525,5	-41,36
Assistente Operacional	75.970€	67.555 €	-8.415 €	-11,08%	8.648,5	5.877,3	-2.771,2	-32,04
Total Geral	2.535.739€	2.255.145 €	-280.594 €	-11,07%	89.177,3	80.046,8	-9.130,5	-10,24

Fonte: GR11

Em termos financeiros, a diminuição das horas extraordinárias teve maior impacto no pessoal médico (-169.263 €), pessoal técnico superior (-26.058€), pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica (-32.461 €) e pessoal de enfermagem (-15.663 €).

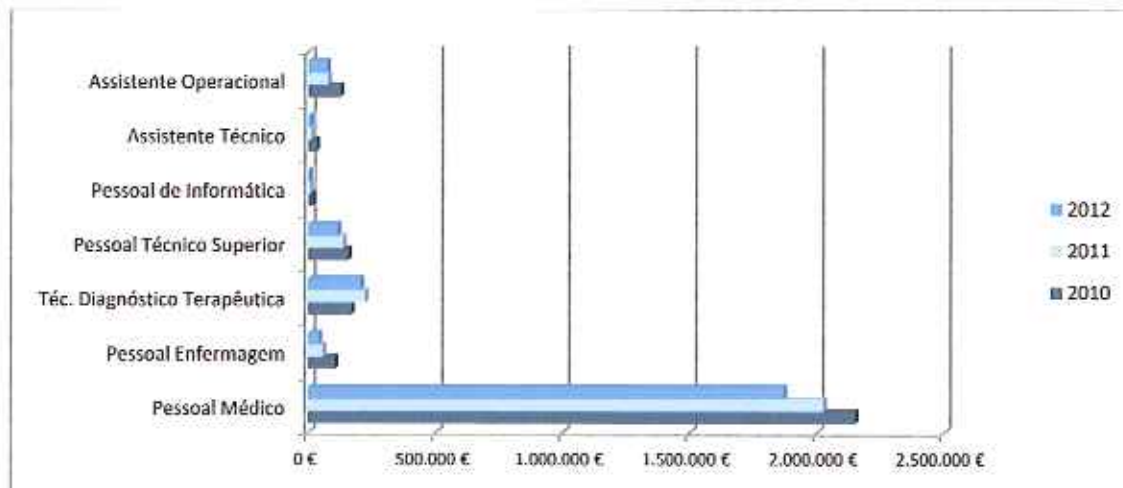
5.5. COMPARAÇÃO DE ENCARGOS COM TRABALHO EXTRAORDINÁRIO 2010/2012

Analisando as horas extraordinárias do pessoal médico, que representam 67,72% do total realizado no IPOLFG no presente ano, verificamos que a variação negativa de 3,99% ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição de 585,5 horas no centro de custo “IID Clínica da Dor”, 537,2 horas

07
88
2

no “T. Progenitores Hematopoiéticos (IN1)” e 497,5 horas no “Anestesiologia”. A contrariar esta tendência estiveram os centros de custo “Oncologia Médica” (+829,5 horas), “Hematologia” (+531 horas) e “Cirurgia de Cabeça e Pescoço” (+380,5 horas).

Figura 12 – Trabalho Extraordinário



Fonte: GRH

O valor dos “encargos patronais” sofreu uma diminuição de 3,15% (-234.414€), em conformidade com a diminuição do efetivo médio em 2,52% e com o decréscimo da rubrica “subsídio férias e natal”.

07
88
2

6 - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1 INVESTIMENTOS

O quadro seguinte apresenta a evolução da despesa em investimentos no último triénio. Como se demonstra, o ano de 2012 fica marcado pela concretização de importantes investimentos, que representaram um aumento de mais de 50% nesta rubrica da despesa.

Quadro 17 - Investimento por Rubricas (Milhões €)

Rubricas	2010	2011	2012
Edifícios (Obras de beneficiação)	2,5	2,5	1,4
Equipamento Básico	3,0	2,7	8,2
Outros	1,0	1,1	0,3
Total	6,5	6,3	9,9

Fonte: GFC

Os valores apresentados na rubrica “edifícios” dizem respeito às obras de remodelação da farmácia hospitalar, à remodelação das instalações de internamento do 5º piso do pavilhão central, às obras de adaptação e instalação dos aceleradores lineares no serviço de radioterapia e a um conjunto de outras intervenções de menor envergadura referidas anteriormente no ponto 2.6.1.

O aumento de valor em equipamento básico refere-se essencialmente à instalação dos três aceleradores lineares, que entraram em funcionamento no decurso do ano de 2012. Destaca-se ainda a aquisição de um laser cirúrgico, de um sistema de Wireless para monitorização de equipamentos, um detetor digital direto wireless para equipamento de RX e 2 ampolas de TAC.

Importa referir que os investimentos em obras e em equipamentos pesados foram suportados por verbas de Capital Estatutário e que o IPOLFG beneficiou de doações nas obras de requalificação da Unidade de Transplante de Medula no montante de 46.000€, tendo o IPOLFG suportado nesta obra o montante de 28.209€.

17
28
2

6.2 PERFORMANCE ECONÓMICA

Apesar da melhoria muito significativa nos resultados do IPOLFG, o exercício de 2012 encerra com um Resultado operacional negativo de 11,4 M€ e um Resultado Líquido negativo de 9,3 M€:

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas que concorrem para os resultados económico-financeiros.

Quadro 18 - Resultados dos Exercícios 2012/2011 (Milhões Euros)

Rubrica	2011	2012	Var 12/11
+ Proventos Operacionais	111,0	109,8	-1%
- Custos Operacionais Cash	124,0	112,9	-9%
= Excedente Bruto Exploração (EBIDTA)	-13,0	-3,1	76%
- Amortizações e Provisões	-8,1	8,3	2%
= Resultados Operacionais	-21,1	-11,4	154%
+ Resultados Financeiros	0,4	0,7	75%
+ Resultados Extraordinários	0,9	1,5	67%
= Resultados Antes de Impostos	-19,8	9,2	146%
Imposto do Exercício	0,01	0,01	0%
= Resultados Líquidos	-19,9	9,3	147%

Fonte: GFC

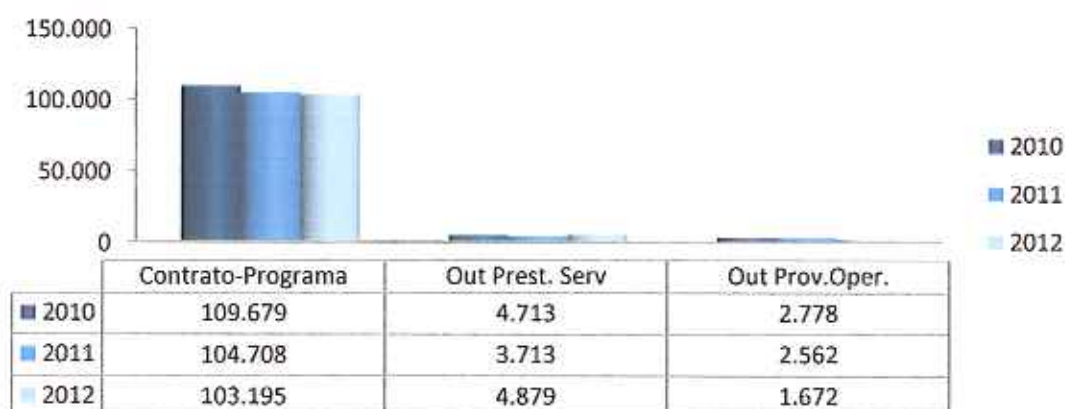
Os Proventos Operacionais em 2012 registaram um decréscimo homólogo de 1,2 M€ (-1%), totalizando 109,8 M€. Esta redução deve-se essencialmente à diminuição do valor global do contrato-programa. Reforça-se que a situação de quase monopsonio no IPOLFG, faz com que os proveitos provenientes do contrato programa com o SNS tenham um peso de cerca 94% no total dos proveitos operacionais.

Embora com pouca expressão no IPOLFG, o aumento do valor das taxas moderadoras contribuiu em cerca de 1 M€ nos proveitos operacionais do Instituto.

O quadro seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais no último triénio.

07
2012

Figura 13 – Evolução dos Proveitos Operacionais 2010/2012 (milhares€)



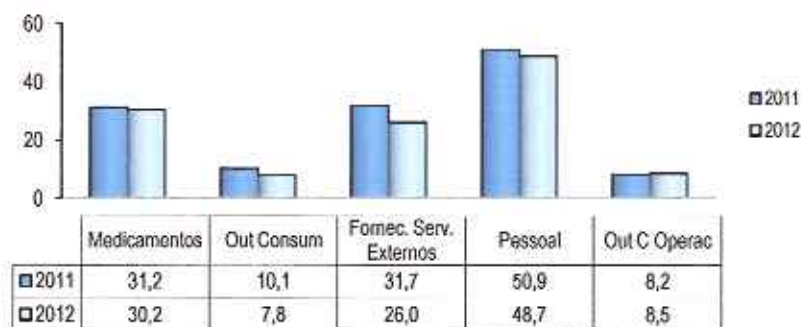
Fonte: GFC

Em Outras Prestações de Serviços encontra-se a faturação às Regiões Autónomas e a terceiras entidades responsáveis (Não-SNS) e os valores cobrados das taxas moderadoras.

Os Outros Proveitos Operacionais, no montante de 1,7 M€, correspondem essencialmente a receitas com rendas de imóveis, receitas no âmbito de projetos de investigação e ensaios clínicos e receitas do estacionamento.

Passando à análise dos Custos, verifica-se uma expressiva redução de 11,1 M€ (-9%) nos Custos Operacionais Cash, i.e Custos Operacionais excluindo Amortizações e Provisões.

Figura 14 – Evolução dos Custos Operacionais 2011/2012



Fonte: GFC

Handwritten signature and date: 17/8/2

Os Consumos apresentam uma diminuição de 8%, como se evidencia no quadro seguinte, nos quais se destaca a redução na rubrica de Medicamentos (-3,2% face a 2011) e no Material de Consumo Clínico (-13,5% face a 2011).

Quadro 19 - Consumos por Rubricas

CONSUMOS	2011	2012	Variação	%
Produtos Farmacêuticos	34.215.488	32.032.867	-2.182.621	-6,4%
Medicamentos	31.185.503	30.179.089	-1.006.414	-3,2%
Reagentes	2.303.789	1.486.522	-817.267	-35,5%
Outros	726.196	367.256	-358.940	-49,4%
Material de Consumo Clínico	6.063.676	5.247.220	-816.456	-13,5%
Material de Consumo Hoteleiro	411.249	355.867	-55.382	-13,5%
Material de Consumo Administrativo	227.039	166.956	-60.083	-26,5%
Mat. Manutenção e Conservação	397.621	216.781	-180.840	-45,5%
Total Processado	41.315.072	38.019.690	-3.295.382	-8,0%

Fonte: GI/C

Do total dos Grupos Terapêuticos de Medicamentos utilizados pelo IPOH/G (23), o grupo dos Antineoplásicos representa 76% do consumo total e apresentou uma variação homóloga de +6,7%. Os restantes grupos terapêuticos, na sua globalidade, apresentam um decréscimo de 25%.

Quadro 20 - Consumos de Medicamentos

CONSUMOS	2011	2012	Variação	%
Total Consumos Medicamentos	31.185.502,89	30.179.088,98	-1.006.414	-3,2%
Consumos Antineoplásicos	21.577.209	23.030.134	1.452.925	6,7%
Consumos outros Grupos	9.608.294	7.148.955	-2.459.339	-25,6%

Fonte: GI/C

17
88
2

A evolução da despesa beneficiou das descidas de preços em alguns medicamentos relevantes e da redução dos consumos noutras. Importa ainda referir os efeitos decorrentes das negociações com algumas empresas da indústria farmacêutica, conjugada com a potenciação da capacidade de tesouraria do IPOLFG na obtenção de descontos comerciais e financeiros e dos processos conjuntos de avaliação do mercado com os IPO de Coimbra e Porto e os resultantes da adesão ao acordo compromisso para a política comum para o uso racional de medicamentos e material de consumo clínico.

Em termos de gestão intermédia, foram implementadas iniciativas, no sentido de alterar os pedidos de consumíveis pelos utilizadores, nomeadamente através do controlo e redução de existências nos serviços e do acompanhamento e controlo dos seus níveis de consumos, considerando quer os valores orçamentados, quer as variações homólogas.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, regista-se, como se apresenta no quadro seguinte, um forte decréscimo de 18%, que é resultado, sobretudo, da redução da subcontratação de tratamentos de Radioterapia e de implementação de medidas de controlo de custos.

Quadro 21 – Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2012	2011	2010	Var % 2012/2011	Var % 2012/2010
Subcontratos	14.011.171	18.889.481	14.853.040	-25,8%	-5,7%
Radioterapia	6.227.468	9.985.422	7.268.509	-37,6%	-14,3%
Fornecimentos e Serviços	12.045.288	12.825.433	13.338.520	-6,1%	-9,7%
Fornecimentos e serviços I	1.974.309	1.653.066	1.542.260	19,4%	28,0%
Fornecimentos e serviços II	518.102	811.350	838.924	-36,1%	-38,2%
Fornecimentos e serviços III	9.522.277	10.322.871	10.870.328	-7,8%	-12,4%
Outros fornecimentos e serviços	30.600	38.146	87.008	-19,8%	-64,8%
Total Processado	26.056.459	31.714.913	28.191.560	-17,8%	-7,6%

Fonte: GFC

O posicionamento do IPOLFG como entidade diferenciada de prestação de cuidados oncológicos e a filosofia que tem mantido na flexibilização do acesso a este tipo de cuidados, tem inúmeros reflexos nas contas do hospital, nomeadamente nos encargos com transporte de doentes, cujo valor tem aumentado muito significativamente nos últimos anos, ascendendo a 3,8 M€ em 2012.

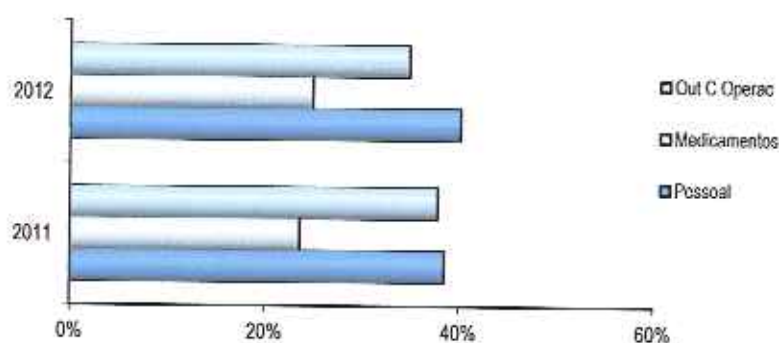
Importa destacar a redução generalizada nas principais rubricas de Subcontratos e as contenções dos custos obtidas nas rubricas de Comunicações, que baixam pelo terceiro ano consecutivo,

17
28

Honorários, Serviços de Informática, Vigilância e Segurança, Limpeza, Conservação e Reparação e Outros Trabalhos Especializados.

Os Custos com o Pessoal, que representam 40% do total dos custos operacionais e os custos com Medicamentos, que ascendem a 25% dos custos operacionais, representam no seu conjunto 65% dos custos operacionais suportados.

Figura 15 -- Peso das principais rubricas de Custos Operacionais



Fonte: GIC

As Amortizações aumentaram 15% face ao ano anterior, resultado dos investimentos concluídos em 2012, nomeadamente os já referidos aceleradores lineares.

As Provisões ascenderam a 3,3 M€. Foram efetuados reforços nas provisões para Dívidas de Cobrança Duvidosa, tendo em conta a antiguidade das dívidas, destacando-se a dívida das Regiões Autónomas (dívida total de 22,7 M€, dos quais 19,4 M€ já provisionados) e nas provisões para Riscos e Encargos e Depreciação de Existências, cujo valor se cifrou em 483.825€ e 220.128€, respetivamente (mantiveram-se os critérios contabilísticos do ano anterior).

Os Resultados Financeiros continuaram a registar valores positivos (+ 0,7 M€), pese embora a redução face aos anos anteriores, devido à descida das taxas de juro e à diminuição das verbas aplicadas (utilização do capital estatutário).

Neste contexto, o exercício de 2012 encerra com um Resultado Antes de Impostos negativo de -9,2M€, registando numa clara melhoria face aos -19,8 M€ registados em 2011.

O IRC estimado para o exercício é de 4.459 €, respeitante a tributações autónomas, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2012 é de -9.303.464€.

17
22
R

6.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental de 2012 apresenta um desvio positivo de 6% no total dos custos e de 3% no total dos proveitos, como se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 22 - Execução Orçamental 2012 (Milhões Euros)

	Orç 2012	Real 2012	Desvio%
Consumos	35,5	38,0	7%
Fornecimentos e Serviços Externos	26,0	26,1	0%
Custos com Pessoal	46,8	48,7	4%
Outros Custos	7,5	9,7	29%
Total Custos	115,8	122,5	6%
Prestações de Serviços	105,1	104,4	-1%
Outros Proveitos	5,1	8,8	73%
Total Proveitos	110,2	113,2	3%

Fonte: GIC

Nos Custos, os Consumos orçamentados apresentam um desvio de 7%, apesar da redução homóloga de 8%. O valor orçamentado em Medicamentos teve por base as orientações da tutela de redução de 17%, por via do acordo entre o Ministério da Saúde e a APIFARMA. Todavia, a operacionalização do acordo só permitiu uma redução de 3%.

Os Custos com Pessoal excederam o valor orçamentado em cerca de 4% devido aos efeitos do Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional, que vem alterar normas do Orçamento do Estado para 2013, que implicou a revisão global desta rubrica de custos, bem como a revisão de todas as demonstrações financeiras, indicadores e análises anteriormente efectuadas. Sem este fenómeno, os Custos com Pessoal registariam um desvio de menos 1%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos mantiveram-se dentro dos valores orçamentados, ou seja, alcançou-se uma redução homóloga de 18%. Esta descida deve-se sobretudo à redução da subcontratação de tratamentos de Radioterapia.

O desvio em Outros Custos fica a dever-se à contabilização de Amortizações e Provisões superiores ao inicialmente previsto.

17
0,58
0

Nos Proveitos, o desvio registado deve-se ao aumento da faturação dos programas verticais do contrato-programa e da faturação a outras entidades (não SNS) e ao aumento do volume de taxas moderadoras, por força de nova tabela e da revisão do sistema de isenções.

6.4 PERFORMANCE FINANCEIRA

O Ativo Líquido do IPOLFG, a 31 de Dezembro de 2012, ascendia a 152,5 M€, para um montante de Fundos Próprios de 71,7 M€ e um Passivo de 80,8 M€, como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 23 – Balanço (Milhões de Euros)

	2011	2012	Variação	Var %
+ Imobilizações Incorpóreas	0,01	0,01	0,00	0%
+ Imobilizações Corpóreas	68,5	73,0	4,5	7%
+ Investimentos Financeiros	4,7	4,6	0,1	-2%
= Total Ativo Fixo	73,2	77,6	4,4	6%
+ Existências	5,5	3,1	2,4	-44%
+ Dívidas de Terceiros	14,4	14,0	-0,4	-3%
+ Depósitos Bancários e Caixa	21,7	19,5	2,2	10%
+ Acréscimos e Diferimentos	33,8	38,3	4,5	13%
= Total Ativo Circulante	75,4	74,9	-0,5	-1%
= Total Ativo	148,6	152,5	3,9	3%
= Fundo Patrimonial	80,8	71,7	-9,1	-11%
+ Provisões	0,5	0,9	0,4	80%
+ Adiantamentos Clientes	0,1	30,5	30,5	60900%
+ Dívidas a Terceiros	49,9	31,8	-18,2	-36%
+ Acréscimos e Diferimentos	17,3	17,6	0,3	2%
= Total do Passivo	67,8	80,8	13,0	19%
= Total Fundos Próprios + Passivo	148,6	152,5	3,9	3%

Fonte: GFC

07
58
128

Da análise do Balanço, a 31 dezembro 2012 salientam-se as seguintes conclusões:

- Aumento de 4,4 M€ (+6%) no Ativo Fixo, devido aos investimentos concluídos durante o ano;
- Diminuição do Ativo Circulante em 1%, com redução do volume de Existências (maior controlo de *stocks*, redução de preços unitários por força de acordos com os fornecedores;
- A redução das Dívidas de Terceiros em 3%, valor líquido de provisões, vem na sequência do maior peso da faturação ao SNS, que efetua adiantamentos mensais sobre o Contrato-Programa, e ainda a constituição de provisões sobre a dívida da Região Autónoma da Madeira;
- Existem 22 M€ de dívidas consideradas como sendo de cobrança duvidosa. Estão implementados procedimentos de pré-contencioso, o que tem permitido a recuperação de algumas dívidas com elevada antiguidade. Mantém-se, no entanto, por regularizar a dívida de algumas entidades, nomeadamente as Regiões Autónomas (dívida total de 22,7 M€);
- O valor dos Depósitos Bancários e Caixa teve uma redução de 2,2 M€. Inclui 19,2 M€ relativos ao Capital Estatutário / Património aplicados no Fundo de Apoio ao SNS e em CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo), no I.G.C.P. (Instituto de Gestão do Crédito Público);
- As Dívidas totais a Terceiros apresentam uma significativa redução de 18 M€, face a 2011;
- No que respeita à Dívida exclusivamente a entidades Terceiras (cf. quadro seguinte), excluindo entidades do Estado, verificou-se uma redução para menos de metade (20,7 M€ em dívida em dezembro 2012), redução ainda mais significativa no que respeita à Dívida Vencida (-72%) e aos *Arrears* (redução de 87% para 2 M€, os quais se devem exclusivamente a uma dívida que está pendente de pagamento até resolução judicial, relativa à aplicação de penalidades contratuais);

Quadro 24 – Dívidas a Terceiros

	2011	2012	Varição	Var %
Dívida Total	44,5	20,7	-23,8	-53%
Dívida Vencida	27,9	7,7	-20,2	-72%
Arrears	15,6	2,0	-13,6	-87%

Fonte: GFC.

17
28
28

- O saldo de 30,5 M€ em Adiantamentos de Clientes é relativo a verbas recebidas da ACSS por conta de faturação a emitir, ou já emitida e em validação na ACSS, referente aos Contratos-Programa de 2010, 2011 e 2012;
- Por último, verifica-se a redução do Fundo Patrimonial em 9,1 M€, devido ao resultado negativo do exercício.

6.5 PRINCIPAIS INDICADORES

A análise dos principais indicadores económico-financeiros, apresentados no quadro seguinte, permite concluir que se registou uma melhoria global da situação do IPOH/G, encontrando-se atualmente o hospital numa trajetória de sustentabilidade. Salienta-se a expressiva melhoria do EBITDA, a redução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores e a redução do volume de Endividamento. Os rácios que dependem do Passivo (Solvabilidade e Liquidez Geral) estão influenciados pelo saldo de 30,5 M€ registados em Adiantamentos de Clientes, o qual não representa um passivo real. Retirando da fórmula o valor destes Adiantamentos, obtemos valores francamente positivos quer de Liquidez Geral (115%) quer de Solvabilidade (143%), que comprovam a melhoria do desempenho económico-financeiro registado neste exercício.

17
28

Quadro 25 - Rácios Económico-Financeiros

Atividade Económica M€	2011	2012
Resultado operacional	-21,1	-11,5
Resultado líquido	-19,8	-9,3
EBITDA	-13	-3
Volume de negócios	108,4	104,4
Custos com pessoal	50,9	48,7
VABef	35,5	40,7
N.º médio de trabalhadores	1.890	1.851
VABef per capita	0,02	0,02
Situação Financeira (mil€)	2011	2012
Fluxos das atividades operacionais	1.419,1	2.676,0
Fluxos das atividades de investimento	-5.211,6	-5.062,0
Fluxos das atividades de financiamento	130,0	117,0
Variação de caixa e seus equivalentes	-6.500,7	-2.269,0
Rácios de Estrutura	2011	2012
Autonomia financeira %	54,4%	47,0%
Solvabilidade %	119,1%	88,9%
Endividamento %	32,5%	19,5%
Liquidez Geral%	83,2%	58,7%
Rentabilidade dos Capitais Próprios%	-24,5%	-13,0%
Outros Indicadores	2011	2012
Prazo Médio Recebimentos (meses)	3,8	3,8
Prazo Médio Pagamentos (meses)	7,2	6,0
Rotação de Stocks (meses)	1,6	1,6

Fonte: GFC

07
258

Na **Atividade Económica**, o indicador mais expressivo da melhoria do desempenho do IPOJFC é o EBITDA (Resultado Operacional Líquido de amortizações e provisões) que se cifrou em -3,0 M€, valor significativamente inferior aos -13 M€ registados em 2011. Este efeito deve-se à redução homóloga dos Custos Operacionais em 8,3% (10,2 M€, sem o efeito da contabilização dos subsídios de férias).

O Valor Acrescentado Bruto, que corresponde ao Volume de Negócios deduzido dos custos com Consumos e FST, cifrou-se nos 40,7 M€ (35,5 M€ em 2011).

Na **Situação Financeira**, salienta-se o fluxo positivo nas atividades operacionais. O Fluxo das atividades de investimento evidencia o volume de investimentos efetuados no ano.

Relativamente ao **Prazo Médio de Pagamentos (PMP)**, verificou-se uma redução de 7,2 meses (217 dias) em 2011, para 6 meses em 2012 (179 dias).

O quadro seguinte apresenta a evolução trimestral do PMP desde o início de 2011.

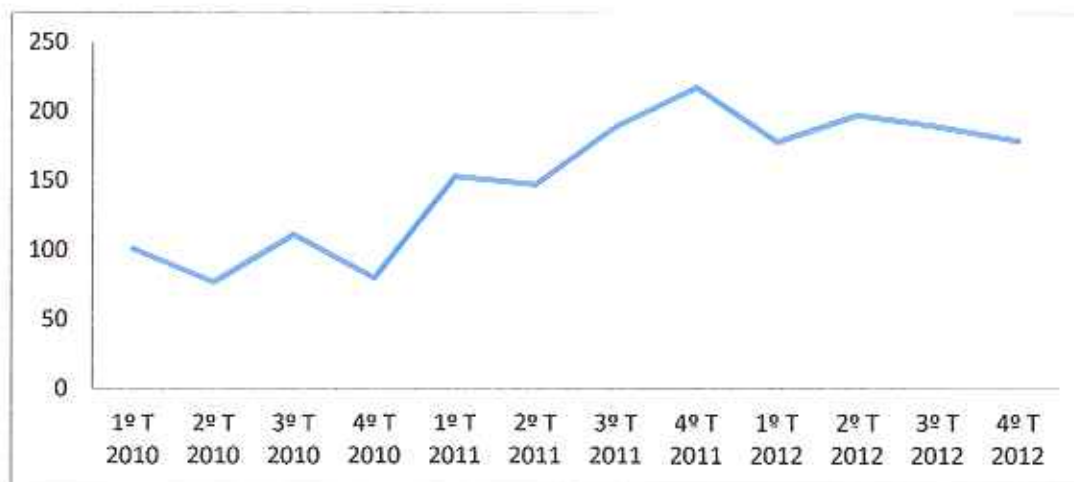
Quadro 26 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos

PMP	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011	1º T 2012	2º T 2012	3º T 2012	4º T 2012
PMP a Fornecedores (dias)	153	147	189	217	178	197	189	179

Fonte: GFC

A figura seguinte apresenta a evolução de PMP desde 2010, onde é possível visualizar a trajetória de redução iniciada a partir do 2.º trimestre de 2012.

Figura 16 – Evolução Trimestral do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores 2010/2012 (em dias)



Fonte: GFC

17
0.
886

7.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Missão

O IPOLFG uma instituição oncológica multidisciplinar que tem como visão consolidar a sua posição como modelo de referência para o SNS na área da prestação de cuidados em oncologia, no ensino pré e pós-graduado e na investigação. O IPOLFG desenvolve uma política de sustentabilidade e eficiência, destacando-se a nível nacional e internacional pela criação de valor no domínio da saúde.

A missão do IPOLFG foca-se na prestação de cuidados de saúde de excelência, em todos os domínios da sua intervenção, na promoção e contributo para o ensino pré e pós-graduado e no incentivo à investigação, pautando-se por princípios científicos, de humanização, de motivação e pertença para os cidadãos e para os profissionais.

Objetivos

O IPOLFG tem como objetivos estratégicos:

- Prestar cuidados de saúde especializados na área de oncologia, com elevados padrões de excelência, em tempo adequado, com eficiência e em ambiente humanizado;
- Participar na prevenção e rastreio da doença oncológica;
- Constituir-se como centro de excelência do Plano Oncológico Nacional e da Rede de Referência de Oncologia;
- Colaborar, como entidade de referência, na elaboração de normas de orientação da prestação de cuidados oncológicos;
- Promover a investigação científica em cuidados de saúde na área da oncologia;
- Participar no ensino pré e pós-graduado e na formação na área da oncologia;
- Prosseguir os processos de acreditação e certificação da qualidade, com reflexos visíveis na prática diária;

07
R 88

- Promover o desenvolvimento pessoal e a qualificação técnica e profissional dos colaboradores, através da responsabilização do desempenho, contributo nos resultados e reconhecimento do mérito;
- Garantir a sustentabilidade do hospital em todas as vertentes, nomeadamente económico-financeira;
- Contribuir para a definição de políticas de saúde;
- Obter sinergias e articular-se com outras instituições, públicas e privadas, de referência na área da oncologia.

Políticas

O conjunto de políticas desenvolvidas pelo IPOLFG operacionalizadas e vertidas nos objetivos, procedimentos e controlos instituídos e aos quais se faz referência ao longo deste relatório, bem como os resultados alcançados na vertente assistencial, de investigação e do ensino, permitiu cumprir com o estipulado nos princípios do bom governo, definidos pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, tanto no plano económico como financeiro e assistencial.

A este propósito, importa referir as conclusões divulgadas no exercício de *benchmarking* hospitalar desenvolvido pela ACSS que apontam para os elevados índices de eficiência do IPOLFG, quando comparado com outros hospitais públicos. De entre os vários indicadores estudados destaca-se os de produtividade de médicos e enfermeiros, o que reflete o potencial de capital humano existente.

A avaliação e definição das políticas no IPOLFG tem por base a análise SWOT que se apresenta na figura seguinte.

07
RCS

Figura 17 - Análise do Ambiente Interno e Externo (SWOT)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Instituição com credibilidade histórica no tratamento da doença oncológica. • Competência técnica, relacional com forte componente humanista. • Centro de referência no tratamento exclusivo e especializado de doença oncológica rara. • Ensino e formação diferenciado na área oncológica, com uma visão multidisciplinar privilegiada. • Profissionais dedicados e altamente treinados na doença oncológica, competentes e com uma qualidade técnica bem reconhecida a nível nacional. • Abordagem multidisciplinar do doente oncológico, fornecendo a melhor condenação e integração de cuidados, em todas as fases da doença. • Enorme variedade de áreas de excelência, muitas com reconhecimento internacional (Hemato-oncologia, Pediatria Oncológica, transplantes de células hematopoiéticas, Gastroenterologia, Medicina Nuclear, Neuro-oncologia, Endocrinologia, cirurgia da mama, Cirurgia da Cabeça e Pescoço). • Humanização e atenção ao doente e seus familiares. • Ligação estreita entre a clínica e a investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações envelhecidas com estruturas inadequadas e em mau estado de conservação. • Incapacidade esporádica de dar resposta adequada às necessidades dos clientes em termos de tecnologia (Radioterapia, Radiologia, Medicina Nuclear, ...). • Fraca informatização dos processos. • Existência de lista de espera nas diferentes valências de tratamento. • Ausência de autonomia de gestão, através de medidas centralizadoras, nomeadamente na Gestão de Recursos Humanos.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da imagem positiva do IPO junto da comunidade, através de rastreios à população e intervenção preventiva de determinados tipos de cancro. • Reforço da articulação entre a instituição e outras entidades do SNS dentro da rede de referência. • Desenvolvimento de parcerias estratégicas com os outros IPO, assim como com outras organizações, de forma a assegurar a competitividade. • Requalificação das instalações do Instituto tendo em conta as necessidades específicas dos utentes. • Continuação da renovação do parque tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de instituições de saúde privadas com ampla capacidade de resposta no que respeita ao acesso, hotelaria, diferenciação tecnológica e globalidade dos cuidados. • Saída de profissionais especializados da instituição, com escassez de recursos humanos no mercado para suprir as necessidades. • Crise económico-financeira - política de restrição orçamental.

Fonte: CA

47
20

7.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O IPOLFG é um estabelecimento público do SNS, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial. Rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro e seus anexos I e II, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro, pelas normas em vigor para o SNS e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde.

O Regulamento Interno, que se encontra-se atualmente em processo de revisão, define a missão e os objetivos do Instituto, anteriormente referidos.

No que respeita à sua organização interna, o funcionamento do Instituto tem por base a responsabilidade na gestão e a qualidade e eficiência na prestação dos cuidados de saúde.

O IPOLFG adota um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração, ao nível estratégico, estabelecer os objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Aos níveis intermédios de gestão, designadamente aos departamentos, incumbe a coordenação e articulação das atividades e recursos dos serviços e unidades funcionais que integram.

Aos serviços e unidades funcionais, ao nível da gestão operacional, incumbe a prestação direta de cuidados e as atividades de suporte necessárias àquela, de acordo com objetivos e metas integrados em planos de atividade aprovados pelo Conselho de Administração.

7.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Ao longo de 2012, a ACSS efetuou adiantamentos relativos ao contrato-programa e aos programas verticais no montante de 126.540.606€. A 31 de dezembro de 2012 registava-se em Balanço uma dívida da ACSS a este Instituto no montante de 4.300.082€ e 30.524.788€ em Adiantamentos de Clientes, resultantes da faturação emitida e em processo de validação e de faturação por emitir.

Com as entidades do SNS, constantes no perímetro de Consolidação de Contas do SNS, foram transacionados, durante 2012, 1.144.570€ a favor deste instituto e 3.474.986€ a favor de outras entidades do SNS.

07
28

No Balanço, a 31 de dezembro de 2012, constam no Ativo 2.429.832€ de dívidas a favor deste Instituto e no Passivo 2.802.071€ a favor de outras entidades SNS.

7.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Na organização dos processos de aquisição de bens e serviços e obras foram aplicadas as novas normas legais e processuais definidas no Regulamento Interno de Aquisições, bem como no novo Código dos Contratos Públicos. São, ainda, utilizados instrumentos de planeamento e de monitorização da execução dos processos de aquisição de bens de consumo e de investimento (Orçamentos anuais de Compras e Planos anuais e plurianuais de Investimentos), com base nas orientações e objetivos estratégicos definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

Decorrente dos suportes e ferramentas utilizadas, destaca-se a melhoria da eficiência na execução dos processos e no modo de arquivo, com o uso generalizado da plataforma eletrónica de compras e do novo aplicativo de Gestão Hospitalar de Armazém e Farmácia, que permitiram a normalização de *templates* e a automatização e a priorização das tarefas inerentes aos diferentes processos aquisitivos de bens e serviços. São organizados procedimentos de aquisição anuais exceccionalmente plurianuais, com base nas estimativas anuais de bens e serviços, apresentadas pela Farmácia, pela Logística, Gestão de Instalações e Equipamentos e Laboratórios.

Cumprindo o regulamento interno, são lançadas consultas alargadas ao mercado, anualmente para os medicamentos e de dois em dois anos para todos os artigos de consumo clínico, hoteleiro, administrativo e de manutenção e conservação, bem como para todas as prestações ou fornecimentos e serviços com estimativas de despesa abaixo do limiar comunitário de despesa.

Para os concursos públicos adjudicados fizeram-se renovações ou mantiveram-se os contratos plurianuais, com respeito pelas normas legais. Lançaram-se novos procedimentos, sempre que necessário.

Só para artigos avulsos e esporádicos, com estimativa de despesa muito baixa, foram efetuados processos com convite a um ou mais fornecedores.

07
R 88

Lista dos fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços (com valor superior a 1 M€)

Fornecedor:	Valor em 2012 (em euros)
ROCHE FARMACEUTICA QUIMICA, LDA.	8.198.885
NOVARTIS FARMA PRODUTOS FARMACEUT. SA.	2.543.518
VARIAN MEDICAL SYSTEMS IBERICA	2.170.577
INSTITUTO PORTUGUES DE SANGUE	2.130.886
QUADRANTES - CLIN. MEDICA E DIAGN. LDA	2.117.579
CELGENE, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	1.904.376
EUREST PORTUGAL	1.488.859
MERK, SHARP & DOHME, LDA.	1.368.484
HOSPITAL CUF DESCOBERTAS	1.134.901
MERCK, S.A.	1.094.377
TRANSVIDA, LDA. - CAIXA LEAS. E FACT.	1.053.220
CIECI, S.A.	1.033.170
BRISTOL-MYERS SQUIBB, LDA.	1.019.642

7.5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos dos Estatutos publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro, que transforma o IPOLFG em entidade pública empresarial, compete ao Conselho de Administração garantir o cumprimento dos objetivos, bem como o exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, e em especial:

- Propor os planos de ação anuais e plurianuais e respetivos orçamentos, bem como os demais instrumentos de gestão previsional legalmente previstos, e assegurar a respetiva execução;
- Celebrar contratos-programa externos e internos;

7
R

- c) Definir as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento do hospital E. P. E. nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, sua extinção ou modificação;
- d) Definir as políticas referentes a recursos humanos, incluindo as remunerações dos trabalhadores e dos titulares dos cargos de direção e chefia;
- e) Autorizar a realização de trabalho extraordinário e de prevenção dos trabalhadores do hospital E. P. E., independentemente do seu estatuto, bem como autorizar o respetivo pagamento;
- f) Designar o pessoal para cargos de direção e chefia;
- g) Aprovar o regulamento disciplinar do pessoal e as condições de prestação e disciplina do trabalho;
- h) Apresentar os documentos de prestação de contas, nos termos definidos na lei;
- i) Aprovar e submeter a homologação do Ministro da Saúde o regulamento interno e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- j) Decidir sobre a realização de ensaios clínicos e terapêuticos, ouvida a Comissão de Ética, sem prejuízo do cumprimento das disposições aplicáveis;
- k) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida pelo hospital E.P.E., designadamente responsabilizando os diferentes setores pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos, nomeadamente em termos da qualidade dos serviços prestados;
- l) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, se for caso disso, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes;
- m) Decidir sobre a admissão e gestão do pessoal;
- n) Autorizar a aplicação de todas as modalidades de regimes de trabalho legalmente admissíveis;
- o) Exercer a competência em matéria disciplinar prevista na lei, independentemente da relação jurídica de emprego;
- p) Acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;
- q) Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa do hospital E.P.E.;

07
88
4

- j) Tomar as providências necessárias à conservação do património afecto ao desenvolvimento da sua actividade e autorizar as despesas inerentes, previstas no plano de investimentos.

Constituição do Conselho de Administração cujo mandato terminou a 31/12/2011, e que se manteve em funções até 19/02/2012:

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente Administrador Executivo Administrador Executivo Director Clínico Enfermeira Directora	Conselho de Administração Francisco António Alvelos Sousa Matoso Maria do Céu Cláudio Valente Maria de Fátima Baptista Pinheiro Nogueira Nuno Augusto Alberto de Miranda Maria Cristina Pires de Gouveia Correia de Lacerda	Despacho n.º 2935/09 de 23 de Janeiro	2009/2011
Efectivo Suplente	Fiscal Único Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., representada por Vitor Manuel Batista de Almeida ROC n.º 714 José Manuel Carlos Monteiro ROC n.º 592		2005/2007

07
28
R

Constituição do Conselho de Administração cujo mandato iniciou a 20/02/2012:

Cargo	Órgãos Sociais	Elcção	Mandato
Presidente	Conselho de Administração Francisco Ventura Ramos	Despacho	2012/2014
Vogal e Director Clínico	João Manuel Lopes de Oliveira	n.º 2758/2012	
Vogal e Enfermeira	Maria Tereza Fernandes de Jesus de Sousa	de	
Directora	Carneiro	17 de	
Vogal	Sandra Cristina Gomes Gaspar	fevereiro	
Efectivo	Fiscal Único Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., representada por Vitor Manuel Batista de Almeida ROC n.º 714	Despacho n.º 1391/12-	2012/2014
Suplente	José Manuel Carlos Monteiro ROC n.º 592	SETF de 21 de agosto	

7.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Estatuto Remuneratório Fixado

1. Conselho Administração

Mandato 2012-2015

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (Estatuto do Gestor Público) e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, (aprova as classificações atribuídas às empresas públicas e às entidades públicas integradas no SNS).

07
R 38

Presidente:

- Remuneração de 4.864,34 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.945,74 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida 6.810,07 euros.

Restantes Vogais:

- Remuneração de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 5.448,06 euros.

O Diretor Clínico optou pelo vencimento de origem:

- Remuneração de 5.093,12 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.478,76 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 6.571,88 euros.

Sobre os valores apresentados foram aplicados os cortes salariais em vigor:

- Artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (redução de 5% nos vencimentos dos gestores públicos);
- Artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, 31/12, mantida em vigor pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

2. Fiscal Único

Mandato 2012-2015

Nos termos do n.º 2 do Despacho n.º 1391/12, de 21 de agosto, da Secretaria de Estado de Tesouro e Finanças, a remuneração anual ilíquida do fiscal único efetivo tem o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento de base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração.

A remuneração mensal foi de 1.239,53€ de janeiro a agosto e 914,27€ a partir de setembro (12 vezes por ano).



Remunerações

1. Fiscal Único

Quadro 27 – Remuneração do Fiscal Único

Fiscal Único	2011	2012		Total 2012
		jan-ago	set-dez	
Remuneração anual efetiva	14.369,00	9.916,24	3.657,08	13.573,32

Unid: €

2. Conselho de Administração

2.1 Atual Conselho de Administração

Quadro 28 – Remunerações do atual Conselho de Administração em 2012

a) Período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2012

	Unid: €			
	PRESIDENTE	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir. Clínico
	F Ramos	MT Carneiro	S Gaspar	J Oliveira
Mandato	II	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)				
1.1.Remuneração Anual	49.267,99 €	40.768,85 €	38.920,47 €	52.876,90 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	16.495,28 €	15.032,55 €	15.032,55 €	15.032,55 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	2.463,43 €	2.038,40 €	2.038,40 €	2.038,40 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	6.329,96 €	5.376,35 €	5.081,22 €	6.587,12 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	9.505,08 €	7.782,94 €	7.782,94 €	10.575,40 €
1.7.Reduções de anos anteriores	-	-	-	-
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	47.464,80 €	40.603,71 €	39.050,46 €	48.708,53 €
2. Remuneração variável	-	-	-	-
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	-	-	-	-
4.Outras (identificar) (Subs parentalidade)	-	-	1.633,58 €	-
Subsídio de refeição	841,19 €	866,81 €	926,59 €	892,43 €
Encargos com benefícios sociais				
Acumulação de Funções do Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não

17
058
R

Parque Automóvel	Presidente	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir. Clínico
	Francisco Ramos	Teresa Carneiro	Sandra Gaspar	João Oliveira
Mandato	II	II	II	II
Modalidade de Utilização	Aquisição	na	na	na
Valor de referência da viatura nova	35.000			
Ano Início	2006			
Ano Termo	na			
N.º prestações (se aplicável)	na			
Valor Residual	na			
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	na			
Combustível gasto com a viatura	2.503,30 €	0	0	0
Plafond anual Combustível atribuído	4.681,50 €	0	0	0
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	960,25 €	0	0	0
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim			

Outras regalias e compensações	PRESIDENTE	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir. Clínico
	F Ramos	MT Carneiro	S Gaspar	J Oliveira
Mandato	II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis (*)	75,00 €	75,00 €	75,00 €	75,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	870,02 €	215,18 €	687,18 €	485,56 €
Outras (indicar)				
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não

(*) Conforme deliberação do anterior CA, até regulamentação do EGP

Gastos c/ deslocações	PRESIDENTE	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir. Clínico
	F Ramos	MT Carneiro	S Gaspar	J Oliveira
Mandato	II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos anuais com Alojamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	71,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

07
R 88

2.2 Anterior Conselho de Administração

Quadro 29 - Remunerações do anterior Conselho de Administração em 2012

	Unid: €				
	Presidente	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir Clínico	Enf. Dir.
	F Matoso	MC Valente	F Nogueira	N Miranda	MC Lacerda
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total a)	7.680,51 €	6.521,38 €	6.521,38 €	6.972,82 €	6.521,38 €
1.1.Remuneração Anual	6.495,14 €	5.745,71 €	5.745,71 €	6.247,32 €	5.745,71 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	2.273,30 €	1.723,71 €	1.723,71 €	1.723,71 €	1.723,71 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	649,51 €	574,57 €	574,57 €	624,74 €	574,57 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	438,42 €	373,47 €	373,47 €	373,47 €	373,47 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	7.680,51 €	6.521,38 €	6.521,38 €	6.972,82 €	6.521,38 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (identificar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	-132,37 €	-21,35 €	-21,35 €	145,18 €	145,18 €
Encargos com benefícios sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguros de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não

a) Período de 1 de janeiro a 20 de fevereiro de 2012

07
R 586

Parque Automóvel	Presidente	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir Clínico	Enf. Dir.
	F Matoso	MC Valente	F Nogueira	N Miranda	MC Lacerda
Mandato					
Modalidade de Utilização	Aquisição	Leasing	Aquisição	na	na
Valor de referência da viatura nova	35.000	44.500	44.842	na	na
Ano Início	2006	2005	2004	na	na
Ano Termo	-	2007	-	na	na
N.º prestações (se aplicável)	-	36	-	na	na
Valor Residual	-	7563	-	na	na
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	-	-	-		
Combustível gasto com a viatura	230,27 €	280,13 €	196,45 €		
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	1.049,15 €	280,40 €	479,40 €		
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal C.A.	Vogal C.A.	Dir Clínico	Enf. Dir.
	F Matoso	MC Valente	F Nogueira	N Miranda	MC Lacerda
Mandato					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	75,00 €	75,00 €	75,00 €	75,00 €	75,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	110,60 €	1,13 €	15,26 €	89,03 €	0,73 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					

07
12

Funções e Responsabilidades

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – Francisco Ventura Ramos

Gestão e administração das matérias relativas aos serviços Gabinete do Utente, Gestão de Compras, Gestão Hotelcira, Logística e Distribuição, Planeamento Análise e Controlo de Gestão, Secretaria-Geral, Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho e Serviço Farmacêutico.

Vogal – João Manuel Lopes de Oliveira

Gestão e administração das áreas no âmbito dos Departamentos e Serviços, da área de Ensino e Investigação e, com exceção do Serviço Farmacêutico, das Unidades da área Clínica e dos serviços Gestão da Qualidade e Risco Clínico, Gestão de Docentes e Serviço Social.

Vogal – Maria Teresa Fernandes de Jesus de Sousa Carneiro

Gestão e administração das matérias relativas aos Serviços e Unidades de Esterilização, Gabinete Jurídico e Gestão de Recursos Humanos.

Vogal – Sandra Cristina Gomes Gaspar

Gestão e administração das matérias relativas aos Serviços Centro de Formação, Gestão de Instalações e Equipamentos, Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação, Gestão Financeira e Contabilidade e Segurança e Risco não Clínico.

7.7. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A análise da sustentabilidade do IPOLFG encontra-se desenvolvida no ponto 2.6. do Capítulo 2.

No domínio das políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental, além da análise de sustentabilidade referida, acresce o capítulo individualizado relativo à situação económico-financeira.

7.8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Em 2012, o IPOLFG cumpriu com todos os princípios de Bom Governo e mantém as condições para continuar a cumpri-los.

7.9. CÓDIGO DE ÉTICA

O IPOLFG tem um Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 2011, disponível para consulta em <http://www.ipolisboa.pt>.

As atribuições da Comissão de Ética, que constam do artigo 19.º do Regulamento Interno do IPOLFG, são:

- 1- A comissão de ética a que se refere o Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, é constituída por sete membros, designados de entre médicos, enfermeiros, farmacêuticos, juristas, teólogos, psicólogos, sociólogos ou profissionais de outras áreas das ciências sociais e humanas.
- 2- O mandato dos membros da comissão de ética é de três anos, podendo ser renovado por iguais períodos.
- 3- A comissão de ética pode, sempre que o considere necessário, solicitar o apoio de outros técnicos ou peritos.
- 4- No prazo máximo de 60 dias a contar da data da entrada em vigor do presente regulamento, deverá o diretor clínico designar os membros da comissão de ética, submetendo a respetiva constituição a homologação pelo CA.
- 5- A comissão de ética funciona sob a direcção de um Presidente coadjuvado por um Vice-Presidente, eleitos por e de entre os seus membros.
- 6- Nos termos da legislação em vigor, compete à comissão de ética:
 - a) Zelar, no âmbito do funcionamento do Instituto, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
 - b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades do Instituto;
 - c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvam seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito do Instituto;

- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos no Instituto e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos no Instituto;
- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos do Instituto;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde do Instituto;
- h) Elaborar e enviar ao CA o relatório anual de atividades.

7- Para além das situações de iniciativa própria, podem solicitar pareceres à Comissão de Ética:

- a) O CA;
- b) Qualquer profissional de saúde do Instituto;
- c) Os docentes ou seus representantes através do CA.

7.10. INFORMAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE CONTROLO

O Modelo de Controlo Interno do IPOJFG pode ser esquematicamente resumido da seguinte forma:

07
DS

Quadro 27 – Modelo de Controlo Interno

Modelo de Controlo Interno				Ambiente de Controlo Interno			
				Avaliação de Risco			
				Actividades de Controlo			
				Informação e Comunicação			
				Supervisão			
Práticas e Procedimentos de Controlo Interno	Compras e contas a pagar	Pessoal	Receita	Tesouraria	Gestão de Imobilizado	Reporting financeiro	Sistemas de Informação
	Compras	Administração de Pessoal	Facturação	Pagamentos	Investimento	Fecho de contas	
	Contas a pagar	Processamento de pagamentos ao pessoal	Recuperação de dívidas	Recebimentos	Desinvestimento	Cumprimento das obrigações fiscais	
				Gestão de Tesouraria		Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	

Fonte: GFC

Avaliação do Risco

O IPOLFG tem uma estrutura de recursos que efetua permanentemente a avaliação das situações de risco clínico e não clínico e que identifica ameaças e oportunidades, propondo procedimentos, com vista a reduzir as ameaças e potenciar oportunidades. O IPOLFG dispõe de Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (disponível para consulta em <http://www.ipolisboa.pt>).

Actividades de controlo

As atividades de controlo interno no IPOLFG operacionalizam-se aos diferentes níveis hierárquicos e baseiam-se em revisões de topo; atividades de gestão e processamento de informação. Estes procedimentos visam assegurar uma adequada segregação de funções, um efetivo controlo físico dos ativos e o suporte documental da decisão e dos procedimentos.

07
R
S

O IPOLFG definiu fluxos, no âmbito da Gestão da Qualidade, que contemplam como a informação e a documentação é captada, tratada e expedida, quer para efeitos internos, quer externos.

É realizada a avaliação periódica e contínua da efetividade e eficiência dos procedimentos de controlo interno implementados no IPOLFG. Esta supervisão é realizada internamente pelos diferentes serviços, nomeadamente pelos trabalhos de Auditoria Interna, pelo Serviço Financeiro, pelo Serviço de Planeamento e Controlo, pelo Fiscal Único e pelos Diretores e responsáveis dos Serviços.

Reporting interno

O *reporting* interno consiste na compilação e distribuição ao Conselho de Administração e aos responsáveis da gestão intermédia de dados e informação que procuram espelhar e analisar a performance do Instituto. Da informação preparada internamente destaca-se:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Balancete analítico;
- Análise da execução orçamental;
- Análise da atividade assistencial;
- Acompanhamento do cumprimento dos objetivos e metas do contrato-programa;
- Contributos para Planos de Atividades, Planos de Investimentos e Relatório e Contas anual.

Toda a informação acima referida é emitida mensalmente, exceto o Relatório e Contas.

Reporting Externo

O *reporting* externo envolve entre outros, o envio:

- até dia 10 do mês seguinte, do balancete do razão geral para a ACSS, e do relatório analítico, com resumo e justificação das principais variações homólogas e desvios orçamentais para a ACSS e ARSLVT;
- até dia 10 do mês seguinte, de informação sobre produção e atividade para a ACSS, através do SICA;

7
R
28

- até dia 10 do mês seguinte, de informação sobre os Fundos Disponíveis para a DGO;
- até dia 10 do seguinte, de informação sobre contratação de serviços médicos, recebimentos de clientes e reporte de dívidas para a ACSS;
- Envio trimestral de informação financeira para o IGF e para a DGTF, através do site Internet SIRIEF;
- Envio do Relatório e Contas anual para o Tribunal de Contas, ACSS, ARSLVT e DGTF;
- Reporte fiscal de acordo com a legislação em vigor.

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) e a respetiva regulamentação, pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como as circulares normativas da ACSS, vieram alterar a dinâmica de funcionamento do hospital no que respeita aos circuitos e às normas de assunção de despesas. Neste sentido, foi elaborado, analisado juridicamente, e aprovado pelo Conselho de Administração, o novo Circuito de Compromissos e Compromissos, que define todos os procedimentos e fluxos de documentação e informação transversal à organização no que respeita à assunção de compromissos.

7.11. IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS ADOPTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Apenas os membros do Conselho de Administração têm competência para a aprovação de despesas, exceto as que foram delegadas nas direções dos serviços, não intervindo em decisões que envolvam os seus próprios interesses.

No início do seu mandato, os membros do Conselho de Administração prestaram às entidades competentes toda a informação patrimonial exigida.

7.12. EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA DA DIVULGAÇÃO DE TODA A INFORMAÇÃO ACTUALIZADA PREVISTA NA RCM N.º 49/2007, DE 28 DE MARÇO

Quadro 28 – Informação a constar no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig.serv.público e modelo financiamento	X			
Modelo Governo / Identificação Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação de cumprimento dos PBC	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

7
11
88
12

Quadro 29 – Informação a constar no Site da Empresa

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação das comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações Relevantes com entidades relacionadas	X			
Avaliação de cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

17


8 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Quadro 30 – Gestão do Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição	
	S	N	N.A.		
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva					
Diversificação de instrumentos de financiamento		X		Aplicação a prazo em exclusivo no Fundo de Apoio aos Pagamentos do SNS e em CEDIC, no IGCP cfr ponto anterior	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis		X			
Diversificação de entidades credoras			X		
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X		
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes					
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	Investimento maioritariamente coberto com verbas de Capital Próprio, aplicadas no FASP-SNS e em CEDIC	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X		
Minimização da prestação de garantias reais			X		
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X		
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa					
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X		
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X		
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X		
Inclusão nos R&C					
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X		
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X		
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X		
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X		

8.2 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Os Contratos-Programa e Planos de Atividade do IPOLIG são negociados e contratualizados anualmente com a ARSLVT e registados no Sistema de Informação para Contratualização e Acompanhamento (SICA). Os valores contratualizados são inseridos no sítio Internet do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SRIEF-SETF), cumprindo o dever de informação à DGTF.

7
0
88
R

Toda a informação económica e financeira é inscrita no site da ACSS, no SIRIEF, no sítio Internet do Sector Empresarial do Estado e no sítio Internet do IPOLFG, de acordo com o detalhe referido no capítulo anterior, no ponto sobre o Controlo Interno.

No âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso é enviada informação mensal para as entidades competentes, que se encontra publicitada no sítio da Internet da DGO sobre os Fundos Disponíveis.

8.3 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Quadro 31 – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Gestão do Risco Financeiro	X				mapa incluído no presente relatório
Limites de Crescimento do Endividamento	X				0 não existe endividamento
Evolução da PRP e Supremecidades	X			-17,50% 2.099.031,4 a Terceiros	mapa incluído no presente relatório
Atrasos nos Pagamentos ("Atrasos")	X			1.167.021,4 a Entidades do Estado	mapa incluído no presente relatório
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do Conselho na aprovação de contas					
Redução do Prazo Médio de Pagamentos	X			cumprido	justificado abaixo
Plena adopção das recomendações do Tribunal de Contas e IGF	X			cumprido	justificado abaixo
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 28.º da Lei 64-B/2011	X			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			Total da Redução remuneratória em 2012 - 13.646C	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Total da Redução remuneratória em 2012 - 27.890C	
Órgãos Sociais - suspensão sub. férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			Total da Redução remuneratória em 2012 - 35.646C	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011		X		n.a.	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			Total da Redução remuneratória em 2012	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			Total da Redução remuneratória em 2012	
Artigo 12º do EOP					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Normas de contratação pública				Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas				Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC				Nº de contratos - G e valor global - 6.039.031,82C	
Adeção ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			% vol. de aquisições objeto de consulta no SNCP	
Património Automóvel	X			Var. em 2012 do nº total de veículos utilizados pela empresa - Redução em 1 veículo	Foi nos doado um veículo em Dezembro 2012. Não foi adquirido qualquer veículo em 2012.
Princípio da Igualdade do Género				Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Custos com pessoal				Var. - 16,8% em 2012, face a 2010	
Fornecimentos e Serviços Externos				Var. - 7,6% em 2012, face a 2010	
Redução nº Eleitos e Cargos Dirigentes					
Nº de eleições	X			Var. - 4,2% em 2012, face a 2010	
Nº de cargos dirigentes	X			Var. - 13% em 2012, face a 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			94,8% disponibilidades depositadas no BCP em 31 de Dezembro 2012	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'R' at the bottom right.

8.3.1 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na aprovação das contas do ano de 2011, o Despacho do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde, de 27 de agosto de 2012, recomendou ao IPOLFG a:

- i) “Redução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e no Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 9870/2009, de 13 de abril”.

O Prazo Médio de Pagamentos foi reduzido em 17,5%, de 217 dias em 31 de dezembro 2011 para os 179 dias, em 31 de dezembro 2012.

- ii) “Plena adoção das recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas, no âmbito da Auditoria às Práticas de Gestão do IPO Lisboa, Coimbra e Porto, e pela IGF no âmbito da Auditoria de Monitorização das Correções do Incumprimento sobre as reduções remuneratórias e outros abonos”.

O IPOLFG tem vindo a efetuar os estudos necessários ao suporte económico das decisões de investimento, tendo sempre por base o seu desígnio principal de prestação de cuidados de saúde atempados e de qualidade.

Como descrito anteriormente no ponto referente aos investimentos, encontra-se em revisão o plano funcional do IPOLFG. Todas as decisões entretanto assumidas visam a obtenção de sinergias e a concentração de áreas afins com vista a assegurar a qualidade dos cuidados prestados e a eficiência na gestão no curto prazo.

No que respeita ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado, importa atender que as não conformidades existentes decorrem de situações pontuais, de valor materialmente pouco relevante, cuja resolução não depende em exclusivo do IPOLFG.

Iniciou-se, em 2012, a revisão dos processos da Contabilidade Analítica, em paralelo com a segunda fase de implementação do sistema de custeio por atividades.

Foram estudados e encetados processos conjuntos de aquisição com os IPOs e com o Grupo de Hospitais do Norte, designado de “G17”.

17
0
88
2

8.3.2 ATRASO NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

A Dívida total a 31 dezembro de 2012 assumiu o valor de 24,2 M€, dos quais 20,7 M€ a entidades Terceiras e 3,5 M€ a entidades do Estado.

As Dívidas totais a Terceiros apresentam a significativa redução de 18 M€, face a dezembro de 2011. Tendo sido regularizados pela ACSS (no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas) pagamentos em atraso ao IPOLFG, referentes aos contratos-programa de anos anteriores, foi possível ao Instituto proceder à regularização de dívidas.

No que respeita à Dívida exclusivamente a entidades Terceiras, excluindo entidades do Estado, verificou-se, como se apresenta no quadro seguinte, uma redução para menos de metade (20,7 M€ em dívida em dezembro de 2012), redução ainda mais significativa no que respeita à Dívida Vencida (-72%) e aos *Arrears* (redução de 87% para os 2 M€, os quais se devem exclusivamente a uma dívida que está pendente de pagamento até resolução judicial relativa à aplicação de penalidades contratuais).

Quadro 32 – Dívidas a Terceiros

	2011	2012	Variação	Var %
Dívida Total	44,5	20,7	-23,8	-53%
Dívida Vencida	27,9	7,7	-20,2	-72%
Arrears	15,6	2,0	-13,6	-87%

Fonte: GFC

O quadro seguinte apresenta as dívidas totais a Terceiros e a entidades do Estado, por rubrica de despesa.

07
SS
Q

Quadro 33 – Dívidas por rubrica de despesas

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
DESPESAS CORRENTES	12.679.988,37	5.570.687,64	197.967,78	28.034,11	9.021,98
01 Despesas com Pessoal	-	-	-	-	-
0101 Remunerações Cortas e Permanentes	-	-	-	-	-
0102 Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-	-	-	-
0103 Segurança Social, das quais:	-	-	-	-	-
010301, 010302 Encargos com a Saúde	-	-	-	-	-
010301 A0 00 Contribuição da Entid. Patronal p/ ADSE	-	-	-	-	-
residual da 010301, 010302 Outros	-	-	-	-	-
010305 Contribuições de Segurança Social	-	-	-	-	-
010305 A0 00 CGA	-	-	-	-	-
010305 B0 00 Segurança Social - Regime Geral	-	-	-	-	-
010305 C0 00 Outras	-	-	-	-	-
010303, 010304, 010306 a 010310 Outras	-	-	-	-	-
02 Aquisições de Bens e Serviços	12.679.735,54	5.570.687,64	197.967,78	28.034,11	9.021,98
03 Juros e outros encargos	-	-	-	-	-
04 Transferências Correntes	-	-	-	-	-
0403 a 0406 Administrações Públicas	-	-	-	-	-
0401, 0402, 0407 a 0409 Outras Transferências Correntes	-	-	-	-	-
05 Subsídios	-	-	-	-	-
06 Outras Despesas Correntes	252,83	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	436.584,57	163.629,96	70.472,62	164.148,60	-
07 Aquisições de Bens de Capital	436.584,57	163.629,96	70.472,62	164.148,60	-
08 Transferências de Capital	-	-	-	-	-
0803 a 0806 Administrações Públicas	-	-	-	-	-
0801, 0802, 0807 a 0809 Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-
11 Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL	13.116.572,94	5.734.317,60	268.440,40	192.182,71	9.021,98

8.3.3 ORIENTAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

Na sequência das Medidas de Contenção das Despesas dos organismos do Estado determinadas em 2010 e 2011, foram aplicadas as medidas de redução remuneratória previstas legalmente, nomeadamente as previstas no art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, com os efeitos expressos no quadro seguinte.

7




Quadro 34 - Efeitos das alterações legislativas nos Custos com Pessoal

Unid: C

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	55.432.093,32 €	50.897.625,13 €	48.209.748,37 €
Gastos com Órgãos Sociais (€)	393.190,22 €	392.994,26 €	300.331,63 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	6.329,82 €	53.543,21 €	40.662,83 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	- €	- €	- €
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	860.233,65 €	901.733,76 €	751.624,61 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	- €	77.641,04 €	65.241,88 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	54.178.669,45 €	49.602.897,11 €	47.157.792,13 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		2.016.689,98 €	1.906.779,25 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	12.270,52 €	50.677,15 €	46.192,18 €
Rescisões / Indemnizações (€)	19.049,73 €	24.931,67 €	6.885,04 €
Designação	2010	2011	2012 a)
Nº Total RII (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	1924	1878	1855
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	5	5	4
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	18	17	16
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	1901	1856	1835

a) A partir de 20 de fevereiro de 2012, passou de 5 para 4 os Órgãos Sociais

8.3.4 PRÊMIOS DE GESTÃO

Não foram atribuídos quaisquer prêmios de gestão aos membros do Conselho de Administração ou a outros colaboradores.

8.3.5 PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA

O IPOLFG mantém as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, L.P., com exceção de pequenos montantes, de valores pouco expressivos, depositados em instituições da banca comercial, devido à existência de produtos ainda não disponibilizados pelo IGCP, nomeadamente locações financeiras, e à existência de ações não cotadas em bolsa, doadas a este instituto, e das quais o IGCP não efetua a guarda. Acrescem os montantes relacionados com os terminais de pagamento, cuja oferta atual do IGCP se torna financeiramente menos vantajosa para o IPOLFG que a situação atual.

07
26
8

Todos os montantes obtidos são transferidos para as contas no IGCP.

As verbas disponíveis para aplicação, nomeadamente as relativas ao Fundo Patrimonial, estão aplicadas no IGCP, mais concretamente aplicadas no Fundo de Apoio aos Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde e em CEDICs.

17
S
2

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

9.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto não efetuou negócios com os seus administradores, nos termos do artigo 37.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício em análise, exceto os que merecem menção neste relatório.

O Instituto não tem dívidas em mora ao Estado, nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

9.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os Resultados Líquidos do IPOLFG, no exercício de 2012, foram de -9.303.463,88€.

A Proposta de Aplicação de Resultados é a seguinte:

a) Transferência para Resultados Transitados	9.303.463,88€
--	---------------

Lisboa, 30 de Abril de 2013

O Conselho de Administração

A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely representing the Council of Administration, is written over a horizontal line.A small, handwritten mark or signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page.

A₁ - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

07
88
12

5- BALANÇO ANALÍTICO		ATIVO		31-Dez-2012	
CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	Ativo Bruto	N Amortizações/Provisões	Ativo Líquido	N-1 Ativo Líquido
IMOBILIZADO:					
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
451	Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim. histórico, artístico e cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizaç em curso bens domínios	0,00		0,00	0,00
446	Adiantament p/conta bens dom públ.	0,00		0,00	0,00
	Total bens de domínio público:	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
431	Despesas de instalação	202.915,24	202.915,24	0,00	0,00
432	Despesas investigação e desenvolvimento	297.078,91	287.497,34	9.581,59	38.300,15
433	Propriedade Industrial	335,11	0,00	335,11	335,11
443	Imobilizaç em curso imob incorpor	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos p/conta imob. incorpor.	0,00		0,00	0,00
	Total imobilizações incorpóreas:	500.329,16	490.412,58	9.916,70	38.635,26
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
421	Terras e recursos naturais	12.181.897,18	0,00	12.181.897,18	12.181.897,18
422	Edifícios e outras construções	50.062.412,85	10.952.835,10	39.109.612,75	39.005.145,38
423	Equipamento técnico	54.169.361,12	38.551.182,22	15.618.179,50	15.292.009,79
424	Equipamento de transporte	301.659,65	301.659,65	0,00	1.931,72
425	Ferramentas e utensílios	38.563,04	31.930,06	6.632,98	12.082,38
426	Equipamento administrativo e informático	8.550.650,27	7.219.791,81	1.330.858,46	1.567.576,87
427	Luas e saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00
442	Imobilizaç em curso imob. corpóreas	4.799.146,06		4.799.146,06	453.185,69
448	Adiantament p/conta imob. corpóreas	0,00		0,00	0,00
	Total imobilizações corpóreas:	130.105.775,77	57.010.404,84	73.014.820,93	68.515.314,05
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
411	Partes de capital	0,00		0,00	0,00
413	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	4.539.900,00		4.539.900,00	4.680.000,00
415	Outras aplicações financeiras	821,76	0,00	821,76	821,76
441	Imobilizaç em curso invest. financeiro	0,00		0,00	0,00
447	Adiantament p/conta invest. finance	0,00		0,00	0,00
	Total investimentos financeiros:	4.540.721,76	0,00	4.540.721,76	4.680.721,76
CIRCULANTE:					
EXISTÊNCIAS:					
36	Matérias primas, subprod., e consumo	3.306.789,19	261.548,02	3.045.241,17	5.469.960,41
34	Sub-produtos, desperd., resid., e refug.	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Meios-finais	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos p/conta de estocagem	0,00		0,00	0,00
	Total existências:	3.306.789,19	261.548,02	3.045.241,17	5.469.960,43

78

Handwritten signature or initials.

3 - BALANÇO ANALÍTICO		ACTIVO		31-Dez-2012	
CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N	N-1	N	N-1
		Ativo Bruto	Amortiz./Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	DIVIDAS TERC-Médio long. praz	0,00	0,00	0,00	0,00
	DIVIDAS DE TERC. - Curto praz				
28	Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
211	Clientes etc	3.961.142,82		3.961.142,82	3.551.584,24
213	Únicos etc	58.572,48		58.572,48	14.344,77
215	Instituições do Ministério da Saúde	8.680.030,04		8.680.030,04	7.095.767,40
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa	19.883.228,95	19.883.228,95	0,00	0,00
231	Devedores preservação do ambiente	0,00		0,00	0,00
239	Adiantamentos a fornecedores	29.604,69		29.604,69	29.334,69
2619	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outras entes públicos	148.296,93		148.296,93	243.679,93
362/334	Outros devedores	3.354.116,49	2.182.101,88	1.172.014,61	8.186.701,01
262/3	Total dívidas de terceiros	36.115.052,40	22.065.330,83	14.049.721,57	14.121.911,45
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	10.400.000,00		10.400.000,00	15.000.000,00
	Total títulos negociáveis	10.400.000,00	0,00	10.400.000,00	15.000.000,00
	DEPÓSITOS INST. FINANCEIRAS:				
13	Conta no Tesouro	9.039.492,13		9.039.492,13	6.730.715,96
12	Depósitos em instituições financeiras	20.707,60		20.707,60	11.530,42
11	Caixa	6.740,61		6.740,61	4.144,80
	Total depósitos e caixa	9.077.000,34		9.077.000,34	6.746.691,18
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acrescimos de provisões	38.332.867,01		38.332.867,01	33.710.108,48
272	Créditos diferidos	4.156,22		4.156,22	18.625,00
	Total acréscimos e diferimentos	38.337.023,23		38.337.023,23	33.728.733,48
	Total de amortizações:		57.580.817,42		
	Total de provisões:		22.326.578,85		
	TOTAL DO ACTIVO:	232.387.142,05	79.901.696,27	152.475.445,78	148.611.968,77

7²

U

5 - BALANÇO ANALÍTICO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO


31-Dez-2012

CONTAS		EXERCÍCIOS	
Código	Designação	N	N-1
FUNDO PATRIMONIAL:			
31	Património	49.880.000,00	49.880.000,00
36	Reservas de reavaliação	34.458.507,76	34.458.507,76
RESERVAS:			
571	Reservas legais	762.913,56	762.913,56
572	Reservas estatutárias	2.358.652,01	2.358.652,01
574	Reservas livres	26.563.071,49	26.563.071,49
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	2.585.751,21	2.234.137,02
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	0,00
Total das reservas:		32.190.418,27	31.918.804,08
39	Resultados transiçados	-35.457.092,91	-15.664.655,05
88	Resultado líquido do exercício	-9.303.403,88	-19.822.441,59
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL:		71.738.762,71	60.770.611,50
PASSIVO:			
PROVISÕES:			
291	Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00
292	Provisões p/órcos encargos	-373.910,11	-158.830,09
Total de provisões:		873.940,41	458.830,09
2112	DIVIDAS A TERCEIROS-Média e longo prazo	0,00	0,00
DIVIDAS A TERCEIROS-Curto prazo:			
219	Adiantamentos de clientes, clientes e inst. MS	30.521.788,35	5.258,58
221	Fornecedores e/c	17.100.410,26	31.500.473,55
228	Fornecedores - Facturas recepção e confidencial	5.005.238,67	17.384,76
2311	Empréstimos obtidos	0,00	0,00
232	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado e/c	2.189.581,67	2.475.445,47
24	Estado e outras vults públicas	2.049.850,01	1.709.320,89
2623/4 + 267/8	Outros credores	5.347.278,81	14.377.919,58
Total de dividas a terceiros:		62.211.181,11	50.035.802,83
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acrescimos de custos	7.452.594,21	5.936.003,47
274	Proveitos diferidos	10.131.961,16	11.410.120,48
Total acréscimos e diferimentos:		17.584.555,39	17.346.123,95
TOTAL DO PASSIVO:		80.735.681,57	67.841.356,87
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO:		152.474.445,78	148.611.968,77

O Responsável



O Conselho de Administração





6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

31-Dez-2012

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N		N-1	
61	CUSTOS MERC..VEND..ALCONS.:				
612	Aluguéis	0,00		0,00	
616	Materiais de consumo	38.019.690,03	38.019.690,03	41.315.071,79	41.315.071,79
62	Fornecimento e serviços externos		26.056.458,68		31.714.913,42
64	CUSTOS COM O PESSOAL:				
641	Remunerações dos órgãos diretivos	294.298,83		334.531,60	
642	Remunerações de pessoal	40.728.383,17		42.468.234,82	
643	Pensões	116.418,47		772.015,94	
645	Encargos sobre remunerações	7.209.226,52		7.443.640,72	
646	Seguros social e de desemp. profissionais	90.251,46		113.687,15	
647	Encargos sociais voluntários	88.544,04		91.155,80	
648	Outros custos com o pessoal	135.105,81		174.359,10	
649	Estágios profissionais	0,00	48.662.328,30	0,00	50.897.025,13
63	Transf. correntes cont. e prest. soc.		0,00		0,00
66	Amortizações do exercício	5.056.436,41		4.399.806,85	
67	Provisões do exercício	3.276.375,77	8.332.812,18	3.710.154,26	8.109.961,11
65	Outros custos e perdas operacionais		121.556,32		87.077,12
	(A)		121.191.845,51		132.124.648,57
68	Custos e perdas financeiros		7.498,50		12.402,77
	(C)		121.702.344,01		132.137.051,34
69	Custos e perdas extraordinárias		1.256.473,95		1.554.151,73
	(E)		122.458.817,96		133.691.203,07
86	Imposto de rendimento do exercício		4.458,81		8.989,04
	(G)		122.463.276,77		133.700.192,11
88	Resultado líquido do exercício		-9.303.463,88		-19.872.444,89
			113.150.812,89		113.877.747,22

7

0
82
R

6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PROVEITOS E GANHOS

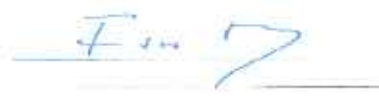
31-Dez-2012

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Descrição	N		N-1	
71	VENDAS E PRESTAC. SERVIÇOS				
711	Vendas	1.766,00		820,20	
712	Prestações de serviços	101.387.239,57	104.389.005,57	108.421.680,28	108.422.500,18
72	Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
75	Trabalhos própria instituição		0,00		0,00
73	Proveitos suplementares		159.595,56		163.739,66
74	TRANSF.SUBSID.CORRENT.OBT				
741	Transferências - TESOURO	0,00		0,00	
742	Transferências correntes obtidas	49.853,56		49.622,13	
743	Subsid correntes obt-Oficinas público	0,00		0,00	
719	De outras entidades	313.845,61	363.699,17	97.313,25	146.935,38
76	Outros proveitos/ganhos operacionais		4.833.792,90		2.250.559,93
	(B)		109.746.093,20		110.983.735,45
78	Proveitos e ganhos financeiros		691.778,79		425.833,89
	(D)		110.437.871,99		111.409.569,34
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.721.940,90		2.468.177,88
	(F)		113.159.812,89		113.877.747,22
RESUMO:		N		N-1	
RESULTADOS OPERACIONAIS		-11.448.752,31		-21.140.913,12	
RESULTADOS FINANCEIROS		681.280,29		413.431,12	
RESULTADOS CORRENTES		-10.767.472,02		-20.727.482,00	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		1.465.466,95		914.026,15	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-9.299.005,07		-19.813.455,85	
IMPOSTO SOBRE O LUCRO		4.458,81		8.989,01	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-9.303.463,88		-19.822.444,89	

O Responsável

O Conselho de Administração







7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2012
Código	ACTIVIDADES OPERACIONAIS			TOTAIS	
	Recebimento de Clientes (i)				
171	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	5.614.079,01			
1219	Adiantam. clientes, atcutes, Inst Estado	127.111.544,44			
17971	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	186.462.525,40		319.188.148,88	
	Pagamentos a fornecedores (ii)				
131	COMPRAS	22.676.886,43			
162	FURNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	16.752.810,29			
1229	Adiantamentos a fornecedores	270,60			
16973	COMPRAS A CORRER	25.444.113,06			
169762	FURNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	20.309.885,83		85.183.966,21	
	Pagamentos ao pessoal (iii)				
164	CUSTOS COM O PESSOAL	41.963.289,36			
1262	Adiantamentos a pessoal	2.611,00			
169764	DÉSPESAS COM O PESSOAL	3.825.427,38		45.791.327,74	
	(A) Fluxo gerado pelas operações (i+ii+iii).....				188.212.859,93
	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (h)				
186	Imposto s/rendimento do exercício (IPC)	0,00			
186	Imposto s/rendimento exercício anterior	0,00			
169786	Imposto s/rendimento exercício anterior	0,00			
169786	Imposto s/rendimento exercício anterior	0,00		0,00	
	Outros recebimentos relativos à actividade operacional (c)				
122	Impostos e taxas	0,00			
123	Proveitos suplementares	138.533,10			
174	TRANSFER. E OUTROS CORRENTES OUTROS	251.503,16			
176	OUTROS PROVEITOS E GASTOS OPERACIONAIS	899.580,79			
12748	Diferenças cambiais favoráveis	0,00			
12749	Outros proveitos diferidos	703,08			
17972	Impostos e taxas	0,00			
17973	Proveitos suplementares	164,62			
17974	Transferências sobre correntes obtidas	0,00			
17976	OUTROS PROVEITOS E GASTOS OPERACIONAIS	673.472,75			
17979	Outros	0,00			
1229	Adiantamentos a Fornecedores	0,00			
1242	Retenção de impostos s/ rendimento	5.350.175,49			
1243	Imposto com valor acrescentado	71.405,01			
1244	Outros impostos	0,00			
1245	Contribuição para segurança social	5.081.320,04			
1249	Outros	104.444,18			
1262	Adiantamentos a pessoal	3.038,54			
1263	Sindicatos	39.406,39			
1264	Regularização de dívidas p/ ordem Termino	0,00			
1268	Devedores e credores diversos	351.971,01		12.965.918,16	
	Outros pagamentos relativos à actividade operacional (d)				
165	Outros custos e perdas operacionais	131.076,58			
1272	Custos diferidos	0,00			
169727	Acréscimos e diferimentos	0,00			
169765	Outros custos operacionais	0,00			
1219	Adiantamento a clientes, atcutes e Inst Estado	187.726.761,89			
1242	Retenção de imposto s/ rendimento	6.514.004,21			
1243	Imposto sem valor acrescentado	109.690,35			
1244	Outros impostos	0,00			
1245	Contribuição para segurança social	3.996.124,70			
1249	Outros	74.232,22			
1263	Sindicatos	18.075,70			
1264	Regularização de dívidas p/ ordem Termino	0,00			
1268	Devedores e credores diversos	181.719,62		198.801.685,27	
	(E) Fluxo gerado pelas actividades extraordinárias (A+B+C+D).....				2.377.092,82

0

88

Q

7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	Até:	Dezembro	DO ANO:	2012
Recebimentos gerados com rubricas extraordinárias (f)					
1792	Recuperação de dívidas		0,00		
1793	Ganhos em existências		0,00		
1794	Ganhos em imobilizações		214.811,55		
1795	Benefícios passíveis de contrapartida		58.091,81		
1798	Outros proventos / ganhos extraordinários		26.610,28		300.113,64
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (g)					
1691	Transferências de capital concedidas		0,00		
1693	Perdas em existências		0,00		
1694	Perdas em imobilizações		0,00		
1695	Multas e penalidades		822,75		
1698	Outros custos e perdas extraordinárias		0,11		
16971	Restituições		0,00		
16972	Proventos		0,00		
16979	Outras correções		0,00		
169769	Custos e perdas extraordinárias		0,00		822,86
(1) Fluxo das actividades operacionais [E+g]					2.676.383,60
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de: (h)					
1282	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS Anulação de empréstimos		0,00		
12745	SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO Subsídios para investimentos		0,00		
178	JUROS E PROVENTOS SIMILARES Proventos e ganhos financeiros		695.193,10		
17978	Proventos e ganhos financeiros		0,00		
1261	OUTROS RECEBIMENTOS ACTIVIDADE INVESTIMENTO Adiantamentos a fornecedores fiabilizado		0,00		695.193,10
Pagamentos respeitantes a: (i)					
1281	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS Concesso de empréstimos		0,00		
141	INVESTIMENTOS FINANCEIROS Investimentos financeiros		0,00		
169741	Investimentos financeiros		0,00		
142	INSCRIÇÕES EM SOCIEDADES Inscrições em sociedades		3.100.208,91		
169742	Inscrições em sociedades		2.357.957,59		
143	INSCRIÇÕES EM SOCIEDADES Inscrições em sociedades		0,00		
169743	Inscrições em sociedades		0,00		
144	INSCRIÇÕES EM SOCIEDADES Inscrições em sociedades		0,00		
169744	Inscrições em sociedades		0,00		
145	RENTAS DE DOMÍNIO PÚBLICO Rentas do domínio público		0,00		
169745	Rent do domínio público		0,00		5.758.166,53
(2) Fluxo das actividades de investimento [h-i]					-5.862.973,43

Handwritten signature and initials in blue ink.

7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2012
Código	ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			TOTAIS	
	<i>Recebimentos provenientes de: (k)</i>				
123	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS Empréstimos obtidos		0,00		
151	AUMENTOS CAPITAL, PRÉST. SUPL. E PRÉM. EMISSÃO Capital		0,00		
1575	SUBSÍDIOS E DOAÇÕES Subsídios		0,00		
1576			122.005,38		122.005,38
	<i>Pagamentos respeitantes a: (l)</i>				
123	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS Empréstimos obtidos		0,00		
168	RUBROS E CUSTOS SEMELHANTES Custos e perdas financeiros Custos e perdas financeiros		5.106,33		
169768			0,00		
163	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES COM FIDUCIÁRIAS Transferências correntes concedidas prestações sociais Transferências correntes concedidas prestações sociais		0,00		
169763			0,00		5.106,33
	(3) Fluxo das actividades operacionais (k-l)				116.899,05
	(4) Variação de caixa e seus equivalentes - (1+2+3)				-2.269.690,78
	<i>Caixa e seus equivalentes no início do período: (5)</i>				
111	Caixa		4.444,80		
112	Depósitos em instituições financeiras		11.530,42		
113	Conta no Tesouro		6.730.715,96		
115	Títulos negociáveis		0,00		
118	Outras aplicações de tesouraria		15.000.000,00		21.746.691,18
	(6) Caixa e seus equivalentes no fim do período - (4+5)				19.477.000,40

7
K

0
88
R



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.
As notas cuja numeração não figura neste Anexo não são aplicáveis ou não são significativas para a apreciação das demonstrações financeiras.

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 Identificação

O Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE (IPOLFG), com sede em Lisboa, na Rua Professor Lima Basto é um estabelecimento integrado no SNS com a natureza de entidade pública empresarial, de acordo com o Decreto-Lei nº233/2005 de 29 de Dezembro.

8.1.2 Legislação

a) Constituição e Actividade

No âmbito da reforma do sector da saúde, o Governo da República decretou a transformação do INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE FRANCISCO GENTIL – CENTRO REGIONAL DE ONCOLOGIA DE LISBOA, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-lei nº 289/2002 de 10 de Dezembro, tendo iniciado a sua actividade em 11 de Dezembro de 2002.

Pelo Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis nº 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, 18/2008, de 29 de Janeiro, 176/2009, de 4 de Agosto, 136/2010, de 27 de Dezembro, e 244/2012, de 9 de Novembro, o Instituto foi transformado em Entidade Pública Empresarial, com efeitos a 30 de Dezembro de 2005, passando a adoptar a designação de INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E.P.E., a qual sucedeu em todos os direitos e obrigações à anterior sociedade.

8.1.3 Estrutura Organizacional

O Organograma do Instituto pode ser visualizado no ponto "4. Estrutura Organizacional" do Relatório de Gestão.

17
X

0
SG
R



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

8.1.4 Descrição sumária das actividades

O Instituto tem por objecto social a prestação de serviços de saúde no domínio da oncologia, bem como a investigação, o ensino e o rastreio oncológico e encontra-se integrado no Serviço Nacional de Saúde.

8.1.5 Recursos Humanos

Os órgãos sociais do Instituto foram em 2012 compostos pelos seguintes elementos:

1. Até 19 de Fevereiro:

Conselho de Administração:

Presidente: Francisco António Alvelos de Sousa Matoso

Vogal: Maria do Céu Cláudio Valente

Vogal: Maria de Fátima Baptista Pinheiro Nogueira

Director Clínico: Nuno Augusto Alberto de Miranda

Enfermeira Directora: Maria Cristina Pires de Gouveia Correia de Lacerda

Fiscal Único:

Vitor Almeida & Associados, SIROC, Lda., representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida

2. Em 2012 foi nomeado um novo Conselho de Administração, com efeitos a partir de 20 Fevereiro, composto pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração:

Presidente: Francisco Ventura Ramos

Vogal: João Manuel Lopes de Oliveira (Director Clínico)

Vogal: Maria Teresa Fernandes de Jesus de Sousa Carneiro (Enfermeira-Directora)

Vogal: Sandra Cristina Gomes Gaspar

Fiscal Único:

Vitor Almeida & Associados, SIROC, Lda., representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida

O número de pessoas ao serviço da Empresa no final do exercício de 2011 e 2012 era de 1.890 e 1.851 efectivos, respectivamente.

8.1.6 Organização contabilística

O Instituto mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SIDC da ACSS.

17

8

Ø
SC
L



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

São preparadas demonstrações financeiras trimestrais, que são objecto de revisão por parte do Fiscal Único do Instituto, sendo também enviada informação financeira mensalmente para a ACSS, ARSLVT e DGTf.

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.3 Critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (excepto quanto ao Imobilizado), na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de continuidade, prudência, consistência, especialização dos exercícios, materialidade e da não compensação.

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão mostradas ao valor de custo de aquisição, deduzidas das amortizações acumuladas.

As amortizações estão a ser efectuadas a uma taxa de 20%.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo, para os bens adquiridos após a data de constituição da Sociedade (11 de Dezembro de 2002), e ao valor resultante de avaliação, como explicado abaixo, para os bens adquiridos até aquela data.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 289/2002, de 10 de Dezembro, foi efectuada a avaliação dos bens reportada à data da transformação em sociedade anónima, que teve por base uma avaliação técnica independente, tendo-se ajustado os registos contabilísticos de acordo com os valores resultantes dessa avaliação, excluindo os ajustamentos relativos aos bens imóveis, os quais não foram reflectidos no exercício de avaliação, na sequência de ordens da tutela nesse sentido.

7
A

0
SG
P



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

De acordo com instruções da DGTF, constantes nas instruções sobre o processo de prestação de contas, os imóveis foram reavaliados em 2011, tendo por base uma avaliação técnica independente, tendo sido contabilizados pelo valor actual proposto à data de 31 Dezembro 2011, criando-se para o efeito uma reserva de reavaliação.

As amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, a partir do ano de entrada em funcionamento dos bens, com base nas taxas genéricas do CIBE, tendo sido também ajustados as respectivas bases de cálculo, em resultado da avaliação referida no parágrafo anterior.

c) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo o custo médio ponderado o método utilizado para o custeio das vendas.

d) Provisões para Clientes de Cobrança Duvidosa

As provisões para clientes de cobrança duvidosa foram reforçadas tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respectivos saldos.

e) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua actividade.

f) Provisões para existências

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como do respectivo prazo de validade, contado desde a data de reporte das demonstrações financeiras.

g) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

17
K

11
SG
R



h) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (excepto no indicado na alínea j) abaixo).

i) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

j) Pensões de Reforma

O Hospital tem responsabilidade do pagamento da Pensões de Acidentes de Serviços e da Pensões de Sobrevivência (10 pessoas abrangidas).

A Lei do Orçamento de Estado para 2011, Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no artigo 159º vem estatuir que as responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei nº 301/79, de 18 de Agosto, são suportadas pelo Ministério da Saúde.

A Lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei Nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, no artigo 191º, alarga o âmbito das pensões suportadas pelo Ministério da Saúde aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei nº 124/79, de 10 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis nº 210/79, de 12 de Julho, e 121/2008, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei nº 295/SQ, de 21 de Setembro.

k) Registo dos proveitos correspondentes a actos médicos

Os proveitos correspondentes aos actos médicos efectuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, excepto nos casos de valorização dos actos médicos em curso à data do balanço, que só são facturados depois de codificados.

8.2.6 Contas de "despesas de instalação" e "despesas de investigação e desenvolvimento"

A rubrica de despesas de instalação inclui essencialmente os custos relativos a projectos de engenharia e arquitectura para os edifícios e a rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento inclui essencialmente projectos de investigação - Organização e Qualidade do Serviço de Imunohemoterapia.

7
X

0

SS
L



8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado e nas respectivas amortizações

Activo Bruto

	Saldo Inicial	Reavaliações	Transferências/Regularizações	Aumentos	Abates	Saldo Final
Investimentos Financeiros						
Investimentos em Imóveis	0					0
Terras e recursos naturais	1.122.475				12.500	1.134.975
Edifícios e outras construções	3.517.425				112.500	3.404.925
Outras aplicações financeiras	822					822
	4.600.722	0	€	0	150.000	4.510.722
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de instalação	202.915					202.915
Dep. Inv. e Desenvolvimento Imobiliário Industrial	297.079					297.079
	335					335
	500.329		€	0	0	500.329
Imobilizações Corpóreas						
Terras e recursos naturais	12.141.897					12.141.897
Edifícios e outras construções	48.322.549		31.765	1.106.628		50.052.438
Equipamento básico	51.599.201		-4.599.755	8.311.561	1.051.016	54.359.367
Equipamento de transporte	301.660					301.660
Ferramentas e utensílios	35.563					35.563
Equipamento administrativo	8.581.251		9.354	140.984	382.939	8.550.650
Outras imobilizações corpóreas	1.500					1.500
Imobilizações em curso	651.396		-225.812	5.073.718		4.711.146
	123.805.849	0	-5.338.998	14.591.373	1.433.905	130.105.225

Amortizações

	Saldo Inicial	Reavaliações	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação	202.915				202.915
Dep. Inv. e Desenvolvimento Imobiliário Industrial	258.779		23.219		287.697
	461.694	0	23.219	0	480.413
Imobilizações Corpóreas					
Edifícios e outras construções	9.422.453		1.233.392		10.652.835
Equipamento básico	16.307.143		3.121.349	922.361	18.554.187
Equipamento de transporte	293.721		1.938		301.659
Ferramentas e utensílios	26.501		5.429		31.930
Equipamento administrativo	7.015.675		615.610	181.486	7.240.758
	53.391.534	0	5.022.718	1.108.847	57.030.495
Totais	53.833.228	0	5.055.436	1.108.847	57.580.818

17
E

11
88
E



De acordo com o previsto no n.º 3 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 289/2002, de 10 de Dezembro, foi efectuada a avaliação dos bens reportada à data da transformação em sociedade anónima, que teve por base uma avaliação técnica independente, tendo-se ajustado os registos contabilísticos de acordo com os valores resultantes dessa avaliação, excluindo os ajustamentos relativos aos bens imóveis, os quais não foram reflectidos no exercício de avaliação, na sequência de ordens da tutela nesse sentido.

De acordo com instruções da DGTF, constantes nas instruções sobre o processo de prestação de contas, os imóveis foram reavaliados em 2011, tendo por base uma avaliação técnica independente, tendo sido contabilizados pelo valor actual proposto à data de 31 Dezembro 2011, criando-se para o efeito uma reserva de Reavaliação.

8.2.13 Bens utilizados em regime de Locação Financeira

O Instituto tem dois bens adquiridos em regime de Locação Financeira:

1. Foi adquirido em 2005 um Veículo Automóvel ligeiro de passageiros, o qual se encontra contabilizado pelo valor de aquisição de 44.500 Euros, tendo já sido reconhecidas amortizações acumuladas no montante de 44.500 Euros. À data do encerramento das contas, a dívida encontrava-se totalmente amortizada.
2. Foi adquirido em 2007 um Acelerador Linear, o qual se encontra contabilizado pelo valor de aquisição de 1.489.440 Euros, tendo já sido reconhecidas amortizações acumuladas no montante de 608.188 Euros. À data do encerramento das contas, a dívida encontrava-se totalmente amortizada.

8.2.18 Outras aplicações financeiras

O valor em saldo reflecte doações efectuadas ao Instituto, nomeadamente títulos e rendas perpétuas, no montante de 822 Euros.

8.2.23 Dívidas de Cobrança Duvidosa

Encontram-se incluídas no balanço dívidas de cobrança duvidosa no valor de 19.883.279 Euros relativas a Clientes e 2.182.102 Euros relativas a Outros Devedores. Para todas estas dívidas estão constituídas Provisões para Cobranças Duvidosas (nota 8.2.31).

8.2.24 Valor global das dívidas activas e passivas respeitante ao pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 o Instituto tinha a receber 2.527 Euros registados em contas de adiantamentos e reposições de vencimentos, não existindo qualquer valor em dívida ao pessoal.

17
P

1
SS
Q



8.2.31 Provisões Acumuladas

	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Reduções	Saldo 31.12.2012
Cobranças Duvidosas				
Dúvidas de clientes	17.666.715	2.416.001	201.488	19.881.228
Dúvidas de Outros Devedores	2.031.938	156.421	6.258	2.182.101
Sub-Total (Cobrança Duvidosa)	19.702.654	2.572.422	207.746	22.065.331
Ítemos e encargos	458.830	181.875	66.714	573.991
Depreciação de existências	41.420	220.128		261.548
Total (Provisões)	20.202.904	3.276.376	274.460	23.209.819

8.2.32 Movimentos ocorridos nas contas do Fundo Patrimonial

	Saldo 31.12.2011	Aplicações	Aumentos	Reduções	Saldo 31.12.2012
Património	49.880.000				49.880.000
Reservas de reavaliação	31.458.908				31.458.908
Reservas legais	762.914				762.914
Reservas para intalções	2.358.582				2.358.682
Reservas livres	26.563.371				26.563.071
Outras Reservas – Doações	2.234.137		271.614		2.505.751
Resultados transferidos	-15.664.555			19.822.876	-35.487.300
Resultado líquido do exercício	-19.822.145	19.822.445		9.303.464	-9.301.464
	68.770.512	19.822.445	271.614	19.125.909	71.738.262

O Património de 49.880.000 euros foi integralmente subscrito pelo Estado Português tendo sido realizado em 10 de Fevereiro de 2003.

O Resultado líquido do Exercício de 2011 foi transferido para Resultados Transferidos, de acordo com o despacho de aprovação de contas de 27/08/2012 do Ministério das Finanças e Ministério da Saúde.

O IPO beneficiou ainda de doações de numerário e equipamentos, no montante global de 271.614 euros, contabilizados na rubrica Outras Reservas – Doações. A contabilização de doações em dinheiro nesta rubrica ocorreu devido à impossibilidade de as afectar a equipamentos específicos.

17
X

0
S
R



8.2.33 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

	31.12.2012	31.12.2011
Existências iniciais	5.511.380	5.766.507
Compras	36.150.081	41.474.466
Regularização de existências	-382.962	-384.501
Existências finais	-3.306.769	-5.511.310
Custos no exercício	38.019.690	41.315.072

Os custos com as matérias consumidas registaram uma redução homóloga de 8%.

8.2.35 Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços foram efectuadas na sua totalidade no mercado interno.

8.2.37 Demonstração dos Resultados Financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Custos e perdas		
Juros suportados	1.386	8.031
Outros	1.113	4.322
Total Custos e Perdas Financeiras	2.499	12.403
Exercícios e ganhos		
Juros obtidos	122.055	146.945
Resultados de Indústrias	15.535	22.358
Descontos em troca de pagamento obtidos	127.521	56.189
Outros proventos financeiros	365.868	222
Total Proventos e Ganhos Financeiros	631.079	425.814
Resultados financeiros	628.580	413.411

Os Outros proventos financeiros em 2012 dizem respeito a notas de crédito recebidas no âmbito de acordo de Regularização de Dívidas efectuado em Agosto 2012.

17
X

P
Sg
L



8.2.38 Demonstração dos Resultados Extraordinários

	31.12.2017	31.12.2011
Custos e despesas		
Perdas em extincções	588.657	186.354
Perdas em imobilizações	125.138	108.276
Multas e penalidades	623	702
Custos de exercícios anteriores	428.488	1.301.682
Encontro de Contas S/S	112.496	155.881
Outros custos e perdas extraordinários	1.773	257
Total Custos e Perdas Extraordinárias	1.256.774	1.554.152
Proveitos e ganhos		
Ganhos em extincções	205.675	363.926
Ganhos em imobilizações	61.612	241.063
Benefícios de penalidades contratuais	58.192	117.233
Redução de provisões	278.860	51.964
Correcções relativas a exercícios anteriores	202.316	25.169
Encontro de Contas S/S	111.295	103.517
Outros proveitos extraordinários	1.301.292	1.465.805
Total Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.721.541	2.463.128
Resultados Extraordinários	1.465.467	914.026

Os Outros proveitos extraordinários incluem 1.275.362 Euros relativos ao reconhecimento em proveitos de Subsídios para Investimentos.

17
X

17
X



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOIFG, E.P.E.

B.2.39 Outras informações relevantes

Estado e Outros Entes Públicos

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Saldo devedores</u>		
IRC (a recuperar)	148.297	136.685
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	0	27.536
Cotação de aposentações	0	79.460
	148.297	243.680
<u>Saldo credores</u>		
IRC (a pagar)	0	0
IBS (retenções na fonte)	533.644	581.999
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	693.728	277.019
ATSE	399	817
Cotação de aposentações	315.752	328.475
Segurança social	507.386	518.170
Outras contribuições (Cálculos e Cotas Previdenciais)	2.331	2.812
	2.049.890	1.709.321

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros entes públicos.

Acréscimos e Diferimentos

Inclui:

Acréscimos de Projeitos

	31.12.2012	31.12.2011
Projeitos de Serviços a Faturar	37.274.586	32.762.683
Juros a receber	1.811	9.950
Outros acréscimos	1.106.471	937.676
Total	38.382.867	33.710.309

17
X

0
88
2



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOIFG, E.P.E.

A conta de Acréscimos de Projeitos, na rubrica Prestações de Serviços a facturar, inclui o total dos projeitos reconhecidos no exercício ao abrigo do Contrato-Programa 2012 (101.560.979 Euros), deduzido do total dos montantes recebidos da ACSS a título de Adiantamentos de Clientes (89.119.723 Euros).

Está em curso a facturação relativa aos Contratos-Programa de 2010, 2011 e 2012, como segue:

Contrato-Programa 2012	
	31.12.2012
Produção Contratada A Facturar	101.560.979
Valores já facturados	0
Valores previstos a facturar	101.560.979
Adiantamentos recebidos da ACSS	89.119.723
Acréscimo de Projeitos	12.441.256

Contrato-Programa 2011	
	31.12.2012
Produção Contratada A Facturar	101.217.498
Valores já facturados	88.545.941
Adiantamentos recebidos da ACSS	87.488.255
Acréscimo de Projeitos	19.610.552

Contrato-Programa 2010	
	31.12.2012
Produção Contratada A Facturar	107.088.200
Valores já facturados	101.777.838
Adiantamentos recebidos da ACSS	92.721.215
Acréscimo de Projeitos	2.310.822

Estão ainda reconhecidas prestações de serviços a facturar a outras entidades, designadamente Regiões Autónomas, Embaixadas, Sub-sistemas e Utentes (Taxas Moderadoras), decorrentes de produção efectuada no exercício 2012 para estas entidades.

Custos Diferidos

	31.12.2012	31.12.2011
Seguros liquidados	4.350	15.625
2012	4.350	15.625

Foram diferidos os custos relativos a anólices de seguros liquidadas em 2012 e cujo período segurado reporta a 2013.

17
E

11
Sg
D



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

Acréscimo de Custos

	31.12.2012	31.12.2011
Seguros a liquidar	0	0
Fornecimentos e serviços externos	320.910	827.870
Custos com pessoal	7.131.684	5.108.133
Total	7.452.594	5.936.003

A rubrica de custos com pessoal inclui o montante de 5.875.824 Euros relativo à estimativa de férias e subsídio de férias a pagar em 2013 referente a 2012, e respectivos encargos.

A estimativa inicial foi ajustada de acordo com o disposto no artigo 29º da Lei nº 56-B/2012, de 30 de Dezembro, Orçamento de Estado 2013, que suspende o pagamento dos subsídios de férias para os funcionários com remuneração base superior a 1.100 euros e reduz os referidos subsídios para os funcionários com remuneração base entre os 600 e os 1.100 euros. Tendo sido declarada a inconstitucionalidade desta norma pelo Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 187/2013, e como determinado pela Circular Normativa nº 15/2013 da ACSS, foi efectuado o reconhecimento da totalidade dos subsídios de férias.

A rubrica inclui, ainda, 1.254.853 Euros de outros custos com pessoal (horas extras, no tes e suplementos e SIGIC) de 2012 a liquidar em 2013.

Proveitos Diferidos

	31.12.2012	31.12.2011
Subsídios para investimento	10.131.256	11.406.470
Outros proveitos diferidos	207	6.101
Total	10.131.961	11.410.170

O movimento ocorrido, na rubrica de subsídios para investimento, no período, foi o seguinte:

	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Reduções	Saldo 31.12.2012
Subsídios para investimento	11.406.470	0	1.225.162	10.181.308

17
X

10
X



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.

IPOLIG, E.P.E.

As reduções correspondem ao reconhecimento anual dos proveitos, na exata proporção das amortizações dos bens adquiridos com subsídio.

Investimentos

Foram aprovados ministerialmente os seguintes investimentos e valor individual superior a 2% do capital social:

- i) Aquisição de dois Aceleradores lineares lineares, no valor aproximado de 4.000.000 €, aprovada em 5 de Maio de 2014, concluída em Abril de 2012;
- ii) Aquisição de dois Aceleradores lineares lineares para Radiocirurgia e um tomógrafo computadorizado de simulação, aprovada em 26 de Julho de 2010, concluída em Outubro de 2012;
- iii) Aquisição de um equipamento PET/CT, aprovada em 16 de Dezembro de 2011, e com execução prevista durante o ano de 2013.

Endividamento do Instituto

O Instituto não recorreu no exercício de 2012 a qualquer endividamento externo remunerado, para além de aquisições em regime de leasing, conforme mencionado na nota 8.2.13.

Outros Credores e Devedores

Essas rubricas incluem:

	31.12.2012	31.12.2011
Outros credores		
Instituições do Estado	2.811.074	3.103.016
Outros credores	2.516.255	13.381.724
Total	5.347.279	16.684.759
Outros devedores		
Instituições do Estado	2.833.590	4.506.166
Outros devedores	520.521	595.168
Total	3.354.116	5.102.034

17
X

Q
S
S
S



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

Impostos sobre o Rendimento

O IPO encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas -- IRC, à taxa normal de 25%. A partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria colectável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto é incrementado de 1,5% sobre o valor do lucro tributável, pela aplicação da Derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes ao exercício de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos, dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

Fundo de Pensões

Foi concluído no exercício de 2008 um estudo actuarial de modo a apurar as responsabilidades do Instituto relativamente ao fundo de pensões, do qual resultou o apuramento de uma responsabilidade total, a essa data, de 5.827.477,00 Euros e um valor anual a reconhecer, como custo, de 262.236,00 Euros.

As demonstrações financeiras evidenciam apenas os valores pagos no período, que ascendem a 116.418 Euros, não incluindo os valores pagos a pensionistas, antes da publicação dos respectivos despachos de passagem à aposentação, por parte da CGA.

A Lei do Orçamento de Estado para 2011, Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no artigo 159º vem estatuir que as responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores

7
E

0
S
E



Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.
IPOLFG, E.P.E.

nos termos do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, são suportadas pelo Ministério da Saúde, pelo que os pressupostos do referido estudo actual foram alterados, reduzindo o montante de pensões a suportar pelo Instituto.

A Lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, no artigo 191.º, alarga o âmbito das pensões suportadas pelo Ministério da Saúde aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei n.º 124/79, de 30 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis n.º 210/79, de 12 de Julho, e 121/2008, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 295/90, de 21 de Setembro.

8.3 Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

Não é apresentada qualquer informação sobre o processo orçamental e respectiva execução devido ao facto desta informação ser alvo de tratamento diferenciado, nomeadamente através do envio de relatórios trimestrais de execução orçamental nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 14 de Maio (Diário da República 2.ª Série). O Relatório de Gestão contém informação sobre a execução orçamental à data de 31 de Dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

MAPAS DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS, INVESTIMENTOS E EXPLORAÇÃO - DEZEMBRO 2012

Nome da Instituição:
 Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, I.P.E

Declaro os valores assumidos à data de 27 Dezembro 2012

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
312	COMPRAS:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mercadorias					
31511	PRODUT. FARMACÊUTICOS:	26.653.567,40	31.524.839,49	31.524.839,46	31.247.113,11	- 9.214.117,77
31512	Medicamentos	1.510.721,45	1.878.753,81	1.511.512,25	1.539.154,25	327.887,00
31519	Reagentes e prod. diag. rápido	375.370,00	337.342,53	257.257,81	251.833,08	210.559,10
31521	Outros produtos farmacêuticos	5.175.429,92	5.661.738,09	5.322.509,22	5.174.979,44	3.399.832,95
31522	Material de consumo clínico		0,00	0,00	0,00	0,00
31523	Produtos alimentares					
31524	Material consumo hospitalar	412.951,42	409.651,42	435.200,25	357.457,65	284.282,79
31525	Material consumo administrativo	203.551,77	203.545,27	121.342,88	155.147,78	113.376,18
31526	Material manutenção e conservação	198.785,89	152.284,58	134.345,83	177.754,55	153.378,07
31527	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS COMPRAS:	35.533.482,82	40.236.390,65	39.517.975,95	38.917.455,64	23.555.542,55
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS				156.838,22	
318	DESCONT. ABATIM. COMPRAS				2.351.939,49	
	TOTAL GERAL:	35.533.482,82	40.236.390,65	39.517.975,95	38.406.782,03	23.953.542,55

7

Handwritten signature and initials.

ANEXO 2 - CONTABILIZAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA, VENDA, INVESTIMENTO E EXPLORAÇÃO DE IMÓVEL

Nome do imóvel:

Instituto Português de Direito e Economia Civil (I.D.E.C.)

Plan de Contas do Departamento Económico (Estado e Partes)

Plan de Contas do Departamento Económico (Estado e Partes)

Código	Descrição	Orçamento	Modo de aquisição	ENC. ASSIMILADOS	PROCESSO DE	IMC
012	Atividade	28.777.18,65				
014	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			32.652.869,37	
015	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			3.157.297,71	
016	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
017	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			55.286,25	
018	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			11.665,81	
019	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			24.786,34	
020	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
021	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			31.471.076,11	
022	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
023	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
024	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
025	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
026	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
027	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
028	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
029	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
030	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
031	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
032	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
033	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
034	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
035	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
036	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
037	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
038	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
039	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
040	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
041	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
042	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
043	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
044	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
045	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
046	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
047	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
048	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
049	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
050	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
051	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
052	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
053	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
054	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
055	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
056	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
057	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
058	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
059	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
060	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
061	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
062	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
063	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
064	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
065	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
066	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
067	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
068	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
069	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
070	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
071	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
072	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
073	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
074	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
075	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
076	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
077	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
078	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
079	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
080	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
081	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
082	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
083	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
084	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
085	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
086	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
087	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
088	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
089	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
090	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
091	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
092	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
093	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
094	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
095	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
096	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
097	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
098	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
099	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	
100	Atividade de desenvolvimento	5.729.47,65			0,00	

1

10

BAHIA DE GUAYMAS - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO - 2017

Ata da Comissão de Licitação
Realizada em 20 de Junho de 2017

Anexo da Ata de Licitação - 20 de Junho de 2017

Código	Descrição	ORÇAMENTO	PROG. ADOÇÃO	UNIC. ASSIMILADA	PROJEÇÃO	TOTAL
0000	Em tempo integral					
0001	Atividade de Ensino	251.638,91	85.556,25	16.271,25	79.141,25	3.124,00
0002	Atividade de Ensino	6.125.000,00	1.500.307,45	1.986.230,74	1.207.432,00	4.155.762,00
0003	Atividade de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0004	Atividade de Ensino	3.477.654,22	4.074.891,42	3.770.634,61	5.324.451,00	2.543.112,20
0005	Atividade de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0006	Atividade de Ensino	1.125.202,22	658.207,27	700.341,28	609.171,72	431.371,91
0007	Atividade de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0008	Atividade de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0009	Atividade de Ensino	11.114.671,55	11.504.772,20	11.201.118,12	11.407.201,10	7.334.556,20
0010	Atividade de Ensino	51.144.916,44	31.686.330,44	16.407.575,13	14.271.171,45	8.240.284,20
0011	Atividade de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0012	Atividade de Ensino	1.544.162,22	2.134.100,20	2.244.127,22	1.074.313,64	1.700.442,10
0013	Atividade de Ensino	579.182,22	844.574,25	842.820,73	916.122,24	407.171,00
0014	Atividade de Ensino	9.271.715,90	10.114.206,32	9.752.004,48	1.622.275,14	6.205.155,64
0015	Atividade de Ensino	30.112,00	31.184,33	35.768,22	38.491,11	20.745,42
0016	Atividade de Ensino	11.407.202,22	11.541.204,22	11.407.202,22	11.407.202,22	8.207.334,40
0017	Atividade de Ensino	20.312.117,20	20.125.072,50	27.516.701,40	21.600.453,60	11.807.384,70
0018	Atividade de Ensino	2,00	1,20	0,75	0,75	0,75
0019	Atividade de Ensino					
0020	Atividade de Ensino	2.712.712,22	11.126.125,35	112.306,55	24.420,10	40.396,15
0021	Atividade de Ensino	7,00	1,00	0,00	11.126,10	0,00
0022	Atividade de Ensino	70.127,00	31.100,42	11.100,42	11.100,42	18.300,42
0023	Atividade de Ensino	2.772,00	1.632,80	1.632,80	1.632,80	1.632,80
0024	Atividade de Ensino	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00
0025	Atividade de Ensino	200.241,22	200.241,22	300.125,00	244.200,00	200.125,00
0026	Atividade de Ensino	143.18.48,31	12.512.518,22	12.512.518,22	12.512.518,22	12.512.518,22
0027	Atividade de Ensino	1.571.724,41	1.421.125,00	1.421.125,00	1.421.125,00	1.421.125,00
0028	Atividade de Ensino	1.500.222,41	12.512.518,22	12.512.518,22	12.512.518,22	12.512.518,22
0029	Atividade de Ensino	2.712.712,22	20.114,12	20.114,12	20.114,12	20.114,12
0030	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0031	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0032	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0033	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0034	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0035	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0036	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0037	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0038	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0039	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0040	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0041	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0042	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0043	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0044	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0045	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0046	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0047	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0048	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0049	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0050	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0051	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0052	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0053	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0054	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0055	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0056	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0057	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0058	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0059	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0060	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0061	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0062	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0063	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0064	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0065	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0066	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0067	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0068	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0069	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0070	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0071	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0072	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0073	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0074	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0075	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0076	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0077	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0078	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0079	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0080	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0081	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0082	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0083	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0084	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0085	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0086	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0087	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0088	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0089	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0090	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0091	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0092	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0093	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0094	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0095	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0096	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0097	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0098	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0099	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22
0100	Atividade de Ensino	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22	1.125.202,22

7

Handwritten signature and initials.

www.ccs-chem.org or www.ccs-journal.org

1/2 cup of instant rice

Instituto Português de Oncologia Francisco Craveiro, L.P.A.

Instituto de Estudios de la Universidad de Chile (Instituto de Estudios de la UChile)

^a Values are means \pm SD; n = 60.

Código	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Acumulado	Profissionais	Págas
502007	Atividade: 502007.00 - 502007.00 - 502007.00	1,00	0,01	0,01	0,01	31,75
502008	Atividade: 502008.00 - 502008.00 - 502008.00	2,77	24,30	2,77	2,77	2,77
502009	Atividade: 502009.00 - 502009.00 - 502009.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502010	Atividade: 502010.00 - 502010.00 - 502010.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502011	Atividade: 502011.00 - 502011.00 - 502011.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502012	Atividade: 502012.00 - 502012.00 - 502012.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502013	Atividade: 502013.00 - 502013.00 - 502013.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502014	Atividade: 502014.00 - 502014.00 - 502014.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502015	Atividade: 502015.00 - 502015.00 - 502015.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502016	Atividade: 502016.00 - 502016.00 - 502016.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502017	Atividade: 502017.00 - 502017.00 - 502017.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502018	Atividade: 502018.00 - 502018.00 - 502018.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502019	Atividade: 502019.00 - 502019.00 - 502019.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502020	Atividade: 502020.00 - 502020.00 - 502020.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502021	Atividade: 502021.00 - 502021.00 - 502021.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502022	Atividade: 502022.00 - 502022.00 - 502022.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502023	Atividade: 502023.00 - 502023.00 - 502023.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502024	Atividade: 502024.00 - 502024.00 - 502024.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502025	Atividade: 502025.00 - 502025.00 - 502025.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502026	Atividade: 502026.00 - 502026.00 - 502026.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502027	Atividade: 502027.00 - 502027.00 - 502027.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502028	Atividade: 502028.00 - 502028.00 - 502028.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502029	Atividade: 502029.00 - 502029.00 - 502029.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502030	Atividade: 502030.00 - 502030.00 - 502030.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502031	Atividade: 502031.00 - 502031.00 - 502031.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502032	Atividade: 502032.00 - 502032.00 - 502032.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502033	Atividade: 502033.00 - 502033.00 - 502033.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502034	Atividade: 502034.00 - 502034.00 - 502034.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502035	Atividade: 502035.00 - 502035.00 - 502035.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502036	Atividade: 502036.00 - 502036.00 - 502036.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502037	Atividade: 502037.00 - 502037.00 - 502037.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502038	Atividade: 502038.00 - 502038.00 - 502038.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502039	Atividade: 502039.00 - 502039.00 - 502039.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502040	Atividade: 502040.00 - 502040.00 - 502040.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502041	Atividade: 502041.00 - 502041.00 - 502041.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502042	Atividade: 502042.00 - 502042.00 - 502042.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502043	Atividade: 502043.00 - 502043.00 - 502043.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502044	Atividade: 502044.00 - 502044.00 - 502044.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502045	Atividade: 502045.00 - 502045.00 - 502045.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502046	Atividade: 502046.00 - 502046.00 - 502046.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502047	Atividade: 502047.00 - 502047.00 - 502047.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502048	Atividade: 502048.00 - 502048.00 - 502048.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502049	Atividade: 502049.00 - 502049.00 - 502049.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502050	Atividade: 502050.00 - 502050.00 - 502050.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502051	Atividade: 502051.00 - 502051.00 - 502051.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502052	Atividade: 502052.00 - 502052.00 - 502052.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502053	Atividade: 502053.00 - 502053.00 - 502053.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502054	Atividade: 502054.00 - 502054.00 - 502054.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502055	Atividade: 502055.00 - 502055.00 - 502055.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502056	Atividade: 502056.00 - 502056.00 - 502056.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502057	Atividade: 502057.00 - 502057.00 - 502057.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502058	Atividade: 502058.00 - 502058.00 - 502058.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502059	Atividade: 502059.00 - 502059.00 - 502059.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502060	Atividade: 502060.00 - 502060.00 - 502060.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502061	Atividade: 502061.00 - 502061.00 - 502061.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502062	Atividade: 502062.00 - 502062.00 - 502062.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502063	Atividade: 502063.00 - 502063.00 - 502063.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502064	Atividade: 502064.00 - 502064.00 - 502064.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502065	Atividade: 502065.00 - 502065.00 - 502065.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502066	Atividade: 502066.00 - 502066.00 - 502066.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502067	Atividade: 502067.00 - 502067.00 - 502067.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502068	Atividade: 502068.00 - 502068.00 - 502068.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502069	Atividade: 502069.00 - 502069.00 - 502069.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502070	Atividade: 502070.00 - 502070.00 - 502070.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502071	Atividade: 502071.00 - 502071.00 - 502071.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502072	Atividade: 502072.00 - 502072.00 - 502072.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502073	Atividade: 502073.00 - 502073.00 - 502073.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502074	Atividade: 502074.00 - 502074.00 - 502074.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502075	Atividade: 502075.00 - 502075.00 - 502075.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502076	Atividade: 502076.00 - 502076.00 - 502076.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502077	Atividade: 502077.00 - 502077.00 - 502077.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502078	Atividade: 502078.00 - 502078.00 - 502078.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502079	Atividade: 502079.00 - 502079.00 - 502079.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502080	Atividade: 502080.00 - 502080.00 - 502080.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502081	Atividade: 502081.00 - 502081.00 - 502081.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502082	Atividade: 502082.00 - 502082.00 - 502082.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502083	Atividade: 502083.00 - 502083.00 - 502083.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502084	Atividade: 502084.00 - 502084.00 - 502084.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502085	Atividade: 502085.00 - 502085.00 - 502085.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502086	Atividade: 502086.00 - 502086.00 - 502086.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502087	Atividade: 502087.00 - 502087.00 - 502087.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502088	Atividade: 502088.00 - 502088.00 - 502088.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502089	Atividade: 502089.00 - 502089.00 - 502089.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502090	Atividade: 502090.00 - 502090.00 - 502090.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502091	Atividade: 502091.00 - 502091.00 - 502091.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502092	Atividade: 502092.00 - 502092.00 - 502092.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502093	Atividade: 502093.00 - 502093.00 - 502093.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502094	Atividade: 502094.00 - 502094.00 - 502094.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502095	Atividade: 502095.00 - 502095.00 - 502095.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502096	Atividade: 502096.00 - 502096.00 - 502096.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502097	Atividade: 502097.00 - 502097.00 - 502097.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502098	Atividade: 502098.00 - 502098.00 - 502098.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502099	Atividade: 502099.00 - 502099.00 - 502099.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502100	Atividade: 502100.00 - 502100.00 - 502100.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502101	Atividade: 502101.00 - 502101.00 - 502101.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502102	Atividade: 502102.00 - 502102.00 - 502102.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502103	Atividade: 502103.00 - 502103.00 - 502103.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502104	Atividade: 502104.00 - 502104.00 - 502104.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502105	Atividade: 502105.00 - 502105.00 - 502105.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502106	Atividade: 502106.00 - 502106.00 - 502106.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502107	Atividade: 502107.00 - 502107.00 - 502107.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502108	Atividade: 502108.00 - 502108.00 - 502108.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502109	Atividade: 502109.00 - 502109.00 - 502109.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502110	Atividade: 502110.00 - 502110.00 - 502110.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502111	Atividade: 502111.00 - 502111.00 - 502111.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502112	Atividade: 502112.00 - 502112.00 - 502112.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502113	Atividade: 502113.00 - 502113.00 - 502113.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502114	Atividade: 502114.00 - 502114.00 - 502114.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502115	Atividade: 502115.00 - 502115.00 - 502115.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502116	Atividade: 502116.00 - 502116.00 - 502116.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502117	Atividade: 502117.00 - 502117.00 - 502117.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502118	Atividade: 502118.00 - 502118.00 - 502118.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502119	Atividade: 502119.00 - 502119.00 - 502119.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502120	Atividade: 502120.00 - 502120.00 - 502120.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502121	Atividade: 502121.00 - 502121.00 - 502121.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502122	Atividade: 502122.00 - 502122.00 - 502122.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502123	Atividade: 502123.00 - 502123.00 - 502123.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502124	Atividade: 502124.00 - 502124.00 - 502124.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502125	Atividade: 502125.00 - 502125.00 - 502125.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502126	Atividade: 502126.00 - 502126.00 - 502126.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502127	Atividade: 502127.00 - 502127.00 - 502127.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502128	Atividade: 502128.00 - 502128.00 - 502128.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502129	Atividade: 502129.00 - 502129.00 - 502129.00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
502130	Atividade: 50213					

MAPS OF THE WORLD AND THE UNITED STATES OF AMERICA

Notes de l'éditeur

estabelecimento de Educação Física do Gost. 12.2.2

Unidade de Controle de Qualidade Econômico, Projetos e Gestão;

[illegible]

MAPAS DE CONTROLE DO ORÇAMENTO DE COMPRIAS, INVESTIMENTOS E EXPLORAÇÃO - DEZEMBRO 2012

Nome do Investidor:

Instituto Promoveu de Oculoplastia Francisco Gentil, L.P.E

Mapa do Controle do Orçamento de Investimentos:

Código	Descrição	ORGANIZADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS/DEBITADAS
421	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
422	Terminais e outros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
423	Equipamentos e outros materiais		2.315.486,97	2.314.433,43	1.334.839,17	1.555.309,40
424	EQUIPAMENTO BÁSICO:					
425	Móveis e outros		888.933,21	536.103,96	486.372,11	171.829,01
426	De informática		13.712.822,34	9.730.433,51	2.274.175,90	1.335.961,65
427	De transporte		19.502,44	7.432,87	2.565,62	7.438,07
428	De comunicação		72.817,74	50.103,45	42.772,44	96.871,62
429	Móveis e outros		13.159,77	13.159,77	11.582,84	6.302,52
430	De comunicação e informática		9.218,14	8.456,50	22.404,85	7.301,30
431	De transporte		347.181,84	256.344,11	214.581,54	130.687,22
432	Outros		11.203.311,81	10.575.516,32	2.067.422,25	1.542.871,80
433	Total da linha 421	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
434	De informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
435	Fornecedores e fornecedores					
436	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E INFORMÁTICO					
437	Equipamento administrativo		167.451,44	165.605,06	54.755,54	137.853,40
438	Equipamento informático		214.279,55	183.350,86	170.342,16	144.811,53
439	Total da linha 436	0,00	381.730,99	348.955,92	225.097,70	282.664,93
440	Terminais e outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Total da linha 437	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
444	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
445	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
446	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
447	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
448	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
449	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
450	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
451	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
452	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
453	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
454	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
455	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
456	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
457	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
458	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
459	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
460	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
461	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
462	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
463	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
464	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
465	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
466	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
467	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
468	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
469	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
470	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
471	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
472	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
473	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
474	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
475	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
476	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
477	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
478	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
479	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
480	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
481	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
482	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
483	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
484	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
485	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
486	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
487	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
488	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
489	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
490	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
491	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
492	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
493	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
494	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
495	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
496	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
497	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
498	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
499	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
500	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
501	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
502	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
503	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
504	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
505	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
506	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
507	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
508	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
509	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
510	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
511	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
512	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
513	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
514	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
515	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
516	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
517	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
518	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
519	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
520	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
521	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
522	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
523	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
524	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
525	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
526	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
527	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
528	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
529	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
530	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
531	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
532	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
533	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
534	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
535	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
536	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
537	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
538	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
539	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
540	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
541	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
542	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
543	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
544	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
545	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
546	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
547	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
548	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
549	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
550	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
551	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
552	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
553	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
554	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
555	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
556	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
557	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
558	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
559	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
560	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
561	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
562	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
563	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
564	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
565	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
566	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
567	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
568	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
569	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
570	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
571	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
572	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
573	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
574	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
575	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
576	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
577	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
578	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
579	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
580	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
581	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
582	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
583	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
584	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
585	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
586	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
587	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
588	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
589	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
590	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
591	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
592	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
593	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
594	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
595	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
596	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
597	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
598	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
599	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
600	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
601	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
602	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
603	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
604	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
605	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
606	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
607	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
608	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
609	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
610	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
611	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
612	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
613	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
614	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
615	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
616	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
617	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
618	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
619	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
620	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
621	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
622	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
623	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
624	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
625	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
626	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
627	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
628	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
629	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
630	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
631	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
632	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
633	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
634	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
635	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
636	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
637	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
638	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
639	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
640	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
641	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
642	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
643	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
644	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
645	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
646	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
647	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
648	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
649	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
650	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
651	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
652	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
653	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
654	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
655	MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					

MAPAS DE FLUXOS FINANCEIROS - DEZEMBRO 2012

Nome da instituição:

Instituto Português de Oncologia Francisco Garbí, E.P.E

Recetas:

Contas a Débito		Valores		
Código	Designação	Cobrados	A cobrar	Total
	Caixa	4.414,80		4.414,80
	Depósitos	17.142.246,38		17.142.246,38
	I - SAÍDA LÍQUIDA	17.146.661,18	0,00	17.146.661,18
15	Títulos negociáveis	0,00		0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	4.600.000,00		4.600.000,00
	Total das contas 15/18	4.600.000,00		4.600.000,00
219	Adiantamentos de clientes	127.111.514,41	0,00	127.111.514,41
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	29.000,00	29.000,00
24	Estado e outras autarquias públicas	10.607.511,72	148.206,91	10.755.718,63
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Adiantamentos ao pessoal	3.018,14	1.081,52	4.100,00
263	Sindicatos	39.406,30	0,00	39.406,30
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
268	Dívidas e créditos diversos	151.945,00	2.566,11	154.511,11
	Total receitas fundos afetados	138.119.970,10	110.519,40	138.230.489,50
71	Emprestimos obtidos	0,00		0,00
7745	Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
7749	Outros proveitos diferidos	203,00	0,00	203,00
	Total de contas proveitos diferidos	203,00	0,00	203,00
78	Emprestimos concedidos (empréstimos)	0,00	0,00	0,00
51	Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00
576	Outros	122.005,38	0,00	122.005,38
	Total das contas de reservas	122.005,38	0,00	122.005,38
211	Vendas	1.004,00	742,50	1.746,50
212	Prestações de serviços	1.613.056,51	98.774.284,02	100.387.340,53
22	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
23	Proventos voluntários	138.533,10	21.052,90	159.586,00
241	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00
242	Transferências com outros entes	19.221,00	30.131,91	49.352,91
243	Subsídios eventuais de outras autarquias públicas	0,00	0,00	0,00
209	Subsídios eventuais de outras entidades	231.781,51	87.061,10	318.842,61
70	Outros proveitos e ganhos operacionais	499.580,79	1.934.712,11	2.434.292,90
78	Proventos e ganhos financeiros	409.191,00	0,00	409.191,00
792/3/4/5/6	Proventos e ganhos extraordinários	100.113,61	0,00	100.113,61
	Total dos proveitos do exercício	7.609.002,80	102.812.337,11	109.421.340,91
	II - RECEITAS DO EXERCÍCIO	150.735.216,30	102.812.337,11	253.547.553,41
797	Correções relativas a exercícios anteriores	187.116.162,77	31.008.800,97	218.124.963,74
	III - RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	187.116.162,77	31.008.800,97	218.124.963,74
	TOTAL GERAL	335.018.070,10	313.821.138,08	648.839.208,18

17

0

NAPAS DE FLUXOS FINANCEIROS - DEZEMBRO 2012

Nome da instituição:

Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, I.P.E

Despesa I:

Contas a Crédito		Valores		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
219	Ajustamentos de classes	187.226,761,88	30.524.788,35	218.231.550,24
219	Ajustamentos a fornecedores	7.000,00	0,00	7.000,00
24	Estado e outros entes públicos	10.724.603,43	852.823,95	11.576.881,06
261	Ajustamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Ajustamentos a pessoal	2.611,00	0,00	2.611,00
263	Suadanos	38.075,70	3.372,46	41.408,16
264	Regularização de dívidas por ordem de liquidação	0,00	0,00	0,00
269	Devedores e credores diversos	181.719,67	7.661,33	189.380,99
	Total das despesas fundas afetadas	198.673.450,29	31.386.607,12	230.052.037,41
23	Despesas correntes	0,00	0,00	0,00
272	Custos diretos	0,00	4.156,22	4.156,22
312	Despesas	0,00	0,00	0,00
3161	Produtos farmacêuticos	19.187.221,70	13.870.893,08	33.058.120,81
3182	Material de consumo clínico	7.929.611,32	2.155.368,12	10.084.979,44
3183	Produtos alimentares	0,00	0,00	0,00
3184	Material de consumo hospitalar	204.200,65	87.492,00	291.692,65
3185	Material de consumo administrativo	112.993,79	47.171,57	160.165,36
3186	Material de manutenção e conservação	132.861,51	44.892,61	177.754,12
3189	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de compras	27.676.886,43	16.749.510,81	44.426.397,24
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	2.408.208,91	6.227.681,85	8.635.890,76
43	Imobilizações financeiras	0,00	0,00	0,00
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de imobilizado	2.408.208,91	6.227.681,85	8.635.890,76
6211	Assistência ambulatorial	0,00	0,00	0,00
6212	Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
6213	Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6214	Produtos vendidos por famílias	0,00	0,00	0,00
6215	Subsídios	0,00	0,00	0,00
6216	Transparência de doentes	0,00	0,00	0,00
6217	Aplicações complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6218	Trabalhos executados no exterior	8.229.642,23	5.781.528,70	14.011.170,93
6219	Outros subsídios	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de subcontratos	8.229.642,23	5.781.528,70	14.011.170,93
6221	Fornecimentos e serviços I	1.730.438,81	237.870,19	1.968.309,00
6222	Fornecimentos e serviços II	450.136,88	51.505,43	501.642,31
6223	Fornecimentos e serviços III	6.234.846,77	3.722.410,01	9.957.256,78
6224	Outros serviços	25.745,60	4.845,00	30.590,60
	Total da conta de Fornec Serv Terceiros	8.521.168,06	3.522.119,63	12.043.287,69

7

0

MAPAS DE FLUXOS FINANCEIROS - DEZEMBRO 2012

Nome da Instituição:

Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, I.P.E

Despesa R:

Contas a Crédito		Valores		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
63	Despesas com pessoal	0,00	0,00	0,00
641	Remunerações dos órgãos directivos	280.072,92	0,00	280.072,92
642	Remunerações base do pessoal	76.516.977,31	0,00	76.516.977,31
643	Suplementos de remunerações	8.874.324,13	0,00	8.874.324,13
644	Prestações sociais directas	61.520,19	0,00	61.520,19
645	Subsídios de férias e natal	319.468,65	0,00	319.468,65
646	Marcas de desamparo	0,00	0,00	0,00
647	Pensões	196.418,42	0,00	196.418,42
648	Despesas com remunerações	5.248.741,13	417.715,07	5.666.456,20
649	Marcas e subsídios de férias e natal	9.319,42	0,00	9.319,42
650	Despesas sociais voluntárias	66.544,04	0,00	66.544,04
651	Outras despesas com pessoal	111.900,81	205,00	112.105,81
Total de contas de despesas com pessoal		44.984.285,37	417.715,07	45.402.000,44
66	Outras despesas e perdas operacionais	131.078,58	0,00	131.078,58
67	Outras despesas financeiras	5.105,33	2.102,17	7.207,50
68	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
69	Perdas em extincções	0,00	0,00	0,00
70	Perdas em investimentos	0,00	0,00	0,00
71	Multas e penalizações	877,75	0,00	877,75
72	Outras despesas e perdas operacionais	0,11	1.472,45	1.472,56
Total de contas de despesas operacionais		922,85	1.472,45	2.395,30
73	Imposto de rendimento do exercício (IRC)	0,00	0,00	0,00
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO		46.906.501,80	61.415.928,05	108.322.429,85
00764	S.A.L.A. - Despesas com pessoal	3.825.822,38	11.850,95	3.837.673,33
00765	S.A.L.A. - Outros	41.511.556,43	1.414.090,02	42.925.646,45
V - DESPESAS EXERCÍCIO ANTERIORES		51.917.378,45	1.412.052,16	53.329.430,61
C.A.V.A.		6.740,61		6.740,61
DEPÓSITOS INSTIT. FINANCEIRAS				
Depósitos à ordem		30.767,66		30.767,66
Depósitos a prazo		0,00		0,00
Outros depósitos		0,00		0,00
Tesouro Depósitos à Ordem		232.492,31		232.492,31
Tesouro - Outros Instrumentos Financeiros		8.600.000,00		8.600.000,00
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		9.070.758,75	0,00	9.070.758,75
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		0,00		0,00
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		10.400.000,00		10.400.000,00
VI - SALDO INICIAL		19.877.000,00		19.877.000,00
TOTAL GERAL		155.884.830,17	62.827.880,21	318.712.710,38

7

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

A₂ - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

0
Sg
2

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de ativo de 152.474.446 euros e um total de capital próprio de 71.738.762 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.303.484 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes do Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

ch. G.

7

①
SS
R

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E., em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

ENFASES

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chama-se a atenção para as seguintes situações:

8. Não obstante o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (FOC-MIS) explicitar, nas considerações técnicas relativas a provisões, constantes do respetivo ponto 2.7.1., que as dívidas de entidades públicas (administração central, regional e local) não deverão ser consideradas, para efeitos de avaliação do risco de incobrança e consequente constituição de provisões para cobranças duvidosas, o IPO tem registadas provisões para cobranças de saldos de entidades públicas, no montante de 20.306.746 euros (dos quais 2.544.740 euros referem-se ao reforço reconhecido ao exercício de 2012). Alíás, 92% do saldo de provisões para cobranças duvidosas, em 31 de dezembro de 2012, respalda o risco de cobrança de entidades públicas, na sua maior parte relativos a dívidas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

As dívidas provisionadas apresentam uma antiguidade elevada, salientando-se que, no âmbito da circularização de saldos que efetuámos, a entidade responsável pela dívida da Região Autónoma dos Açores referiu que aquela Região não deve assumir qualquer responsabilidade pela faturação emitida pelo IPO, dado que o seu pagamento deverá competir às instituições nacionais competentes.

2
dyg

7

0

2

Perante esta situação, e não obstante o disposto no POC-MS, entendemos que a provação constituída assenta em critérios de prudência, tendo sobretudo em atenção a não confirmação dos valores em dívida por parte de uma entidade pública, cuja dívida representa 84% do valor provisionado.

9. A rubrica de Imobilizado Corpóreo em curso inclui o montante de 4.418.638 euros respeitante à aquisição de dois equipamentos "Accelerator linear". Apesar de à data de 31 de dezembro de 2012, os equipamentos já se encontrarem em funcionamento, atendendo às especificidades técnicas dos equipamentos em apreço, o processo de inventariação a eles não se encontra finalizado.

Adicionalmente, o valor global dos equipamentos ascenderá a 4.849.900 euros quando for concluído todo o processo inerente à sua instalação, pelo que o referido montante reconhecido em ativo não reflete as depreciações inerentes ao respetivo uso que à data de 31 de dezembro de 2012 lhe possam ser imputadas, ressalvando que tal impacto não assume montantes relevantes.

10. A cobertura de seguros do Instituto abrange apenas as viaturas, bem como os riscos de acidentes de trabalho dos colaboradores vinculados por contrato individual de trabalho, os quais representam cerca de 63% do total de colaboradores ao seu serviço. Deste modo, a eventual ocorrência de sinistros poderá conduzir a perdas significativas que, a ocorrerem, terão de ser assumidas pelo Instituto e refletidas nas suas contas como perdas dos exercícios em que se verificarem.

11. No âmbito de um acordo celebrado entre a ACSS e a APIFARMA relativo à redução da despesa com medicamentos no ano de 2012, o Conselho de Administração recebeu instruções da ACSS para proceder ao reconhecimento, integralmente no exercício de 2012, do montante global de 3.481 milhares de euros em acréscimo de proveito, por contrapartida da redução do custo associado aos medicamentos consumidos.

Contudo, até à data de emissão da presente certificação apenas foram recebidas notas de crédito no montante de 2.180 milhares de euros, pelo que foi entendimento do Conselho de Administração em cumprimento do princípio da prudência, com o qual concordamos, apenas reconhecer o acréscimo do proveito naquele montante, derogando assim a orientação da ACSS e consequentemente não reconhecer um acréscimo de proveito de 1.301 milhares de euros por contrapartida da redução do custo associado aos medicamentos consumidos.

3
elg

7

B

880
e

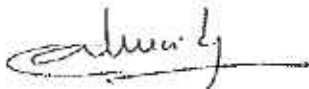
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de maio de 2013

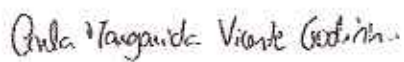
VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

Revisor executor:



Carla Margarida Vicente Godinho



A₃ - RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

7
Ø
Sg
R

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º e na alínea h) do artigo 25.º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivo Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do IPO – Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Ao longo do exercício acompanhamos com regularidade a gestão do Instituto, tendo para o efeito mantido contactos regulares com o Conselho de Administração e com outros responsáveis do Instituto, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Procedemos igualmente à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho de Administração e os diversos Serviços do Instituto prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício são consistentes com os do ano anterior e com os Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal no setor público de saúde.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade do Instituto no exercício de 2012, bem como as perspetivas de desenvolvimento estratégico e da atividade, satisfazendo os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais, pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pela demais legislação aplicável.



7
p
S
e

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização detalhada da atividade desenvolvida, quer em termos quantitativos, quer no que se refere ao respetivo impacto económico e financeiro, bem como o detalhe relativo ao confronto entre as estratégias e objetivos definidos e os respetivos níveis de realização alcançados.

O Relatório contempla ainda, em capítulo individualizado, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do disposto na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, bem como a referência ao grau de cumprimento de diversas orientações legais, conforme solicitado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no seu ofício circular n.º 653, de 25 de janeiro de 2012.

Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos da Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício, e descritos no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal, no Setor Público da Saúde, tendo sido aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

Procedemos à apreciação da Proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a qual respeita as obrigações decorrentes das normas estatutárias aplicáveis.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, na alínea g) do artigo 25.º do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, bem como no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem qualquer reserva.

Fazê ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos da prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com as reservas constantes da Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira do IPO – INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E.P.E., em 31 de dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

Nos termos do disposto no n.º 17 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, expressamos ainda uma opinião positiva sobre o desempenho individual de cada um dos gestores, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor no IPO.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de transferência para resultados transferidos do prejuízo apurado no exercício, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Faço ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto, somos de parecer que as Entidades da Tutela do IPO – INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E.P.E.:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a Proposta expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, relativa à transferência para Resultados Transitados do prejuízo de 8.303.463,88 euros apurado no exercício, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- c) Procedem à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único, e em resposta a diversas determinações formuladas por entidades representativas do Aclorista Estado, expressamos ainda as seguintes opiniões:

- a) No âmbito do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que o IPO - INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E.P.E., deu pleno cumprimento à execução das reduções remuneratórias previstas no artigo 19º, conjugado com o artigo 22º, ambos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- b) Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, o Relatório de Gestão o Conselho de Administração contém no seu Relatório um capítulo autonomizado com referência ao nível de cumprimento de outras obrigações legais, tal como solicitado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, sendo de salientar o elevado nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis à Sociedade.

alg.

17
φ
R 88

Contudo não foi assegurado o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria do Estado, situação abordada no Relatório de Gestão, muito embora os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido da plena adoção das recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas.

- c) Nos termos do disposto no nº 17 do RCM nº 49/2007, de 28 de Março, expressamos ainda uma opinião positiva sobre o desempenho individual de cada um dos gestores, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor no IPO, tendo em consideração as especificidades desta Entidade e as condições em que desenvolve a sua atividade.

Lisboa, 9 de maio de 2013

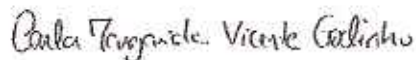
O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Vitor Manuel Botelho de Almeida

Revisor executor:



Carla Margarida Vicente Godinho

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including a large 'R' and several initials.